

Universidade Federal de Goiás  
Faculdade de Educação

Táisa Fidelis do Carmo

**O consumo nocivo de substâncias psicoativas e o mal-estar subjetivo na  
sociedade administrada: uma leitura crítica.**

Goiânia  
2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**     **Dissertação**     **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação:**

Nome completo do autor: Taísa Fidelis do Carmo

Título do trabalho: O consumo nocivo de substâncias psicoativas e o mal-estar subjetivo na sociedade administrada: uma leitura crítica.

**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  **SIM**     **NÃO**<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 24/04/2018

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

Universidade Federal de Goiás  
Faculdade de Educação

Táisa Fidelis do Carmo

**O consumo nocivo de substâncias psicoativas e o mal-estar subjetivo na  
sociedade administrada: uma leitura crítica.**

Goiânia  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Fidelis do Carmo, Taísa

O consumo nocivo de substâncias psicoativas e o mal-estar subjetivo na sociedade administrada: uma leitura crítica. [manuscrito] / Taísa Fidelis do Carmo. - 2018.  
95 f.

Orientador: Prof. Dr. Maria do Rosário Silva Resende.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Goiânia, 2018.

1. Escola de Frankfurt. 2. Sociedade Administrada. 3. Mal-Estar Subjetivo. 4. Drogas. I. Silva Resende., Maria do Rosário, orient. II. Título.

CDU 159.9



 **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação  
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
 Rua 235, s/n, Setor Leão Universitário – Goiânia/GO – CEP: 74155-060  
 Fones: 3209-6215 / www.ppgp.fe.ufg.br / E-mail: ppgpuff@gmail.com



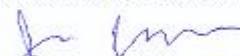
**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE**  
**TAÍSA FIDELIS DO CARMO**

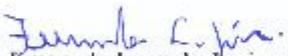
Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e dezoito (28/03/2018), às 17:10 horas reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Profa. Dra. **Maria do Rosário Silva Resende**, doutora em **Psicologia Social** pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Profa. Dra. **Susie Amâncio Gonçalves de Roure**, doutora em **Educação** pela Universidade Federal de Goiás, Prof. Dr. **Fernando Lacerda Junior**, doutor em **Psicologia** pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Prof. Dr. **José León Crochik**, doutor em **Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano** pela Universidade de São Paulo para, sob a presidência da primeira, e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à defesa da dissertação intitulada: “**O consumo nocivo de substâncias psicoativas e o mal-estar subjetivo na sociedade administrada: uma leitura crítica**”, em nível de Mestrado, área de concentração em **Psicologia**, de autoria de **Taísa Fidelis do Carmo**, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pela presidente da Banca Examinadora, Profa. Dra. **Maria do Rosário Silva Resende** que fez a apresentação formal dos membros da Banca e deu-se início à apreciação e avaliação do texto. A Banca Examinadora, após a apreciação e avaliação do texto apresentado, decidiu considerá-la **aprovada**. Os trabalhos foram até às 16:15 horas e eu, **Fernando Lacerda Junior**, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFG, levo a presente ata que assino acompanhado dos membros da Banca Examinadora. Goiânia, aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e dezoito (28/03/2018).

Profa. Dra. **Maria do Rosário Silva Resende** (Orient.) 

Profa. Dra.  **Susie Amâncio Gonçalves de Roure**

Prof. Dr.  **Fernando Lacerda Junior**

Prof. Dr.  **José León Crochik**

Prof. Dr.  **Fernando Lacerda Junior** (Coordenador do PPGP)

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, Armindo e Telma o carinho, a ternura e a dedicação incansáveis durante toda minha vida, os quais, durante a realização deste projeto de mestrado foram minha sustentação.

Ao meu esposo e companheiro Rodrigo, por estar ao meu lado me dando forças e acreditando mesmo sem saber aonde isso iria dar.

As amigas queridas Lana, Alyne e Tainne que cada uma a sua maneira estiveram comigo nessa jornada.

Ao querido amigo Wellington que se foi cedo demais, pelos anos de estudos compartilhados, você ainda tem me ensinado tanto.

À Maria do Rosário, minha orientadora e professora, que tem mostrado desde a graduação o verdadeiro sentido da formação, sou grata por seus acolhimentos, orientação e contribuição fundamental na construção dessa pesquisa.

Aos professores José Leon Crochik, Susie Roure e Fernando Lacerda, que aceitaram o convite para participar da banca de defesa de mestrado e por suas contribuições nesse momento tão importante.

Aos colegas do grupo de estudos sobre Teoria Crítica pelos bons momentos e conhecimentos que auxiliaram imensamente nesse processo de estudo e escrita.

A todos os colegas de mestrado que estiveram juntos nessa caminhada, em especial ao colega Ettore pelo apoio.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal de Goiás pelas oportunidades e trocas de conhecimentos realizados durante o período do mestrado.

Aos docentes do PPGP-UFG, pela experiência proporcionada nesse processo de formação, pelas aulas lecionadas e a ajuda necessária na aquisição de conhecimento.

“Desconfiai do mais trivial na aparência singela. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: Não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempos de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.”

Bertold Brecht

## Resumo

O uso de drogas é uma prática milenar na civilização, e o consumo nocivo de substâncias psicoativas remete a complexos modos de significação históricas e culturais. Em uma sociedade fragmentada e administrada, essa prática é convertida em exploração do consumo, que está a serviço da dominação e da reprodução do mal-estar. Por conseguinte, o objetivo deste estudo é refletir sobre o consumo nocivo de substâncias psicoativas que advém do mal-estar quando das condições de dominação da sociedade contemporânea. Para tanto, realizou-se uma pesquisa teórica conceitual, aqui apresentada em quatro capítulos, subsidiada pelo referencial teórico-metodológico da Teoria Crítica da Sociedade, sobretudo a partir dos textos de Adorno, Horkheimer e Marcuse. Recorreu-se também a Freud e Marx, pois seus fundamentos dão subsídios para a discussão proposta. Ensaaios e textos de autores contemporâneos que dialogam com as referências acima também foram utilizados. Entre os apontamentos, contempla-se o movimento histórico de constituição e consolidação da sociedade capitalista regida pela ideologia da racionalidade da sociedade administrada que determina o modo de dominação vigente na cultura e o modo de organizar as relações humanas. Nessa lógica, os desdobramentos da dominação advinda da cultura produzem uma condição de existência cuja marca é o sofrimento. Somado a esse processo, tem-se o incentivo ao consumismo e a transformação das drogas em mercadoria, tornando o consumo condicionado aos interesses do capitalismo e fazendo do consumo nocivo uma produção dessa sociedade. A discussão sobre o tema não se esgota neste estudo. Para os frankfurtianos, uma resposta pronta sobre o que fazer em relação a qualquer problema social pode impossibilitar o esclarecimento necessário para a transformação. As possibilidades de mudança estão no campo da reflexão, na crítica, portanto, no esclarecimento. Estes pontos são necessários para uma atuação direcionada à compreensão das múltiplas determinações e das contradições do processo. Portanto, é a negação do que está posto na estrutura social/cultural.

Palavras Chaves: Escola de Frankfurt; Sociedade Administrada, Mal-Estar Subjetivo; Drogas.

### **Abstract**

The use of drugs is a usual practice in civilization in this refers to complex modes of historical and cultural signification. In a fragmented and administered society this practice is converted into exploitation of consumption, which serves the domination and reproduction of malaise. Therefore, the objective of this study is to reflect on the harmful consumption of psychoactive substances that comes from the subjective malaise, when of the conditions of the contemporary society. For that, a theoretical research, presented her in four chapters, was supported by theoretical-methodological framework of the Critical Theory of Society, especially from the texts of Adorno, Horkheimer and Marcuse. Freud and Marx were also to review, because their foundations give subsidies for the proposed discussion. Essays and texts of contemporary authors that dialogue with the references above were used. Among the notes is the historical movement of constitution and consolidation of capitalist society governed by the ideology of the rationality of the managed society that determines the mode of domination prevailing in culture and the behaviour of organizing human relation. In this logic the unfolding of domination from culture produces a condition of existence whose mark is suffering. Added to this process is the incentive to consumerism and the transformation of drugs into commodities, making consumption conditioned to the interests of capitalism, making consumption harmful to the production of that society. The discussion on the subject is not exhaustive in this study. For Frankfurtians, a prompt response on what to do in relation to any social problem may sabotage the clarification necessary for the transformation. The possibilities occurred changes in the field of reflection critical theory, therefore, in enlightenment. These points are necessary for an action directed to the understanding of the multiple determinations and contradictions of the process. Therefore, it is the denial of what is placed in the social / cultural structure.

**Keywords:** Frankfurt School, Society administered, Subjective malaise, Drugs.

## Sumário

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>V</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>VII</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>VIII</b>
<b>Lista de Siglas e Abreviaturas .....</b>	<b>X</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1: Para pensar o objeto de reflexão: apontamentos preliminares.....</b>	<b>22</b>
<b>1.1. Estudo crítico do consumo de substâncias psicoativas: aspectos introdutórios... 25</b>	
<b>Capítulo 2: Ideologia da racionalidade técnica e dominação .....</b>	<b>43</b>
<b>2.1 Delimitação dos pilares da sociedade administrada.....</b>	<b>44</b>
<b>2.2. A consolidação da sociedade administrada no capitalismo monopolista .....</b>	<b>50</b>
<b>2.3. Aspectos da ideologia da racionalidade técnica e da dominação .....</b>	<b>54</b>
<b>Capítulo 3: Indivíduo e Subjetividade: atravessamentos do mal-estar .....</b>	<b>59</b>
<b>3.1. Sobre a constituição do indivíduo e da subjetividade .....</b>	<b>60</b>
<b>3.2. O mal-estar na tensão indivíduo sociedade.....</b>	<b>64</b>
<b>Capítulo 4: As substâncias psicoativas na lógica da sociedade administrada.....</b>	<b>72</b>
<b>4.1. Aspectos históricos do consumo de substâncias psicoativas .....</b>	<b>73</b>
<b>4.2. A produção do consumo nocivo de substâncias psicoativas .....</b>	<b>78</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>83</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>88</b>

### **Lista de Siglas e Abreviaturas**

CID - Código Internacional de Doenças

DSM - IV - Manual de Diagnósticos e Estatísticas Versão quatro

DSM-V - Manual de Diagnósticos e Estatísticas Versão cinco

OMS- Organização Mundial da Saúde

SPA- Substâncias Psicoativas

SUS- Sistema Único de Saúde

## Introdução

É fato que o consumo de substâncias psicoativas se trata de uma prática milenar na civilização dos homens remetendo a complexos modos de significação históricas e culturais. Também é fato, segundo Jansen (2007, p. 1), que: “nunca houve no mundo tantas drogas”. A base para o fenômeno do consumo de drogas, de acordo com Coggiola (1996), se encontra na lógica da exploração do consumo e na popularização da droga resultando em grande disseminação nos diversos contextos sociais. Diante disso, diferentes áreas do conhecimento são convocadas a fazer discussões sobre o tema e para Labate, Goulart, MacRae, e Carneiro (2008), muitas vezes, esse debate é abordado de modo simplista, dificultando uma leitura crítica sobre as questões que o atravessam.

A crescente disponibilidade para consumo de substâncias psicoativas e o modo como o consumo dessas substâncias vem sendo discutido foram questões que instigaram a elaboração dessa pesquisa. A dependência de drogas em nossa sociedade tem diferentes nomes e definições, ocupando muitas vezes o lugar de tabu em discursos cujos sentidos envolvem exclusivamente aspectos individuais, de caráter moral, desvio ou fraqueza, o que despertou meu interesse sobre o tema da produção do consumo de drogas na sociedade contemporânea. Com os estudos da Teoria Crítica da Sociedade chamou a atenção o modo como o consumo de drogas é visto ora desvinculado da racionalidade da sociedade que inflige sofrimento sobre os indivíduos, ora apenas como estando associado a essa racionalidade, estabelecendo uma relação imediata entre drogas e sociedade. Nesse sentido, foi fundamental perpassar pela constituição e consolidação da sociedade atual e sua relação com a formação da subjetividade para refletir sobre o consumo nocivo de substâncias psicoativas, não somente como estando associado a dinâmica social, mas como sendo produto cultural da lógica administrativa da sociedade.

A Teoria Crítica da Sociedade entende que a construção do conhecimento sobre determinado fenômeno não deve se abster de desvelar as contradições que estão postas à medida que o fenômeno se apresenta na realidade, devendo ir para além da aparência e da imediatez. Conforme Horkheimer e Adorno (1947/1985)<sup>1</sup>, a compreensão de um objeto de estudo consiste na negação de cada dado imediato sobre ele.

---

<sup>1</sup> No corpo do texto citamos entre parênteses o ano original da publicação da obra seguido do ano da obra consultada.

Sass (2001), no texto em que problematiza o sentido da pesquisa no campo da psicologia, aponta que a Teoria Crítica da Sociedade se sustenta em três negações: nega a se colocar a serviço da realidade existente; nega a empiria cega e o ativismo teórico; e, por última nega a conciliação entre sociedade e indivíduo ou entre a totalidade e a parte opondo-se a qualquer reflexão que não seja dialética. Segundo o autor, o pensamento crítico que se debruça sobre um objeto perpassa pela apreensão do seu sentido social, histórico e humano, apreendendo-o para além de suas relações abstratas e imediatas.

Nessa perspectiva, conhecer o modo como se estrutura a sociedade contemporânea e denunciar sua razão reduzida à técnica, representa a tentativa de uma reflexão crítica sobre o sistema de ideias vigente que afirma e justifica a realidade de controle social, de dominação das relações humanas e de sofrimento como forma de existência.

A investigação sobre o contexto social tem possibilidades contraditórias. Por um lado, pode contribuir para o esclarecimento das contradições e para o desenvolvimento do pensamento autônomo; e, por outro, pode encobrir as tensões inerentes à sociedade, reafirmando a manutenção do domínio e reforçando a regressão da crítica à alienação do pensamento. Considerando essas possibilidades, a presente pesquisa tem como objeto de estudo o consumo nocivo de substâncias psicoativas que advém do mal-estar quando das condições da sociedade administrada. Buscamos no estudo desse objeto sustentar uma relação negativa com a realidade, recusando-nos a manter obscuras as contradições que estão postas como meio de facilitação das estratégias de dominação.

Essa confrontação com a aparência de racionalidade da sociedade administrada foi desenvolvida ao longo do estudo por meio da compreensão de categorias conceituais<sup>2</sup> imprescindíveis, que possibilitaram assimilar de modo crítico a articulação entre sociedade, subjetividade e substâncias psicoativas. Trata-se, nesse sentido, de uma pesquisa teórica conceitual subsidiada pelo referencial teórico-metodológico da Teoria Crítica da Sociedade, construída a partir da problematização de um objeto presente na realidade social que faz repensar a teoria e a própria realidade.

A escolha do referencial deu-se pelo rigor teórico que possibilita um estudo crítico que supera concepções reducionistas, ou mecanicistas e patologizantes e que busca desvelar as contradições que permeiam o objeto investigado. Como evidencia Adorno

---

<sup>2</sup> A partir do referencial teórico adotado neste estudo a categoria conceitual se trata de um fenômeno conceitual e linguística por meio do qual apreendemos a realidade. Nessa perspectiva o conceito não se reduz em um termo abstrato, mas expressa as determinações da vida material (Abbagnano, 2007).

(1955/2015, p. 83): “o conhecimento não pode assenhorear-se de nenhuma outra totalidade que não a antagonica, e somente em virtude da contradição pode alcançar a totalidade”. Uma reflexão psicológica que não leva em consideração aspectos sociológicos reproduz a ideologia da unificação entre indivíduo- sociedade; o mesmo acontece em uma reflexão sociológica que desconhece questões psíquicas:

A separação entre sociologia e psicologia é incorreta e correta ao mesmo tempo. Incorreta, ao endossar a renúncia ao conhecimento da totalidade, que também impõe a separação; correta, na medida em que registra de forma não reconciliada a ruptura realmente consumada, em vez da unificação apressada no conceito. (Adorno, 1955/2015, p. 90).

Para trabalhar nessa tensão partimos do método materialista histórico-dialético, portanto, de uma abordagem histórico-social e cultural que propõe pensar a contradição da realidade e a contradição na realidade. “A contradição aí não é algo simplesmente real (...), mas uma categoria que confronta o pensamento com a coisa e o conceito” (Zanolla, 2007, p. 66). Esse norteador na produção do conhecimento cobra do pesquisador uma investigação do maior número de aspectos possíveis que atravessam seu objeto, estabelecendo, para isso, diálogos com diferentes áreas, como história, filosofia, biologia, sociologia etc. Nessa perspectiva, não se apreende o objeto, seja ele qual for, isoladamente. Ele existe na medida em que se relaciona com outros objetos, compondo atenção entre o que é particular e universal. O objeto só pode ser apreendido em suas multideterminações.

A discussão sobre o objeto de estudo passa pelo confronto entre as diferentes áreas do conhecimento de modo que, como discorre Ianni (1985), a interpretação opere na constituição e na transformação da realidade. De acordo com o autor, ao buscarmos compreender determinado objeto, a explicação que é feita sobre ele passa a contê-lo. Por isso, ela mesma também deve ser submetida à análise. “Não se trata simplesmente de opor ou substituir interpretações. *Trata-se de ir até ao fundo das relações, processos e estruturas, apanhando, inclusive e necessariamente, as representações ideológicas ou teóricas construídas sobre o objeto e impregnadas nele*” (Ianni, 1985, p. 15, grifo nosso).

Percebemos, nesse sentido, a importância da tensão entre as diferentes dimensões para a constituição do indivíduo, da sociedade e, portanto, para a constituição do mal-estar subjetivo e também do consumo nocivo de substâncias psicoativas. Em relação a essa exigência é preciso considerar o que Crochík (2001) discute sobre a sociedade administrada e as regressões do indivíduo repercutindo na separação entre indivíduo e sociedade. Essa separação se dá pelas condições sociais, por isso, a importância de

compreender a cisão tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista psíquico. Contudo, isso não significa estudar o objeto a partir, apenas, de uma perspectiva multi ou interdisciplinar, mas buscar compreender o que levou à fragmentação do objeto e refletir de que modo o indivíduo se constitui sem se reconhecer na sociedade, bem como refletir sobre o porquê da felicidade e da autonomia não ser um objetivo da sociedade contemporânea, apesar de ser uma promessa. Para isso, os conhecimentos produzidos pela sociologia e pela psicologia não podem ser acomodados um ao outro, mas confrontados para que seja desvelada a relação existente entre a administração social e a regressão individual. Mais ainda, o conhecimento deve ser aprofundado para localizar a lógica social no particular.

A manutenção da tensão representa, portanto, a negação da verdade totalizante sobre determinado objeto de estudo. Trabalhar com a contradição coloca-nos a todo tempo submetidos ao risco de aderirmos à razão instrumental, mas também nos possibilita resistir à dominação.

O processo de elaboração do conhecimento sobre determinado objeto de estudo não pode estar dissociado das suas condições objetivas, o que implica dizer que o estudo de categorias conceituais, ou a análise teórica da realidade não pode estar separado da estrutura material da qual ela advém. Para a Teoria Crítica da Sociedade, conforme Cohn (1986), a pesquisa teórica não se restringe a nomear e classificar fenômenos sociais por meio de categorias conceituais que possibilitem conhecer o objeto, ao contrário, aprofunda naquilo que está no objeto, mas não fica evidente nos fenômenos. Esse exercício de pensamento busca sempre expandir os limites do objeto mediante seus aspectos históricos e mediante as relações de produção que estruturam e sustentam esse objeto, trata-se do pensamento dialético que tenta romper a conformação da realidade de dominação. Considerando a presente pesquisa teórica é importante que o estudo esteja fundamentado no aspecto dinâmico e contraditório da história, bem como leve em consideração a relevância da discussão para promoção da transformação social. A prerrogativa dialética, se não impede, ao menos, nos afasta do risco de empobrecer o objeto e cair no engodo dogmático ou relativista do universal versus o particular.

Em relação à questão da transformação social, nas palavras de Sass (2001, p. 61):

Uma teoria que mereça de fato receber tal denominação, isto é, uma teoria que seja crítica, tem o compromisso de exprimir os segredos da realidade existente sem que isso signifique trabalhar a favor dessa realidade. Ao contrário, sua pretensão de transcender ao que está disposto, projetando a sociedade futura, impulsionando-a à negação das condições sociais vigentes.

A presente pesquisa se desenvolve no intuito de desvendar as contradições que estão postas em relação ao consumo de substâncias psicoativas, para se contrapor às interpretações que perpetuam as condições que impedem a transformação da realidade.

Em acordo a essa perspectiva, Crochík (1994, p. 191) aponta que: “A ciência já é ideologia por se julgar independente das relações de produção”. Para o autor o desenvolvimento de uma pesquisa, seja teórica ou empírica, que se faz em nome de interesses sociais é por si só ideológica por pressupor uma neutralidade frente à realidade existente desconsiderando suas determinações sociais. É ideológica porque a pretensão de atingir os interesses sociais camufla o fato de a sociedade, em sua dinâmica e em sua estrutura, ser diversa, contraditória e histórica e, por esses aspectos, o que se denomina de interesses sociais representam, em verdade, forças sociais dominantes. Para Adorno (1969/1995b, p. 189): “somente a tomada de consciência do social proporciona ao conhecimento a objetividade que ele perde por descuido quando obedece às forças sociais que o governam, sem refletir sobre elas. Crítica da sociedade é crítica do conhecimento, e vice-versa”. Assim, é fundamental reconhecer que a produção do conhecimento sobre o objeto é parcial e limitada pois, a realidade da qual ele advém também é parcial e limitada.

Como a realidade é contraditória espera-se que a reflexão teórica sobre essa realidade seja capaz de problematizar suas questões e tensionar categorias conceituais com o intuito de denunciar as condições que estão postas. A pesquisa teórica precisa, nesse sentido, discutir os limites da sociedade, assim como seus próprios limites, sendo crítica de si mesma. Essa é a intenção da presente pesquisa, por meio da discussão e tensionamento de categorias conceituais, refletir sobre a produção do consumo nocivo de substâncias psicoativa que advém do mal-estar subjetivo quando das condições da sociedade contemporânea. Problematizar na sociedade e no indivíduo o que se apresenta enquanto contradição para compor uma reflexão teórica que se converta em práxis<sup>3</sup>. Nessa perspectiva, esta investigação se justifica por considerar que a reflexão de parte da

---

<sup>3</sup> A práxis, de acordo com Adorno (1969/1995c), advém do trabalho que busca ir além da reprodução da mera existência. O trabalho para além da necessidade de autoconservação rompendo com a ação irrefletida. Trata da mediação entre teoria e prática, ou conhecimento e ação para transformação das condições dadas. De acordo com o autor a mudança nas forças sociais não pode advir unicamente da prática ou unicamente da teoria, ou ainda da fusão entre elas, mas da descontinuidade da relação entre teoria e prática. “Pensar é um agir, teoria é uma forma de práxis; somente a ideologia da pureza do pensamento mistifica este ponto. O pensar tem um duplo caráter: é imanentemente determinado e é estridente e obrigatório em si mesmo, mas, ao mesmo tempo, é um modo de comportamento irrecusavelmente real em meio à realidade” (Adorno 1969/1995c, p. 205).

realidade é fundamental para o desvelamento da irracionalidade do todo, caso contrário, o indivíduo fica alheio à realidade que está posta, passando a encarar as contradições como naturais e não como determinadas pelas condições objetivas.

Para isso, retomamos o método discutido por Adorno (1966/2009), em que o objeto é apreendido a partir da contradição, na dialética com o sujeito; e as categorias conceituais estão postas de modo a serem tensionadas, retornando ao objeto sem buscar sua síntese, mas sob diferentes perspectivas apontar sua potencialidade e limites na realidade objetiva. Nesse sentido, esta pesquisa consiste em discutir categorias conceituais que possibilitam compreender as diversas formas de manifestação do objeto de pesquisa. O percurso percorrido foi de seleção e estudo bibliográfico de autores da Teoria Crítica da Sociedade, principalmente Theodor Adorno, Marx Horkheimer e Herbert Marcuse em diálogo com o pensamento de Sigmund Freud sobre o sofrimento psíquico e o pensamento de Karl Marx sobre a sociedade capitalista, bem como ensaios e textos de autores contemporâneos que dialogam com o pensamento crítico da Escola de Frankfurt. A seleção das obras estudadas justifica-se por discutirem ou oferecerem subsídios para discussão dos conceitos de sociedade administrada, ideologia e mal-estar nessa perspectiva teórica.

Os principais textos estudados foram: *Dialética do esclarecimento* (1947/1985), *Temas Básicos da Sociologia* (1956/1973) de Max Horkheimer e Theodor W. Adorno especialmente os capítulos intitulados: Sociedade, Indivíduo e Ideologia. *Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada* (1947/1993), *Capitalismo tardio ou sociedade industrial?* (1968/1986), *A indústria cultural* (1962/1986), *Introdução à sociologia* (1968/2008), *Ensaio sobre Psicologia Social e Psicanálise* (1955/2015), *Educação e Emancipação* (1971/2006), *Sobre sujeito e objeto* (1969/1995), *Notas marginais sobre teoria e práxis* (1969/1995) de Theodor W. Adorno. *O eclipse da Razão* (1946/2000); *Teoria crítica: uma documentação* (1968/2006), de Max Horkheimer. *A Ideologia da Sociedade Industrial- O homem unidimensional* (1966/1973), *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud* (1969) de Hebert Marcuse. Os seguintes textos de Freud: *Mal-estar na civilização* ([1929]1930/1996g); *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921/1996i); *Totem e tabu* (1913/1999). E escritos de Marx e Engels: *A Ideologia Alemã* (1989/2007), *Manifesto do partido comunista* (1948/2001), *Manuscritos econômicos e filosóficos* (1944/2004); *A Miséria da Filosofia* (1847/2001). Referenciais teóricos de autores e pesquisadores contemporâneos da Teoria Crítica da Sociedade também foram fontes para o estudo, entre eles José L. Crochik e

Odair Sass que buscam o pensamento crítico voltado à psicologia; S. P. Rouanet com uma leitura teórica crítica da psicanálise freudiana. Recorremos também à história da sociedade com Hobsbawm, à história das drogas com Escohotado e H. Carneiro e a história das drogas na relação com o capitalismo com Coggiola.

A revisão da produção de literaturas sobre a temática contribuiu para apontar a importância da reflexão crítica sobre o assunto. Inicialmente foi realizada uma busca preliminar no portal Capes periódicos e no Google Acadêmico de trabalhos que abordassem o tema das drogas sob o olhar da Teoria Crítica da Sociedade, usando os descritores “drogas e teoria crítica”; “drogas e sociedade industrial”; “drogas e mal-estar”, tendo sido encontrado um número reduzido de discussões com base na perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade.

A partir desse enunciado, nosso objetivo com este trabalho é refletir sobre a produção do consumo nocivo de drogas frente ao mal-estar na tensão indivíduo-cultura, por meio de alguns conceitos mediadores, entre eles, racionalidade técnica, ideologia, consumo, subjetividade, entre outros.

A sociedade atual está marcada pela impossibilidade de o indivíduo existir enquanto sujeito de alteridade, na medida em que sua constituição é determinada pela ótica da produção, do descarte, tal qual mercadoria na prateleira. Pensar as implicações recíprocas da dinâmica entre sociedade e consumo nocivo de drogas; necessidades estruturais e as respectivas contradições da dependência química, por meio da relação entre subjetividade e mal-estar, à luz da perspectiva frankfurtiana é também um dos intuitos deste estudo.

Elaborar uma pesquisa teórica fundamentada na Teoria Crítica da Sociedade pressupõe perpassar por determinações concretas-históricas da noção de subjetividade, drogas, consumo, sociedade, ideologia. Consideramos que o estudo teórico da tensão indivíduo- sociedade nos subsidiará com argumentos para refletirmos sobre essas hipóteses, pois conforme Adorno (1970/2008b), a teoria pressupõe como sua própria condição análises concretas. Assim esse modo de pesquisa parece promissor, pois, de acordo com o autor:

A análise da situação não se esgota na adaptação a esta. Enquanto reflete sobre ela, põe em relevo momentos que podem conduzir para além das coações, da situação. Isto assume incalculável relevância para a relação entre teoria e práxis. Por sua diferença com relação a esta, enquanto ação imediata ligada à situação e, portanto, por sua autonomização, a teoria converte-se em força produtiva prática, transformadora. Sempre que alcança algo importante, o pensamento produz um impulso prático, mesmo que oculto a ele. Só pensa que se recusa a aceitar

passivamente o desde sempre dado; desde o primitivo (...), até o iluminista, que constrói mentalmente a maneira como a humanidade, no interesse de sua autoconservação, pode sair da menoridade da qual ela mesma é a culpada” (Adorno, 1969/1995c, p. 210).

Compreendemos que essa proposta assume uma perspectiva abrangente, na medida em que busca compreender o consumo nocivo de drogas problematizando a subjetividade e a sociedade. Nossa intenção é direcionada para a reflexão de um fenômeno social, ou seja, compreender o consumo nocivo de substâncias psicoativas, propondo uma interlocução com a lógica da sociedade e a necessidade de autoconservação do indivíduo, por considerarmos que, devido à dominação social, pode ser produzido o mal-estar na subjetividade e, assim, o consumo nocivo, em específico o consumo de drogas. Ou ainda, o consumo nocivo de drogas é produzido pelo mal-estar como defesa do indivíduo frente a lógica de dominação da sociedade.

A noção de autoconservação fundamenta-se nesse trabalho na noção de “*pulsão de autoconservação*” que, de acordo com Laplanche e Pontalis(1982/2001, p. 404, grifos dos autores), aparece na teoria de Freud em 1910 representando “(...) *o conjunto das necessidades ligadas às funções corporais essenciais à conservação da vida do indivíduo; a fome constitui o seu protótipo*”. Na perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade, a autoconservação compreende mecanismos criados para que o indivíduo consiga lidar com as pressões sociais que lhe são impostas. Contudo, a lógica social que torna a autoconservação a centralidade da vida humana intensifica o individualismo e não a individualidade, por exigir do indivíduo uma indiferenciação em relação aos modelos coletivos.

O individualismo refere-se à noção do indivíduo cujas ações são exclusivamente voltadas para o benefício próprio, tornando o indivíduo apenas mais um em meio à multidão. A individualidade compreende aspectos que são exclusivos do indivíduo, mas tem referência na coletividade. De acordo com Horkheimer (1946/2000, p.159), o modo de funcionamento da sociedade reforça as pressões sociais sobre a individualidade impedindo que o indivíduo se preserve. Nas palavras do autor: “(...) os incentivos aos mecanismos de autoconservação na verdade aceleram a dissolução da individualidade.

A leitura crítica de Horkheimer a respeito das defesas do indivíduo frente à sociedade aponta que as questões da subjetividade não podem ser separadas do social e esse, por sua vez, precisa ser compreendido em sua relação com aquele. Portanto, é necessário, ao pesquisarmos sobre as questões do consumo nocivo de substâncias psicoativas, não negligenciarmos a relação dialética entre indivíduo e sociedade. Não

podemos nos abster de pensar o objeto e sua mediação com a cultura e com a história se quisermos desenvolver uma reflexão que se contrapõe à categorização do homem como mero dado geral.

Como discorre Crochík (2001) se a relação indivíduo-sociedade não é imediata, mas mediada pelo capital, portanto aparência, o estudo não pode ter como foco a interação entre subjetivo e social, mas as mediações que constituem a relação indivíduo sociedade. O que também não faz sentido é estudar as relações entre os indivíduos como se essas relações fossem espontâneas e não mediadas pelas estruturas sociais. “Nesse sentido, o estudo do indivíduo pela psicologia, que não desconheça a determinação social, pode trazer mais esclarecimento que a tentativa de somar esforços com ciências 'afins' para a compreensão do objeto (Crochík, 2001, p. 26-27).

Para Crochík(1996b) a cisão entre indivíduo e sociedade é falsa e verdadeira. Verdadeira, porque os indivíduos não se reconhecem na sociedade, nem esta neles e, falsa porque essa separação não pode ser absolutizada. Nesse sentido, é fundamental estabelecermos um olhar diferente para o objeto, para não incorrer no erro de ratificar a ideologia que nos atravessa a todo momento.

Adorno (1969/1995b, p. 187) nos esclarece a esse respeito apontando para a “primazia do objeto” que: “(...) significa que o sujeito é, por sua vez, objeto em um sentido qualitativamente distinto e mais radical que o objeto, porque ele, não podendo afinal ser conhecido senão pela consciência, é também sujeito”. Assim mais adiante o autor conclui que: “somente a tomada de consciência do social proporciona ao conhecimento a objetividade que ele perde por descuido enquanto obedece às forças sociais que o governam, sem refletir sobre elas. Crítica da sociedade é crítica do conhecimento, e vice-versa” (p.189).

Para investigarmos o objeto dessa pesquisa a atenção se volta, por um lado, aos espaços psíquicos e sociais em que é real a dicotomia entre indivíduo e sociedade. Por outro lado, o estudo da tensão dos nexos existentes nos possibilita compreender as regressões materializadas nos sintomas e contribui para refletir as necessidades de transformação da realidade. Com isso, debruçar sobre os escritos frankfurtianos, freudianos e sobre produções que dialogam com essas perspectivas parece-nos ser um percurso que estimula o esclarecimento frente ao objeto aqui estudado.

Alguns dos objetivos da pesquisa são: analisar como se dá a constituição e consolidação da Sociedade Administrada e seus desdobramentos na subjetividade; discutir sobre a questão do consumo nocivo de Substâncias Psicoativas, contribuindo para

a desconstrução de perspectivas mistificadoras que perpetuam o processo de dominação social; e, problematizar o uso de drogas no contexto de uma sociedade pautada no consumo, evidenciando as contradições entre proibição e mal-estar.

Assim, com base em Adorno (1969/2006), consideramos que um modo de realizar essa pesquisa é fazer uma análise crítica dos conteúdos sociais a partir de categorias conceituais. Segundo o autor, esse parece ser o método mais indicado para pesquisas que buscam investigar os aspectos psíquicos e sociais de determinado conteúdo ou fenômeno. Para Adorno (1969/2006, p. 88), esse método estabelece: “a análise dos próprios fenômenos, em que é possível inferir mais ou menos o significado das consequências dos fenômenos para as pessoas, mesmo que este efeito não possa ser registrado”.

Para tanto, está investigação constituiu-se nos seguintes procedimentos:

a) Seleção do referencial teórico utilizando textos que discutem ou oferecem subsídios para compreensão do consumo nocivo de drogas na sociedade contemporânea.

b) Estudo e fichamento das obras e textos selecionados buscando apreender e deduzir as leituras que a Teoria Crítica da Sociedade em diálogo com a teoria de Freud e a Teoria marxiana faz do fenômeno das drogas, delimitando a partir daí o objeto de pesquisa que se trata da produção do consumo nocivo de substâncias psicoativas frente as condições de mal-estar subjetivo da sociedade contemporânea.

c) Demarcação dos eixos da pesquisa que se constituem a partir de estímulos delimitadores que articulam o aspecto teórico ao objeto investigado. Essa etapa consiste em buscar, no conteúdo produzido pelo aporte teórico escolhido, elementos ou conceitos que melhor “dialogam” com objeto e com o problema de pesquisa, possibilitando a definição e descrição de categorias para a análise do contexto social investigado

d) Levantamento das soluções em relação às discussões elaboradas a partir das reflexões teóricas apresentadas no próprio conteúdo dos textos e a partir da reflexão e análise desse conteúdo. Apresentação e reflexão de subcategorias que ampliem o olhar crítico sobre o objeto.

f) Retomada e verificação da execução dos objetivos da pesquisa, apontamento dos limites, contribuições e novas possibilidades a partir da investigação realizada. Procedimento apresentado nas considerações finais do trabalho.

É importante ressaltar que tais procedimentos não são estanques, mas representam o percurso possível nesta investigação. Portanto, com base nos procedimentos descritos o trabalho foi dividido em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, com o estudo e fichamento das obras, delimitou-se o objeto da pesquisa com base em análises de aspectos da relação indivíduo-sociedade. Apontamos algumas pesquisas que trazem o modo como as drogas e a dependência são vistas no imaginário social. Por fim, delimitou-se o foco de estudo do consumo de drogas na pesquisa, isto é, enquanto uma produção da sociedade regida pelos princípios econômicos.

O segundo capítulo, construído a partir da demarcação dos eixos da pesquisa, teve como objetivo discutir a noção de sociedade administrada por meio do estudo da ideologia da racionalidade técnica perpassando pelo processo histórico de formação e consolidação da sociedade capitalista. Apontando, também, que a ideologia da racionalidade técnica rege a sociedade administrada e está a serviço da dominação social infligindo sofrimento ao indivíduo.

O terceiro capítulo baseado no procedimento de demarcação dos eixos da pesquisa visou refletir sobre a constituição do indivíduo a partir da noção de formação da subjetividade no contexto dessa sociedade analisando o atravessamento do mal-estar nesse processo. Considerou-se o mal-estar enquanto uma condição humana de sofrimento produzida na e pela sociedade, ao longo do processo histórico de civilização dos homens e, que na sociedade contemporânea é administrado de acordo com a lógica produtiva.

O quarto capítulo foi dedicado à análise do consumo nocivo de substâncias psicoativas. As drogas vêm sendo usadas pelos homens ao longo do tempo e, o modo como elas são apropriadas pela dinâmica econômica apontam para um processo de produção do consumo, que destitui o indivíduo do seu lugar de escolha. Assim, foi preciso compreender o uso das drogas na história para analisar os fatores psicossociais que determinam o modo de consumo na contemporaneidade.

Ao final foi apontado que o modo de funcionamento da sociedade administrada contribui para a perpetuação das condições vigentes e, por sua vez, para a produção do consumo nocivo de substâncias psicoativas, na medida em que o consumo de drogas é um elemento social que fortalece a ideologia da racionalidade. A dinâmica social marcada pelo processo produtivo capitalista, aliada ao consumo sem autonomia, favorece a manutenção das condições, pois diante da sociedade que não beneficia os desejos do indivíduo, mas oferece formas de escapar do sofrimento somente por meio do consumo, as substâncias psicoativas surgem como possibilidade de satisfação imediata. Com isso, esta pesquisa buscou ampliar as discussões sobre a temática para contribuir com trabalhos futuros que envolvam o consumo de substâncias psicoativas.

## Capítulo 1: Para pensar o objeto de reflexão: apontamentos preliminares

Antes de iniciarmos o conteúdo da pesquisa propriamente dito, consideramos importante esclarecer uma questão que não pode ser apontada como pressuposta, pois consiste em escolha, obviamente passível de questionamentos que nos colocamos dispostos à reflexão. Refere-se à adoção da expressão consumo nocivo de substâncias psicoativas (SPA)<sup>4</sup>.

No Brasil, o critério adotado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é o do Código Internacional de Doenças (CID- 10) que se refere aos transtornos mentais e do comportamento decorrentes do uso de substâncias psicoativas, classificando-o como uso nocivo, abuso e dependência a depender do número de critérios preenchidos nos últimos 12 meses (American Psychiatric Association, 2013). Já o DSM-IV e o DSM-V, abrangem os transtornos mentais e têm sido utilizados para pesquisa por seu maior detalhamento. O DSM-IV estabelece critérios de classificação para abuso de substâncias e dependência de substâncias (American Psychiatric Association (APA), 2002). Enquanto o DSM-5 classifica como “Transtornos Relacionados a Substâncias leves, moderados ou graves”(American Psychiatric Association (APA), 2014, p. 481).

Não desconsideramos a importância desses manuais para estabelecer uma linguagem comum entre profissionais e pesquisadores, contudo não partimos dos princípios das classificações e critérios diagnósticos deles. Consideramos que a categorização, por si só, não abrange a complexidade do fenômeno em sua perspectiva histórica, econômica, social, cultural e psíquica.

Em primeiro lugar, nomear o uso de SPA como consumo significa reconhecer que existem diversos modos de uso, não necessariamente causadores de danos físicos e/ou psicossociais. Esse entendimento é uma contraposição às perspectivas que consideram todo modo de uso de SPA como sendo negativo, condenável ou causador de dependência, pressupondo a possibilidade de uma sociedade sem essas substâncias o que, na realidade, não foi possível até os dias atuais.

Posto isso, olhemos para a expressão consumo. A opção pelo termo consumo em detrimento do termo uso implica considerar o atravessamento e a determinação do fator econômico. O verbo usar faz referência a fazer uso, utilizar, lançar mão de; enquanto o verbo consumir faz referência a devorar, destruir, gastar bens de consumo ou produção

---

<sup>4</sup> Para a Organização Mundial da Saúde a substância psicoativa, ou droga é toda e qualquer substância, sintética ou natural, que provoca alteração no funcionamento do sistema nervoso central. (Organização Mundial da Saúde (OMS), 1993).

(Houaiss, 2001). Nessa perspectiva, ao optar pelo termo consumo apontamos que as substâncias psicoativas foram apropriadas pelo sistema econômico de produção e transformadas em mercadorias a serem consumidas legal ou ilegalmente. Já não é somente a necessidade humana que determina a transformação dessas substâncias em mercadoria, mas a produção delas, enquanto mercadoria, que também determina a necessidade humana de consumir. De acordo com Grespan (2006, p. 9), para Karl Marx, a mercadoria é um ‘objeto externo’, portador de relações sociais diversas: “É pela troca das mercadorias que se encontram e se associam seus produtores, em relações que não ocorreriam sem a mediação dessa troca, que imprime a tais relações um conteúdo específico, inexistente em outras sociedades”. Portanto, a diferença entre as expressões uso e consumo, para o presente trabalho, está no fato de a segunda expressão pressupor a determinação da lógica econômica capitalista, instituindo sobre o objeto o status de mercadoria.

Em relação à adjetivação, existem termos que são utilizados na literatura de diagnósticos para designar o uso de substâncias psicoativas, entre eles: abusivo, problemático e indevido, cujos sentidos e significados não parecem coerentes com a perspectiva teórica que fundamenta a presente pesquisa. De acordo com Rybka (2015), o termo abusivo remete à normatização, no aspecto quantitativo - quando utilizado com o significado de excessivo - e no aspecto moral - quando empregado como mau uso. Já o termo problemático adquiriu sentido de desvio moral ou comportamental, que incorre no risco de retificar estigmas patologizantes. A expressão *indevido* remete a uma instância julgadora que teria o poder de definir o que deve ser usado e em que quantidade.

A ideia de nocividade adotada não está isenta de críticas, especialmente quando usada nos campos legais, jurídicos e da saúde. Consideramos que a definição de *nocivo* nos dá uma noção que não é objetiva, e muito menos universal ou aplicada a todos, mas que tem a ver com a experiência do sujeito em relação às substâncias psicoativas. De acordo com Canguilhem (2009), cada pessoa tem sua percepção de nocividade, por isso, tem diferentes experiências com o sofrimento, com a dor e com as possibilidades e impossibilidades na relação com as SPA.

Nesse sentido, o termo nocivo não expressa uma análise moral dessas substâncias, se louvável ou condenável; nem uma questão quantitativa ou de frequência do uso. Está relacionado com uma perspectiva que designa a autonomia do sujeito frente a escolha de consumir ou não substâncias psicoativas, ou seja, explicita uma ação de consumir em que o sujeito foi destituído do seu lugar de escolha. Trata-se do consumir que nega a quem

consume a autonomia sobre o objeto consumido, destituindo o consumidor da noção de humanidade, tanto em relação a si como em relação ao outro. Não é a substância que pertence ao indivíduo, ao contrário, é ele que lhe pertence.<sup>5</sup>

Portanto, a escolha da expressão consumo nocivo de substâncias psicoativas demarca uma posição crítica frente a qualquer perspectiva que, ora analisa o fenômeno do consumo de drogas desconsiderando a dinâmica social- como se o problema estivesse no indivíduo ou se tratasse de uma questão de desvio da personalidade- ora analisa estabelecendo uma associação direta entre o consumo de drogas e a sociedade - como se fosse uma relação imediata de causa e efeito entre o indivíduo, as drogas e a sociedade. Defendemos que o consumo nocivo de substâncias psicoativas se dá na mediação entre indivíduo, substância psicoativa, sociedade e história; estando cada um desses elementos implicados uns nos outros, como sendo constitutivos entre si. Consideramos que exista a produção da dependência química em consequência de uma dinâmica social pautada na administração da vida. A dinâmica da sociedade ressoa uma espécie de mal-estar que denuncia e associa deformação subjetiva, sofrimento e adoecimento que pode levar ao consumo nocivo de substâncias psicoativas<sup>6</sup>.

Provocados pela recomendação de Horkheimer e Adorno (1947/1985), de que devemos promover estudos e pesquisas que investiguem porquê o desenvolvimento e o progresso da sociedade, na maioria das vezes, não é acompanhado pelo desenvolvimento verdadeiramente humano e autônomo, tanto do ponto de vista humano quando do social, consideramos fundamental compreender os fatores sociais, culturais, individuais e históricos que interferem e constituem as relações entre os homens e as substâncias psicoativas. Em consonância com o pensamento de Adorno (1951<sup>7</sup>/1993), de que não é preciso ir além da coisa, mas de dentro da coisa esmiuçar sua negatividade e desmistificá-la sem promover, com isso, sua apologia seguimos neste primeiro capítulo uma reflexão sobre nosso objeto de estudo por meio da discussão da tensão indivíduo-sociedade. Pensar o objeto sobre o qual pesquisamos implica refletir sobre o modo como a dinâmica da sociedade determina e configura-se na relação entre indivíduo, mal-estar subjetivo e o consumo nocivo de substâncias psicoativas. Assim, buscamos discutir a sociedade, o

---

<sup>5</sup> Outras expressões como toxicomania, compulsão, adicção e uso problemático aparecem ao longo do texto quando estivermos trabalhando com citação direta ou indireta de algum autor que utiliza essas expressões.

<sup>6</sup> É importante esclarecer que não desconsideramos o fator orgânico em relação ao consumo de substâncias psicoativas, ou seja, que existem drogas com maior ou menor potencial de provocar dependência em decorrência de sua ação no sistema nervoso.

<sup>7</sup> No livro *Mínima Moralía* o ano da primeira publicação consta como 1951. Entretanto, em *Intervenciones: nueve modelos de crítica* (1969), a obra é indicada como sendo de 1947.

indivíduo e as drogas nas questões que lhes são próprias, nas contradições das quais padecem.

### **1.1. Estudo crítico do consumo de substâncias psicoativas: aspectos introdutórios**

Demarcamos a discussão deste capítulo a partir do seguinte trecho: “A psicologia não é uma moda passageira situada às margens da sociedade; ao contrário, está profundamente emaranhada na realidade social. Por esse motivo qualquer estudo de Psicologia deve simultaneamente analisar a sociedade e a cultura da qual ela faz parte” (Jacoby, 1977, p. 7).

A complexa relação entre a teoria da sociedade e o que denominou de psicologia profunda é apontada por Adorno (1955/2015), no ensaio “ Sobre a relação entre sociologia e psicologia”, no qual discute que a cisão entre as ciências sociais e humanas não é resolvida por uma imposição metodológica que pressupõe uma harmonização de conceitos ou de objetos de estudo. Segundo o teórico, essa divisão reflete a realidade em que o ser humano não se reconhece em sociedade, estando cindido dela; e a sociedade, por sua vez também não reconhece a si mesma. Para o autor, tanto a cisão entre social e psíquico como a síntese que busca dar conta dessa separação são ideológicas. Ambas, cisão e síntese, ratificam o caráter monadalógico<sup>8</sup> da relação entre a sociedade e o indivíduo eliminando a unidade antagônica entre social e psíquico:

A construção teórica da separação entre sociologia e psicologia deriva do princípio social dominante - as quais, depois de se separarem, se desenvolveram em alguma medida independentemente uma da outra como estados concorrentes - deve ser corrigida, pois ela despreza em demasia as zonas críticas onde o que está separado se toca gravemente. A unidade antagônica permanece unidade mesmo em seu antagonismo. Tampouco psicologia e sociologia influenciam-se reciprocamente de forma imediata - tal como se concebe segundo o modelo que apreende a cisão como algo logicamente exterior e ao mesmo tempo de objetos reificados, em vez de apreendê-la de forma estrutural -, tão pouco também o que

---

<sup>8</sup> De acordo com Abbagnano (2007, p. 680), Giordano Bruno foi o primeiro a empregar o termo mônada no sentido de uma unidade indivisível que constitui o elemento de todas as coisas. Leibniz, a partir de 1696 retomou o termo para designar a substância espiritual enquanto componente simples do universo. Para o filósofo a mônada é “(...) uma substância desprovida de partes e de extensão, portanto indivisível”. Cada mônada é diferente das outras, pois não existem na natureza dois seres perfeitamente iguais. Em contrapartida a essa perspectiva Adorno (1951/1993, p. 131), pormenoriza a relação mediada entre indivíduo e sociedade. Para o autor “o indivíduo reflete, precisamente em sua individuação, a lei social preestabelecida da exploração (...) Isso significa também que sua decadência na presente fase não é algo a ser derivado de um ponto de vista individual, mas sim a partir da tendência da sociedade, tal como ela se impõe por meio da individuação, e não como mero adversário desta.

se divide segundo tal princípio decorre de fato independentemente um do outro (Adorno, 1955/2015, p. 134).

Para tentar distanciar o risco, seja de separação ou de síntese, e encontrar um momento de verdade, Adorno (1955/2015) destaca que uma pesquisa deve investigar as questões subjetivas levando em conta o atravessamento das determinações sociais, buscando para tanto denunciar a tensão entre os aspectos materiais, objetivos e os subjetivos. Trata-se, segundo o autor, de um movimento dialético, em que social e psíquico, objetivo e subjetivo se entrelaçam em um campo de forças, que de modo algum deve ser sistêmico ou totalizante, exigindo que o objeto seja pensado também do ponto de vista das suas contradições.

Segundo Crochík (1996b, p. 45), a pesquisa fundamentada nessa postura deve considerar que: “o sujeito (quer enquanto teoria, quer enquanto subjetividade) não é só objeto como poderia se pensar a partir de uma perspectiva marxista, nem tão pouco senhor do objeto, como quer a postura idealista”. A investigação de um objeto de pesquisa deve levar em conta a relação sociedade-indivíduo tendo por base a relação epistemológica entre sujeito e objeto, ou seja, a relação em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento sobre eles, considerando que o objeto surge em função do sujeito que respectivamente é produzido por este objeto, apesar de não poder ser confundido com ele.

Para Rounet (1989, p.74), é essa perspectiva que qualifica, “(...) mais que qualquer outra teoria, para a tarefa de desvendar o irreal que, na cultura, se apresenta com a máscara da realidade, e desnudar a irracionalidade essencial de uma ordem que se apresenta como a encarnação da razão”. Trata-se de desvendar o que a lógica da sociedade faz crer ser a verdade revestida de razão e ciência. Assim, para a compreensão do objeto desta pesquisa- a produção do consumo nocivo de substâncias psicoativas advinda do mal-estar subjetivo<sup>9</sup> quando das condições da sociedade administrada<sup>10</sup>- buscamos “diálogo” com a Teoria Crítica da Sociedade, a teoria psicanalítica de Freud e a teoria de Marx.

Ao recorrer a essas teorias não pretendemos unificá-las para explicar o objeto de estudo, mas compreendê-lo a partir da tensão de suas perspectivas psicológicas e sociológicas. Conforme nos alerta Crochík (1996a, p. 45) quando a psicologia e a

---

<sup>9</sup> A noção de mal-estar subjetivo será discutida de modo aprofundado ao longo do capítulo 3. Na perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade o mal-estar subjetivo constitui-se por meio da formação do indivíduo que se dá no processo de apropriação subjetiva de uma cultura demarcada pela dominação.

<sup>10</sup> A expressão sociedade administrada será discutida no trabalho enquanto conceito que representa a sociedade industrial ou sociedade capitalista, cujo funcionamento determina a supremacia do princípio da troca sobre as relações humanas, que por si só se desdobra em dominação que nos torna coisas em meio a outras coisas.

sociologia falam de um mesmo objeto a cisão já está posta e é necessário mantê-la sem com isso tomar o objeto de modo isolado, ora na perspectiva psicológica, ora na perspectiva sociológica. Para o autor estudar um objeto do ponto de vista da psicologia e da sociologia de modo isolado é tão falso quanto estudar a partir da integração dessas teorias como se tratassem da mesma coisa: “a possibilidade que resta é confrontá-los para que expressem a realidade da cisão”.

Nas palavras de Adorno (1955/2015, p. 82): “o conhecimento não pode assenhorar-se de nenhuma totalidade que não a antagônica, e somente em virtude da contradição pode alcançar a totalidade”. O autor faz referência à totalidade da sociedade e, a partir dessa colocação, pensamos a questão da totalidade do objeto aqui estudado. Assim, não há uma síntese conciliadora que dê conta da totalidade do objeto, o que implica dizer que a reflexão sobre determinado objeto se encontra na afirmação e na negação do elemento estudado, buscando compreender o que a afirmação oculta.

Também não é a intenção deste trabalho cindir, ainda que elas sejam distintas, a psicologia social analiticamente orientada e a psicanálise, menos ainda dissociar a teoria e a prática, apesar dessa separação ser ideal e real. Freud(1921/1996i, p. 81), alerta que “o contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte da sua nitidez quando examinamos mais de perto”.

Adorno (1968/2008), considera que Freud, ao olhar para a dinâmica psíquica, se deparou com a dinâmica social. Para o autor, nos processos psicológicos mais profundos como os instintos, as pulsões, o inconsciente, a necessidade vital etc, Freud encontrou a dinâmica do coletivo que se impunha sobre o que parecia ser mais íntimo e singular. Nesse sentido, Adorno (1968/2008a) considera que uma investigação dos elementos psíquicos só faz sentido quando realizada mediante o que não seja unicamente psicológico, quando os dados não são interpretados unicamente do ponto de vista individual, mas olhados nonexo social do qual se constituem. Esse movimento, parece ser, segundo esse teórico, um momento dialético da teoria freudiana:

O tema dialético repousa no fato de Freud haver descoberto na elaboração de seu próprio material, genuinamente, que quanto mais se mergulha nos fenômenos da individuação dos seres humanos, quanto mais irrestritamente se apreende o indivíduo em sua dinâmica e seu resguardo, tanto mais perto se chega àquilo que, no indivíduo, já não é propriamente o indivíduo. Assim a focalização freudiana do indivíduo oferece um exemplo esplêndido para minha exigência de descobrir o conteúdo social das categorias peculiares das ciências específicas aprofundando-se nestas e não a partir do que se encontra fora delas (Adorno, 1968/2008a, p. 269).

Tomando esse movimento dialético sobre o qual trata Adorno não é possível investigar criticamente o consumo nocivo de drogas sem investigar a mediação dos aspectos sociais, bem como é impossível compreender os aspectos universais sobre as drogas desconsiderando as particularidades da relação do indivíduo com elas. Como discorre Rounet (1989, p. 75): “O particular vale, em sua irreduzível especificidade, como representante do universal, através da categoria da *Vermittlung*, da mediação, pela qual a parte é índice do todo, mas não pode ser absorvida pelo todo”. Ao buscar compreender os fenômenos sociais, eles se estendem ao psíquico e este, por sua vez, ao social. Os fenômenos representam uma unidade antagônica, na medida em que se opõem e se constituem dialeticamente e essa tensão precisa ser analisada considerando a particularidade do objeto de estudo.

Para investigar a vida social e psíquica ou qualquer outro objeto de interesse é preciso levar em consideração seus múltiplos aspectos, mediações e contradições. Horkheimer (1968/1990) destaca que, ao analisar um problema de pesquisa, é preciso esmiuçar todas as multideterminações para não incorrer no erro de naturalizar ou idealizar o objeto reproduzindo a ideologia vigente que em nada modifica a realidade. Segundo o autor, o estudo crítico sobre determinado fenômeno deve perguntar pelas circunstâncias que estão postas, cuidando para olhar a totalidade e a particularidade que o compõe. Deve-se atentar para a história e para as condições estruturais que constituem o objeto e avançar sobre seus aspectos particulares e circunstanciais.

Tendo em vista esse modo de lidar com o objeto, a presente reflexão leva em consideração os atravessamentos do seu objeto de estudo demarcando uma contraposição em relação às perspectivas ideológicas que mantêm mecanismos de dominação inalterados. Ainda assim, não se exime do risco de ela mesma ser ideologia, por ser atravessada pela lógica ora dicotômica, ora totalizante da relação indivíduo e sociedade. Assim, considera que a compreensão de um fenômeno não é neutra e muito menos isenta de contradições.

Para Adorno (1955/2015), a dissolução do indivíduo na sociedade administrada o torna incapaz de diferenciar-se do outro e da totalidade. Assim, nosso modo de construção do conhecimento sobre as coisas do mundo é também reflexo do que nele ocorre e, por isso, é consciência falsa. O empobrecimento do movimento dialético que está no modo de funcionamento da sociedade se estende para a formação dos indivíduos, tornando ainda

mais difícil romper com as forças irracionais que nos dominam e nos impedem de fazer uma análise verdadeira sobre os fenômenos.

O contexto de dominação, como explica Horkheimer (1946/2000), promove cada vez mais o acirramento entre sociedade e indivíduo. Este entra em declínio pela necessidade de se adaptar, perdendo gradativamente a capacidade de se diferenciar. O antagonismo entre o eu e o todo, tão fundamental na constituição da subjetividade, cede lugar a necessidade de se adaptar à realidade. Nessa dinâmica, o sujeito só consegue sobreviver se pertencer a um grupo pela repetição e imitação, ainda que para isso tenha que abrir mão da sua própria humanidade. Em nome de uma adaptação alienada, o indivíduo se anula e, fazendo isso, anula também o outro. O que não implica dizer que no processo de constituição do indivíduo a adaptação não seja necessária. Esse processo se dá pela mediação entre indivíduo e sociedade, ou seja, o indivíduo é constituído socialmente, não há uma relação externa entre eles. O indivíduo é natureza mediado pelo sistema que nomeamos de sociedade.

A subjetividade é formada por aspectos particulares e universais que cada indivíduo constitui conforme se desenvolve e vivencia experiências da vida social e cultural. Está relacionada àquilo que diferencia os indivíduos por seus aspectos particulares e àquilo que os iguala por seus aspectos universais. Contudo de acordo com Horkheimer (1946/2000), a lógica moderna ora promove uma antítese entre subjetividade e sociedade como se uma não fizesse referência a outra, ora uma simbiose como se ambos fossem a mesma coisa. Tanto a separação quanto a identificação revelam leituras aparentes da relação indivíduo sociedade, pois perdem a possibilidade de analisar contradições, tensões e mediações. Frente a esse descompasso, o indivíduo é formado cada vez mais enquanto particularidade, alheio ao que é comum, constitui-se em fragmentos forjando sua autonomia em um ideal de liberdade e livre escolha que na realidade é pura adaptação.

De acordo com Tiburi e Dias (2013, p. 252), as constituições da subjetividade e das experiências humanas não estão mais referidas a um mundo estável capaz de oferecer referências que norteiam os rumos a serem tomados. “Na direção contrária, temos uma subjetividade que perdeu o alento e o conforto da palavra de autoridade, tornando-se a resultante de fazer e das escolhas do indivíduo (...) indivíduo que se acredita autônomo em sua consciência e em sua ação”. Temos um cenário de desamparo que torna os

indivíduos cada vez mais auto-referenciados, voltados para seu próprio eu, investido em si mesmo encontrando no corpo uma forma de se sentir menos desamparado<sup>11</sup>.

Ao que parece, a realidade constitui um indivíduo que sucumbe diante da irracionalidade das diversas circunstâncias da vida material e dessa fenda entre indivíduo e sociedade escapa o mal-estar. Pedrossian (2015, p. 3) aponta que o mal-estar na cultura, derivado da conformação do indivíduo ao meio social provoca o declínio da individuação - apropriação subjetiva da cultura e, por sua vez, o declínio da própria cultura. A autora recorre à noção de mentira manifesta discutida na perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade para refletir sobre a ideologia presente no processo de formação dos indivíduos. Segundo Horkheimer e Adorno (1956/1973) a formação dos indivíduos está marcada por uma aparência socialmente necessária, ou seja, aquilo que é a aparência da sociedade se tornou a sociedade real, o véu que separa o mundo interno do mundo externo promove uma aparência de externalidade; indivíduo e sociedade já não são elementos de natureza diferentes, o que provoca a perda da própria individualidade, já que para se constituir enquanto indivíduo é necessário se diferenciar da totalidade.

Ainda segundo essa dinâmica entre ideologia e mal-estar, Berman(2007)aponta que o mal-estar advém das contradições que se encontram na base da sociedade moderna. Refletindo sobre essas contradições, Marx e Engels(1848/2001, p. 33) nos aponta que os homens, a partir da Revolução Industrial tiveram acesso a forças que poderiam promover um desenvolvimento nunca antes imaginado, mas contraditoriamente, com o progresso o mundo experimentou horrores nunca antes imaginados e a sociedade regrediu a um estado de barbárie. A vida dos homens, segundo os autores, está permeada por contradições, pois na medida em que a humanidade domina as forças da natureza por meio das técnicas os homens parecem se tornar cada vez mais escravos das suas próprias criações e escravos uns dos outros.

Para a teoria marxista as mudanças advindas da expansão marítima, comercial e industrial colocaram os homens no centro do mundo. Aqueles deixam para trás referências e tradições e, como discorrem Marx e Engels (1848/2001, p. 29): “tudo o que era estável e sólido desmancha no ar; tudo o que era sagrado é profano, e os homens são

---

<sup>11</sup> Para as autoras a toxicomania representa a personificação do individualista, aquele que se constitui por si mesmo “(...) que realiza sua vida sem precisar de ninguém, que não tem herança, que nada deve àqueles que o antecederam, seus antepassados” (Cotrim, 2006). A relação que o dependente estabelece com as substâncias psicoativas revela uma dificuldade de renunciar os limites e os prazeres limitados, como se a existência do sujeito tivesse início no aqui e agora. Mas, revela também uma necessidade de tutela para lidar com a ausência de um senhor, como uma solicitação a referências, ainda que isso signifique o aniquilamento.

obrigados a encarar com olhos desiludidos seu lugar no mundo e suas relações recíprocas”. Os autores discutem os malefícios da nova forma de viver, fazendo um diagnóstico da sociedade recém-inaugurada. Para eles, a ausência de referências que situam o indivíduo na sociedade, a perda da noção de totalidade e a produção acelerada, geram insegurança comprometendo a constituição e as experiências dos indivíduos levando-os a um desconforto em seu estar no mundo.

As experiências do indivíduo vão se tornando experiências vazias e isoladas. Não se constitui uma ligação com o passado histórico, tornando o futuro ainda mais nebuloso. A falta de reconhecimento do outro e de si, consequência da ruptura entre indivíduo, natureza e história se desdobram em sofrimento. De acordo com Carneiro (2005), Marx e Engels ao tratarem das mazelas provocadas pelo advento da modernidade, entre elas as condições desumanas e as longas jornadas de trabalho do proletariado, identificam em uma substância psicoativa, a bebida alcoólica, o papel de um consolo inegável:

Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicado em 1843, Engels observou a importância do álcool como praticamente o único lazer operário. Em *Introdução à crítica da filosofia do Direito em Hegel*, na qual Marx escreveu a famosa frase a respeito da religião como ópio do povo, ambos fenômenos – a religião e a droga – são vistos como meios de fugir à crueldade da dor da exploração do trabalho, remédios contra o sofrimento e, portanto, não condenáveis em si mesmos, pois seria uma crueldade subtrair dos que sofrem os seus bálsamos e os seus paliativos, devendo-se sim buscar uma situação na qual a ruptura dos grilhões tornem não mais necessárias as flores para adornar e disfarçar estes mesmos grilhões (Carneiro, 2005, p. 47, grifos do autor).

Nesse sentido, é possível identificarmos na exploração da divisão social do trabalho uma fonte de sofrimento humano e no uso de substâncias psicoativas uma maneira de lidar com o sofrimento. Freud (1930[1929]/1996g)<sup>12</sup> considera que a dor de existir nos atinge por meio de três direções: o mundo externo, o nosso próprio corpo e o relacionamento com os outros. Sendo o uso de substâncias tóxicas um mecanismo para lidar com o sofrimento. O modo de vida no qual nos encontramos é penoso e provoca muito sofrimento. Segundo o autor para suportar a vida com tanto sofrimento e decepções recorreremos a três medidas paliativas: “derivativos poderosos, que nos fazem extrair luz de nossa desgraça; satisfações substitutivas, que a diminuem; e substâncias tóxicas, que nos tornam insensíveis a ela” (p. 83).

---

<sup>12</sup> A nota do editor inglês aponta que no início de 1929 Freud iniciou os escritos de Mal-estar na civilização. Seu primeiro esboço foi finalizado por volta da metade desse mesmo ano e enviado à gráfica no início de novembro. Publicado antes do fim do ano, apesar de trazer a data ‘de 1930’. Por conta disso adotamos o uso na referência com ambas as datas.

De acordo com Crochík (1998), o sofrimento está na base do desenvolvimento da sociedade capitalista que nega a relação dialética entre indivíduo e sociedade. Segundo o autor, a constituição do indivíduo se dá na mediação com a cultura, o que implica dizer que sujeito e a sociedade se constituem ora se identificando, ora se contrapondo um ao outro<sup>13</sup>. Nesse sentido, uma sociedade que separa os indivíduos da sua própria constituição torna a subjetividade mera adaptação e, por sua vez, se torna uma sociedade cada vez mais hostil, na medida em que os indivíduos não se reconhecem nela e não reconhecem a si mesmos.

Ainda de acordo com Crochík (1998), a ideologia busca reproduzir a dissociação indivíduo - sociedade, mas aquilo que lhe escapa, devido a contradição inerente a essa relação resulta o mal-estar:

Se este mal-estar é prova do sofrimento existente, a ideologia tenta negá-lo para que a existência do indivíduo possa ser harmonizada com a existência da cultura que o nega. Dessa forma, ou o sofrimento é atribuído, quanto às suas fontes, ao indivíduo, ou seja, é ele o inadequado [...] ou então o sofrimento é tornado ontológico e o indivíduo deve conviver com ele (Crochík, 1998, p. 3).

Nessa perspectiva, a relação indivíduo-sociedade cindida pelas determinações sociais, acarreta consequências significativas para a constituição da subjetividade. Esta é guiada por normas externas, seguindo padrões científicos de comportamento. O pensamento se constitui não mais pela apreensão e elaboração de conceitos, mas por operações técnicas desses conceitos. Segundo Crochík (1990), as bases para constituição dos indivíduos são determinadas por padrões científicos de comportamento, o modo de pensar é demarcado pela simples operacionalização de conceitos tornando a subjetividade afirmação da realidade percebida, mera adaptação. O indivíduo sequer reconhece como sua a realidade que ele mesmo reproduz.

Para Crochík (2010b), na contemporaneamente temos um sujeito sem subjetividade, segundo o autor:

A subjetividade não se desenvolve mais a partir da interiorização da cultura como outrora porque a experiência, no limite, foi suprimida. A existência de um eu presente em cada reflexão que permite a continuidade e, portanto, a história

---

<sup>13</sup> A cultura está relacionada a diferentes modos de vida constituídos e transmitidos entre os membros da sociedade. Trata-se dos símbolos, conceitos, valores, atitudes etc que dão forma à sociedade, bem como da maneira de pensar e agir dos diversos grupos sociais (Bottomore, 2012). Na perspectiva da Teórico Crítica da Sociedade, a cultura expressa a materialização da totalidade da vida social, constituindo-se pela produção de ideias e pela produção material. Nesse sentido, a cultura não pode ser compreendida enquanto independente ou tomada como já pressuposta, ela está ligada à administração e materialização das necessidades de grupos sociais (Bottomore, 2012). A cultura que deveria se constituir baseada na promoção da conscientização e, portanto, na humanização, mas se tornou instrumento de dominação promovendo apatia frente à transformação da realidade.

individual, é substituída pela mudança contínua do indivíduo que deve se adaptar a cada nova situação abandonando o que sabia anteriormente (Crochík, 2010b, p. 36).

Adorno (1955/2015) aponta que o indivíduo tem se tornado cada vez mais vazio de conteúdo e de sentido humano para se adaptar à realidade; e o faz para preservar a si mesmo, pois quem não professa o que está estabelecido é posto à margem. Conforme esclarece o autor, o medo de ser expulso da coletividade, remetido ao medo da destruição, faz com que o indivíduo se negue a perceber as contradições da sociedade:

Quem não se comporta segundo as regras econômicas, hoje em dia raramente naufraga imediatamente, mas no horizonte delinea-se o rebaixamento socioeconômico. *Torna-se visível o caminho para o associal*, para o criminoso: a recusa de colaborar torna suspeito e expõe à vingança social quem não precisa ainda passar fome e dormir sob as pontes. O medo [Angst] de ser excluído, a sanção social do comportamento econômico, internalizou-se há muito através de outros tabus, sedimentando-se no indivíduo (Adorno, 1955/2015, p. 77, grifo nosso).

A constituição do indivíduo se dá no processo de identificação e transformação entre indivíduo e cultura, como discorre Crochík (1998, p. 2), “(...) pela interiorização da cultura, que permite expressar os anseios individuais e criticar a própria cultura que permitiu a sua formação”. O indivíduo assimila aspectos que lhes são externos e a partir disso transforma-se de acordo com o modelo internalizado. Assim, a cultura é o meio para a individuação e está se dá no movimento dialético de adaptação e superação. Contudo, a cisão entre indivíduo e sociedade provocada pelo uso irracional da razão técnica, ou seja, a técnica como um fim em si mesmo, tornou a relação identificação-indiferenciação mera cópia da realidade.

A identificação, como se dá na sociedade atual, torna-se vazia de significado humano, mas ela é fundamental. Para Crochík (2010b), o indivíduo indiferenciado da sociedade não se constitui enquanto subjetividade, pois incorpora unicamente um ideal frente ao qual pretende se tornar idêntico e harmônico, sem a possibilidade de confrontá-lo. Esse autor explica que na atual cultura de massa<sup>14</sup>aquele que não se ajusta e, também, aquele que é leal à ordem estabelecida não devem se esquecer do poder a que estão submetidos. Diante dessas condições o indivíduo tem disponibilizado muita energia

---

<sup>14</sup> A cultura de massa está relacionada à indústria cultural que transforma bens culturais em mercadorias tornando qualquer produção humana objeto de consumo para gerar lucro. A Indústria cultural busca padronizar e homogeneizar os bens culturais afim de perpetuar o controle maciço e manter a massa alheias às lutas por transformações sociais que possibilitariam a emancipação (Horkheimer & Adorno, 1947/1985).

buscando sobreviver, o que o impossibilita de superar as limitações por outra via que não seja pela afirmação da realidade levando-o a uma condição de sofrimento e mal-estar.

Em nome da razão e do desenvolvimento o indivíduo coloca em risco sua própria humanidade:

O absurdo econômico em cuja teia a tecnologia se enredou, não já o progresso técnico como tal, faz pesar a sua ameaça sobre o Espírito e agora, também, sofre a própria sobrevivência física da humanidade. Sem dúvida, está ficando difícil separar o progresso técnico, não da civilização, mas da prostração na idiotia, em tal medida os homens estão sendo marginalizados do processo de produção de bens. A técnica é dona não só do corpo como do espírito dos homens e há uma cortina de mistificação tecnológica (...) *Hoje os sonhos dos homens civilizados não é com um mundo de redenção ou um jardim de Delícias, em que cada um espera que os frangos assados venham, voando, cair-lhes na boca, mas com um automóvel superior ao que tem (...)*” (Horkheimer e Adorno, 1956/1973, p. 98-99, grifos nossos).

Ao que parece, a racionalidade técnica impôs sua força ao psíquico e ao corpo das pessoas em nome de uma pseudoliberalidade que responsabiliza o indivíduo por sua condição e seu sofrimento.

Camufla-se a liberdade dos indivíduos que estão submetidos à sociedade administrada. Está faz a gestão das escolhas e do próprio mal-estar que impõe. Aos que têm dificuldades de se adaptarem a essa aparência ou não suportam o pesar de estar no mundo, a ciência da psicofarmacologia e o mercado oferecem intervenções químicas, lícitas ou ilícitas, que podem garantir a permanência em sociedade e a sua reprodução. Essas substâncias psicoativas ocupam, nesse processo, a possibilidade de o indivíduo se retirar do mundo, ao menos momentaneamente, que lhe provoca tanta dor.

Tiburi e Dias (2013) enunciam a condição de uma “Sociedade Fissurada” como sendo objeto de estudo privilegiado para o entendimento crítico do tema das drogas. Ressalvadas as divergências teóricas em relação à Teoria Crítica da Sociedade, para as autoras, a fissura demarca um modo de organização da sociedade que busca ocultar as contradições sociais tornando-as irrefletidas, por isso cindidas das questões que envolvem a temática do consumo de drogas. As drogas, nessa perspectiva, representam a materialização de um centro de poder na cultura moderna e o vício não é mera categoria diagnóstica, mas uma expressão que carrega sentidos e significados históricos e sociais.

No entendimento das autoras, a droga não é meramente uma palavra, seu significado é atravessado pela história e pela cultura, ecoando ditos que trazem consigo sentidos e representações. Um dos sentidos atribuído é expresso pelo que se convencionou chamar “*o problema da droga*”. Aqui há a negação de uma prerrogativa

fundamental: ser questão socialmente construída. No território das discussões não é raro encontrar falas prontas e superficiais que reforçam perspectivas moralistas, religiosas e pseudocientíficas. Nas práticas profissionais é comum a realização de intervenções reduzidas à medicina e técnicas terapêuticas alheias à lógica social que produziu a demanda.

Uma busca breve nos bancos de dados Google Scholar (Google Acadêmico), Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Base Lilacs) e Scientific Electronic Library Online (SciELO) por pesquisas sobre o tema da dependência química e as diferentes abordagens aplicadas nos tratamentos dos usuários tendem a confirmar uma visão mais unilateral, que normatiza e padroniza a dependência enquanto patologia do usuário desconsiderando os atravessamentos da lógica de consumo vigente na sociedade. Como exemplo dessas investigações, Moraes e Barroco (2016) apontam que em sua pesquisa de revisão da literatura a respeito das concepções e formulações hegemônicas atuais sobre o alcoolismo, para identificar as principais proposições em relação a suas causas e origens, encontraram a perspectiva bio-psico-social com prevalência da determinação biológica como proposta recorrente de explicação da dependência química de álcool.

As autoras buscaram resumos e artigos em língua portuguesa com os descritores em separado: alcoolismo, síndrome de dependência de álcool, uso de álcool, abuso de álcool, dependência de substâncias psicoativas e psicopatologia. Encontraram 537 artigos dos quais foram selecionados 134 considerando a relevância do artigo para o estudo em questão. Segundo Moraes e Barroco (2016), 22 artigos não abordavam aspectos sobre as causas ou as origens do adoecimento e 112 apresentavam diferentes teorias ou modelos explicativos sobre a dependência de álcool. De acordo com as autoras os artigos que apresentaram uma compreensão multicausal do fenômeno apontavam os seguintes determinantes: biológicos (sexo, idade, fatores genéticos, marcadores orgânicos, como enzimas e taxas sanguíneas, morbidades psiquiátricas e clínicas, psicofármacos); psicológicos ou comportamentais (personalidade e identidade, processos subjetivos inconscientes, processos cognitivos, hábitos e repertórios comportamentais) e sociais ou ambientais (profissão, relações e condições de trabalho, família, etnia e religião, gênero, localidade urbano-geográfica e renda). Contudo Moraes e Barroco (2016, p. 230) afirmam: “apesar de todos os 112 artigos terem abordado o uso e dependência do álcool a partir da multicausalidade, que aqui chamamos de biopsicossociais alguns trabalhos deram ênfase maior a um ou outro fator em sua pesquisa”. Segundo as autoras, nos artigos

analisados foram feitas 91 menções a questões orgânicas e biológicas, 70 menções a aspectos psicológicos ou comportamentais e 53 menções a aspectos sociais e ambientais.

A pesquisa apresentada pelas autoras chama a atenção não somente porque os aspectos biológicos e psicológicos parecem ter mais ênfase em pesquisas sobre o tema, mas também pela supervalorização desses fatores em detrimento dos aspectos sociais e mais, pela negligência ou desconsideração da hipótese de o adoecimento ser socialmente produzido.

Para Tiburi e Dias (2013, p. 7), ao olharmos para o consumo de drogas na sociedade fissurada é preciso levar em conta: “(...) o sistema social e os dispositivos de poder que capturam indivíduos, contribuindo para colocá-los a serviço das drogas em processos de comprometimentos subjetivos muitas vezes nefastos”. Segundo as autoras, fissura que constitui a sociedade contemporânea expressa a alienação entre o humano e a natureza, apontando para a não reflexão que retrata um mundo administrado há tempos denunciado nos estudos críticos marxistas e frankfurtianos. Nas palavras das autoras: “A sociedade fissurada é um modo de dizer da forma da alienação em nosso tempo. É o trabalho do ser humano, pois que se torna para ele uma existência externa, um objeto” (p. 115).

A sociedade fissurada demarca a ausência da reflexão, característica da “vida imediata”, ou da “vida reta”, ou ainda da “vida danificada” como expressa Adorno (1951/1993, p. 166), uma existência que constitui o fosso entre a realidade e a subjetividade:

Aquilo que ‘vida’ significava outrora para os filósofos passou a fazer parte da esfera privada e, mais tarde ainda, da esfera do mero consumo, que o processo de produção material arrasta consigo como um apêndice sem autonomia e sem substância própria. Quem quiser saber a verdade acerca da vida imediata em que investigar sua configuração alienada, investigar os poderes objetivos que determinam a existência individual até o mais recôndito nela (...) O olhar lançado à vida transformou-se em ideologia, que tenta nos iludir escondendo o fato de que não há mais vida (Adorno, 1947/1993, p. 7).

Horkheimer e Adorno (1956/1973) nos falam de uma mentira manifesta, pela qual o indivíduo adere às conexões sociais garantindo a ilusão da possibilidade de felicidade. Para Crochík (2004), o que encobre essa adesão é o mal-estar que a própria lógica social causa. Segundo o autor, a adaptação concilia o universal e particular reforçando a reprodução social de dominação e a manutenção dos interesses sociais dominantes. De acordo com Crochík (2004, p. 42) a conciliação que se dá por meio da hierarquia social pré-estabelecida que tem como base a necessidade de reprodução social

constitui pessoas adaptadas e não adaptadas, sendo as adaptadas mais propensas ao sadomasoquismo, ao narcisismo ou às compulsões.

Ainda de acordo com o autor, essas formas de estar no mundo representam defesas contra o sofrimento, cuja fonte é a renúncia do desejo de se ligar a objetos reais. Nesse sentido, o modo como a sociedade é organizada submete os indivíduos a regressões psíquicas necessárias para sua manutenção e reprodução. Dentre esses mecanismos, tomamos, especialmente, as compulsões por substâncias psicoativas como objeto de análise.

Assim, tendo em vista o interesse de refletirmos sobre a produção do consumo nocivo de SPA que advém do mal-estar na sociedade administrada, seguimos a reflexão sobre a constituição da lógica social vigente bem como sobre a subjetividade que dela emerge. Consideramos que investigar essa temática focando apenas a relação entre consumo nocivo de drogas e mal-estar significa reproduzir a ideologia que impossibilita desvendar as contradições sociais, por isso a importância de articularmos o tema com as questões da realidade que está posta.

Não devemos de acordo Crochík (2004, p. 43), “reduzir o sentimento de desamparo ao desamparo real, ainda que o último fomente o primeiro. *Assim, se não devemos interpretar as desordens psíquicas imediatamente pelas desordens sociais, não devemos deixar de relacioná-las*”. Ou seja, ao olharmos para as compulsões pelas drogas não devemos estabelecer conexão direta com as questões sociais, mas também não devemos negligenciar a mediação entre elas. Trata-se da tensão entre a compulsão pelas drogas e as questões sociais.

Cabe destacar que o ponto de partida da elaboração deste estudo teórico foi o artigo do Prof. Dr. José Leon Crochík escrito em 2004, denominado “A normalidade do sofrimento”, em que desenvolve a ideia de que alguns sintomas sociais, entre eles as compulsões, não são mais do que modos de funcionamento, autopreservação<sup>15</sup> dos indivíduos frente a uma sociedade que, pela via do consumo, promove, para além da repressão do prazer, o dever de sentir prazer. Crochík (2004, p. 41) faz referência a Auschwitz, símbolo da era nazista, chamando a atenção que: “hoje não é mais necessário construir câmaras de gás - os homens liquidam-se a si mesmos”. Segundo o autor, a nossa sociedade promove o adoecimento, o que implica dizer que as condições objetivas da vida

---

<sup>15</sup> Para Crochík (1996c), a autoconservação constitui e é constituída em uma cultura cuja base é a dominação da natureza e a dominação da própria natureza humana. Nela, as relações humanas estão baseadas em valores como força, inteligência e saúde física e psíquica elegendo um ideal que naturalmente nenhum humano consegue alcançar, mas também não consegue deixar de tentar alcançar.

social não possibilitam condições que estruturam a formação do indivíduo sustentada na capacidade de refletir e transformar sua realidade. Isso significa que temos indivíduos também em processo de adoecimento, sendo que esse adoecimento se manifesta nas formas de sadomasoquismo, narcisismo ou compulsões.

De maneira geral o termo sadomasoquismo representa a relação entre formas opostas de buscar e sentir prazer. No sadismo, o prazer se encontra na imposição de sofrimento e dominação sobre o outro, enquanto no masoquismo o prazer se encontra em receber sofrimento físico e moral do outro, ou seja, os sadomasoquistas encontram prazer em objetos externos específicos. Os narcisistas têm prazer no próprio eu e no reconhecimento dos outros. Os compulsivos obtêm prazer sem objeto específico pelo próprio movimento da pulsão, ou seja, a compulsão está relacionada a uma imposição infringida sobre o indivíduo que o obriga a comportar-se de certa maneira para obter prazer. Conforme Crochík (2004, p. 42): “não parece ser exagero supor que se adaptam bem aqueles que sabem mandar, que sabem obedecer, que só pensam em si e os que não precisam de objetos específicos e elaborados para realizar as suas paixões”. Em uma sociedade administrada, asfixiada pelas relações de produção do consumo, cuja razão é o controle e a dominação tanto da natureza quanto do próprio ser humano, esses três modos de sintomas são a melhor perspectiva que o indivíduo pode imaginar para si.

Na concepção de Crochík (2003), o modo de estruturação e funcionamento da sociedade atual é demarcado pela ideologia da racionalidade técnica. Nela, o conhecimento técnico se expande para a formação do indivíduo, bem como para toda atividade humana desdobrando-se em um processo de desumanização. O avanço tecnológico está a serviço da reprodução da lógica do consumo e do prazer como modo de garantir o alheamento e a diluição dos problemas sociais. Segundo o autor, a ideologia da racionalidade técnica faz referência ao desencanto do mundo, pormenorizado por Horkheimer e Adorno (1947/1985) e à sociedade industrial discutida por Marcuse (1964/1973). De acordo com a perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade a ideologia reproduz a sociedade administrada, cuja gênese se encontra nos primórdios da sociedade capitalista:

A ideologia da racionalidade tecnológica é representante da ideologia liberal que se constituiu no século XIX, contrária ao controle da economia, da política e da individualidade; e também da ideologia liberal do século XX que exigia a intervenção do Estado em nome da igualdade e da justiça social. De acordo com Crochík (2003) o que aproxima perspectivas tão diferentes é o princípio da administração e controle da

liberdade, de modo a ocultar o domínio econômico de uma classe social dominante. Essa ideologia trabalha no sentido de camuflar as contradições que estão postas e de tornar a realidade como dada naturalmente, de modo a não ser necessário questionar sua origem, muito menos reivindicar sua transformação. Conforme Crochík (2003), o paradigma da racionalidade técnica, que dá sustentação a essa lógica administrativa, já podia ser visto na substituição da mão de obra viva pelas máquinas em nome da produtividade e na ciência positivista que reivindicava seu pressuposto de verdade científica enquanto modo de explicação do mundo. Atualmente, o princípio da sociedade administrada é sustentado pelo modelo da utilidade e pragmatismo, em que tudo se torna produto do mercado- inclusive a própria desigualdade social- reforçando a realidade dada como verdade absoluta e imutável.

Um dos desdobramentos dessa dinâmica é a naturalização daquilo que, em princípio, é constituído na cultura e na história. Ao tomar a estrutura da organização social como dada, as desigualdades sociais tornam-se impasses administrativos e ao indivíduo resta apenas o ajustamento. A mera adaptação reflete a indiferenciação entre o indivíduo e a sociedade, em que o particular se subjugava à totalidade e o indivíduo se torna simples categoria genérica, sendo incapaz de pensar criticamente a realidade e a si mesmo, passando a legitimar e reproduzir a sociedade que lhe impõe o sofrimento.

Como afirma Cohn(1986, p. 12): “a ideologia é o processo que assegura o primado do geral abstrato e formal sobre o particular concreto e substantivo, da identidade sobre a diferença”. Assim, a dominação materializada em leis, regras, normas etc torna-se real fazendo com que o pensamento, a percepção e a sensibilidade fiquem cada vez mais restritas ao existente e a própria constituição do indivíduo - processo de identificação e diferenciação - esteja comprometida. Ao que parece, a racionalidade técnica ou instrumental passou a constituir a subjetividade. Para Adorno (1947/1993), a razão instrumental se ampliou e adentrou a configuração subjetiva. Nesse sentido, sua lógica não está mais apenas no mundo das ideias ou da materialidade, mas na própria formação da consciência social.

A contraposição à razão instrumental assume uma postura crítica que tem a tarefa não apenas de denunciar a dominação, mas de investigar porque ainda nos sujeitamos a ela. Poderíamos, a partir dessas reflexões, afirmar que o mal-estar que a sociedade administrada causa ao indivíduo na contemporaneidade é maior. Ou ainda: o consumo nocivo de drogas representa uma resposta à impotência frente ao mal-estar subjetivo advindo da dominação gerada pelas condições objetivas da sociedade.

Freud (1930 [1929]/1996g) apesar de não se deter na elaboração de uma teoria sobre o consumo nocivo de drogas, ou sobre as toxicomanias, fez considerações importantes que tangenciam a temática aqui discutida. As substâncias psicoativas são localizadas em um lugar privilegiado, sendo uma das estratégias mais eficazes para abrandar a aflição de existir, por atuar no corpo alterando sua química e também tornar o indivíduo insensível ao que é intolerável na vida, possibilitando certo alheamento ao mundo externo.

O autor acrescenta que a relação entre o indivíduo e as substâncias psicoativas deve ser pensada numa perspectiva da tensão entre particular e geral, aproximando o mal-estar no sujeito, a dinâmica da sociedade e as drogas:

É extremamente lamentável que até agora esse lado tóxico dos processos mentais tenha escapado ao exame científico. O serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tanto os indivíduos quanto povos lhes concederam um lugar permanente na economia de sua libido. Devemos a tais veículos não só a produção imediata do prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois sabe-se que, com o auxílio desse ‘amortecedor de preocupações’, é possível, em qualquer ocasião, afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade. Sabe-se igualmente que é exatamente essa propriedade dos intoxicantes que determina o seu perigo e a sua capacidade de causar danos. São responsáveis, em certas circunstâncias, pelo desperdício de uma grande quota de energia que poderia ser empregada para o aperfeiçoamento do destino humano “(Freud, 1930 [1929]/1996g, p. 86).

Identificamos nessa passagem um pensamento que sustenta a tensão presente no consumo compulsivo de drogas. Como uma necessidade de autoconservação frente ao sofrimento que denuncia uma sociedade que adocece, mas também como adaptação que encobre a possibilidade de transformação da ideologia de dominação vigente. O consumo de substâncias psicoativas pode ser uma opção efetiva frente ao mal-estar, mas a medida que o indivíduo perde sua autonomia sobre a escolha de consumir ou não as substâncias psicoativas, o que era fonte de prazer para negar o sofrimento, passa a ser, também, sofrimento. Neste sentido, se o mal-estar subjetivo, provocado pelas contradições do capitalismo, encontra no consumo de drogas um caminho para autoconservação e adaptação, há ainda a possibilidade do questionamento da lógica que o constituiu. Contudo, a ideologia racional busca encobrir essa tensão nos discursos proibicionistas, de demonização das drogas e também nos discursos de exaltação e liberação. Como pensar proibição e autorização frente a uma lógica que impossibilita a noção de ambiguidade?

Seguindo as reflexões de Crochík (2003, p.21), tudo aquilo que é atravessado pela ideologia é histórico, pois a própria ideologia é histórica, o que significa dizer que: “(...) sua forma, seu conteúdo e, portanto, a sua relação com os indivíduos se transformam”. Nesse sentido, devemos considerar que o consumo de SPA não está alheio à história da sociedade muito menos à história da humanidade. As drogas foram e são usadas por diferentes razões, seja para amenizar as dores, alterar estados da consciência ou realizar rituais religiosos e de magia. “O que delimita o sentido de uma prática em um determinado momento e lugar não é pura e simplesmente a sua realidade objetiva, mas sim e principalmente as relações subjetivas e sociais que um dado grupo estabelece com a mesma” (Ribeiro, 2008, p. 9).

Para Carneiro (2005), as drogas não podem ser pensadas dissociadas da história da mente. Elas se relacionam intimamente à capacidade humana de intervir quimicamente na subjetividade, estabelecendo a construção de uma tecnologia da consciência. As substâncias psicoativas podem ser utilizadas de diversas maneiras agindo como remédio, veneno, alimento, bebida, anestésico ou atizador dos estímulos. De acordo com Carneiro (2005, p. 6), as drogas estão relacionadas ao nascimento, a morte, ao prazer, a dor, ao desejo e as necessidades podendo despertar e estimular a vigília, adormecer e acalmar os ânimos. Elas são atizadoras da sexualidade ou anuladoras da excitação. Assim seus usos múltiplos alimentam e espelham a constituição da humanidade entre os homens.

No imaginário social contemporâneo, o consumo de drogas muitas vezes é olhado como, diversão, prazer, inconsequência, fraqueza etc. Sendo analisado, além disso, na perspectiva moralista de não virtude, bem como sob a noção de carências familiares e sociais, falta de acesso à educação, trabalho e cultura. Medeiros, Maciel, Sousa, Tenório-Souza e Dias (2013) apresentam sua pesquisa sobre as representações sociais do uso e abuso de drogas entre familiares de usuários, apontando que familiares representaram as drogas como algo danoso, que prejudica as relações familiares, sendo responsáveis por conflitos e desarmonia na família. Em outra pesquisa, Crives e Dimenstein (2003) apresentam alguns sentidos produzidos por usuários de um programa público de saúde acerca do consumo de substâncias psicoativas. De acordo com as autoras as representações construídas socialmente em torno das pessoas que usam substâncias psicoativas são de marginalidade prevalecendo uma visão punitiva e discriminatória da questão.

Ao que parece o olhar sobre as drogas se apresenta sem a devida atenção a questões históricas, sociais e culturais. Ora centraliza aspectos individuais, destituindo da

cultura sua importância nesse fenômeno, ora enfatiza a problemática na desarmonia familiar ou social como se a solução para as questões das drogas estivesse no equilíbrio entre o indivíduo e a sociedade. As leituras superficiais desconsideram as contradições que atravessam a relação entre as drogas e os interesses econômicos associando muitas vezes o consumo nocivo a aspectos inatos ou de personalidade; produzindo mitos que distanciam de uma análise crítica sobre o fenômeno.

O estudo crítico sobre o consumo nocivo de substâncias psicoativas possibilita refletir sobre elementos característicos da sociedade administrada. Toda a ideologia da racionalidade que atravessa o fenômeno das drogas na dinâmica social se entrelaça e constitui uma lógica, cuja finalidade se vincula a questões produtivas e econômicas. A repercussão do mal-estar subjetivo no âmbito social e a adesão dos indivíduos às explicações que desconsideram a hipótese de uma produção da dependência química, demonstram o êxito daquilo que a sociedade administrada se propõe realizar enquanto instrumento de dominação e manutenção das estruturas sociais vigentes.

Delimitamos até o momento nosso objeto de reflexão: a produção do consumo nocivo de substâncias psicoativas na tensão entre indivíduo, mal-estar e sociedade. No próximo capítulo, discutiremos a ideologia da racionalidade técnica como dominação no contexto da sociedade administrada. Veremos a constituição dessa lógica social a partir da configuração da sociedade capitalista compreendendo primeiramente os pilares que serviram de base para a consolidação desse modo de sociedade com base no referencial teórico da Teoria Crítica da Sociedade, para posteriormente discutimos a lógica da sociedade administrada no capitalismo monopolista.

## Capítulo 2: Ideologia da racionalidade técnica e dominação

Este capítulo tem o objetivo de discorrer sobre a noção de sociedade administrada por meio do estudo da ideologia da racionalidade técnica, tendo como base os escritos dos teóricos e estudiosos da Teoria Crítica da Sociedade. Por sociedade administrada compreendemos o contexto em que todas as formas de relações sociais estão mediadas pelo consumo e, por ideologia da racionalidade técnica, entendemos um modo de consciência falsificada pelas condições sociais e materiais, servindo como instrumento de dominação presente na organização da sociedade e das relações humanas que tem como modelo as operações produtivas centradas em técnicas padronizadas e controladas.

Essas expressões: sociedade administrada e ideologia da racionalidade técnica são tomadas aqui enquanto categorias de estudo. Conforme apontamos anteriormente, segundo Abbagnano (2007), a noção de categoria refere-se a um fenômeno conceitual e linguístico que nos possibilita compreender a realidade objetiva, a medida em que expressa as determinações dessa realidade. Por isso, consideramos que esses termos manifestam a dinâmica de funcionamento da sociedade contemporânea.

Para realizarmos essa primeira reflexão, decompomos o capítulo em três tópicos: no primeiro tratamos dos pilares da sociedade moderna<sup>16</sup> discorrendo sobre o que se entende por capitalismo, modo de produção e circulação da vida social fundamental para constituição e consolidação da sociedade administrada; no segundo tópico tratamos sobre o capitalismo tardio ou de monopólios, considerando este um momento histórico do capitalismo atual e representante do modo de funcionamento da sociedade administrada. Posteriormente no terceiro tópico discutimos as noções de ideologia e de racionalidade técnica, apontado que a ideologia da racionalidade técnica rege a sociedade administrada e está a serviço da dominação social infligindo sofrimento ao indivíduo.

É importante esclarecer que essa divisão trata apenas de um modo de organização do texto, mas que os elementos discutidos em cada tópico estão implicados entre si, ou seja, são partes constitutivas uns dos outros. Vale ressaltar também que não pretendemos realizar uma reconstituição da história da sociedade capitalista ou uma compreensão

---

<sup>16</sup> O termo Moderno advém do Latim *Modernu* que significa 'atual'. O Moderno representa "(...) o período da história ocidental que começa depois do Renascimento, a partir do séc. XVII" (Abbagnano, 2007, p. 679). O uso da palavra moderno ou modernidade neste estudo não se dá por uma escolha de simples terminologia, mas por partir de uma perspectiva teórica cuja compreensão é de que apesar de ter transcorrido quatro séculos desde a inauguração da modernidade não se pode considerar - ainda que transformações significativas tenham ocorrido desde então - uma ruptura ou superação dos fundamentos que se constituíram ao logo desse período, como faz crer o que se denomina de pós-modernidade

imediate e linear da história da sociedade, mas perpassar pelas mediações que conformam as relações entre o capitalismo e sua racionalidade, evidenciando aspectos marcantes e contraditórios de sua constituição e configuração nos dias atuais. Há que se considerar para além da simples linearidade do tempo histórico demarcando suas descontinuidade e continuidades.

Ponderamos também que descortinada a dinâmica dessa sociedade, por meio da compreensão de suas forças econômicas, políticas e culturais encontraremos elementos que medeiam o mal-estar subjetivo que, por sua vez, podem lançar luz sobre o tema do consumo nocivo de substâncias psicoativas. Assim as reflexões desenvolvidas neste capítulo dão base para pensarmos questões a serem discutidas nos seguintes.

## **2.1 Delimitação dos pilares da sociedade administrada**

A nossa compreensão do quadro histórico da sociedade parte do estudo da obra *Dialética do esclarecimento*, de Marx Horkheimer e Theodor Adorno, publicada em 1944, especialmente dos capítulos: “O conceito de esclarecimento” e “Ulisses ou o Mito e Esclarecimento”. Os autores traçam, a partir do conceito de esclarecimento, certa análise do desenvolvimento da sociedade capitalista situando na antiguidade clássica seu protótipo, momento histórico que demarca a passagem do uso da mitologia para o uso da razão como forma de explicação do mundo.

A demarcação das origens da sociedade burguesa em um tempo histórico muito anterior ao que a maioria dos pensadores costumam definir, final do século XVII, introduz uma crítica ao pensamento que associa o iluminismo<sup>17</sup> ao esclarecimento e à libertação dos homens das amarras do obscurecimento religioso e político. Para Horkheimer e Adorno (1947/1985), o esclarecimento que pretendia levar a humanidade a romper com os mitos da fé e do poder absoluto pouco triunfou frente a técnica tornando a razão e a ciência também em instrumentos ideológicos do capitalismo, fazendo deles uma nova magia, o esclarecimento regrediu ao mito do qual nunca escapou. Com o desencantamento da ciência o indivíduo se tornou objeto entre outros objetos, nós fomos

---

<sup>17</sup> Como discorre Abbagnano (2007/1998) o Iluminismo representou uma linha Filosófica que teve início entre os fins do século XVII e o começo do século XVIII e cuja característica principal consistia no uso do pensamento racional enquanto crítica e guia de todos os aspectos das experiências humanas. Esse movimento filosófico buscou questionar o absolutismo e o poder da igreja, ambos fundamentados na fé e no teocentrismo enquanto norteadores da sociedade, em detrimento da verdade que somente poderia advir da ciência- representante maior do uso da razão. Para os principais filósofos representantes do iluminismo, como John Locke (1632-1704); Voltaire (1694-1778); Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Immanuel Kant (1724-1804) a Razão é o único caminho possível para a sociedade.

desencantados e, a possibilidade de nomear as coisas, de poder dar sentido à vida se perdeu. O que não significa que a técnica, ou o conhecimento que desenvolvemos, não seja fundamental para superar o sofrimento existente e compreender, inclusive, suas próprias contradições.

Os autores frankfurtianos perpassam pela reflexão de momentos históricos sem a determinação cronológica da história não estabelecendo um estudo historicista, ou um modelo histórico sobre os acontecimentos da humanidade, mas estabelecem uma análise filosófica da história apontando que a sociedade administrada tem seu protótipo nos primórdios da civilização, na transição entre o mito e o saber que se desdobram posteriormente na sociedade de classes. Horkheimer e Adorno (1947/1985) voltam a atenção, não por acaso, para a constituição da sociedade capitalista localizando no espírito burguês, que possibilitou ao indivíduo o status da razão; a divisão do trabalho e a propriedade, o cerne ideológico e a marca de dominação presentes na sociedade atual.

Para os autores, a narrativa homérica da trajetória de Ulisses, que usando da própria razão precisa lidar com os perigos impostos pelos deuses e pela natureza, representa a trajetória da racionalidade demarcando a dominação da razão sobre a magia e sobre a natureza, mas tornando a própria razão um mito. Conforme Horkheimer e Adorno (1947/1985), ao evitar sucumbir ao canto das sereias prendendo a si mesmo no mastro da embarcação Ulisses demonstra astúcia, base da razão moderna. O herói, para conservar a si mesmo procura dominar a natureza e se diferenciar dela dominando sua própria natureza interna e externa e, com esse gesto, impõe sofrimento a si mesmo: “(...) o herói a quem se destina a sedução emancipou-se com o sofrimento” (p.38). Apropriando-se da faculdade do pensamento, Ulisses possuiu o saber sobre a existência do prazer no canto das sereias, mas não se entregou a ele- não porque não o queria, mas porque estava impedido. Contudo, aquele que acreditou ter dominado a natureza e alcançado a libertação, ao se colocar como senhor do mundo, tornou ele mesmo preso a própria ilusão de ser livre.

Esse processo em que liberdade e dominação se confundem é denominado por Horkheimer e Adorno (1947/1985) dialética do esclarecimento: “(...) as medidas tomadas por Ulisses quando seu navio se aproxima das sereias pressagiam alegoricamente a dialética do esclarecimento” (p.40). O fundamento das ideias de razão e progresso, no qual a civilização burguesa moderna foi constituída remete à tensão entre o esclarecimento e o obscurecimento. Em outras palavras a razão que pensa ter se libertado do domínio da natureza e dos mitos não encontra nenhum limite, não vê nada além do

infinito tornando-se absoluta e o desfecho para a falta de limite é a regressão. Para os autores aí está a ideologia do esclarecimento, quando o homem pensa que por ser esclarecido está liberto da dominação na verdade não está.

Nesse sentido a busca pela razão que separou o mundo civilizado do não-civilizado e constituiu a sociedade contemporânea pautada no esclarecimento e na razão se deu também a partir da irracionalidade que quer tornar absoluta a própria razão. A racionalidade convertida em totalidade, como uma técnica a ser aplicada, nega o próprio esclarecimento e faz-se ideologia ao difundir a impossibilidade de pensar a realidade na tensão entre universal e particular; tornando o esclarecimento totalitário. Conforme trata Crochík, (2015, p. 21): “o conceito de razão que perde o seu caráter crítico emancipatório, ao se transformar em razão instrumental, mostra que esta irracionalidade é inerente a ele, tal como mostra a ilustração da *Odisseia*”. Para o autor Ulisses não sustenta a tensão entre os seus próprios desejos e a proibição de realiza-los, em outras palavras: “ao perder-se de seus desejos perde-se de si mesmo” (p.21). Assim a razão totalizada caracteriza a negação da contradição que lhe é inerente, sendo, portanto, ideologia.

Esse sistema de ideias que expressa como falsas as contradições se concretiza na sociedade administrada formatada com base na gestão, planejamento e controle de todas as esferas sociais. A sociedade administrada está organizada em procedimentos padronizados que determinam tanto as condições materiais de existência, quanto as relações humanas. Nela, todos os aspectos objetivos e subjetivos estão submetidos ao domínio da razão que dita o controle sobre a natureza e sobre as necessidades dos indivíduos.

Segundo Horkheimer e Adorno (1969/1973), as ideias de razão, liberdade, conhecimento etc são repetições de ideologias mais antigas, ainda que não sejam somente ideologia, que vão tomando forma com o desenvolvimento da sociedade de classes. Nesse processo, há uma aproximação da noção de liberdade, adquirida pelo domínio da razão, dos ideais burgueses de igualdade que suponham uma sociedade em ordem desde de que seus cidadãos fizessem uso de sua consciência, agora esclarecida. O equilíbrio social não dependeria, nessa concepção, de transformações estruturais dos princípios que sustentam a sociedade capitalista, mas apenas da tomada de consciência dos indivíduos que compõem essa sociedade. Contudo, de acordo com os autores “não só essa crença é burguesa como, além disso, constitui a própria essência da ideologia” (p.190).

Para Horkheimer e Adorno (1947/1985), as primeiras formas de organização social foram as tribos nômades com a divisão de tarefas elementares entre os homens. Em

seguida houve o começo das primeiras cidades na Grécia antiga no contexto da formação da *polis*<sup>18</sup>, a instalação da propriedade fixa, o surgimento das classes sociais e a diferenciação entre aqueles que executavam as atividades e aqueles que coordenavam. Para os autores essas transformações representam o berço do ideal liberal que se materializou na sociedade burguesa: “Com o fim do nomadismo, a ordem social foi instaurada sobre a base da propriedade fixa” (p.24-25), demarcando o momento inaugural do capitalismo mercantil no início do século XV com a expansão marítima, acúmulo de metais preciosos, mudança nas relações de trabalho, surgimento das barreiras protecionistas, etc.

Segundo Marx e Engels (1846/2007), com a formação das cidades tem início a formação das propriedades que a princípio se reduziam ao trabalho ofertado por cada membro. Conforme assinalam: “O êxodo dos servos para as cidades prosseguiu sem interrupção durante toda a Idade Média” (p.57), e com isso a ampliação da divisão do trabalho foi seguida pela separação da produção do comércio compondo as classes sociais que posteriormente constituíram a oposição entre burguesia e o proletariado. A divisão do trabalho garantiu a expansão do comércio e da manufatura, e por sua vez, do progresso técnico. Aliada à promessa Iluminista, a burguesia constituiu-se enquanto classe social dominante concretizando o modo de produção capitalista comercial entre os séculos XV e XVIII.

Enquanto os autores frankfurtianos localizam o protótipo da sociedade capitalista nos tempos longínquos da antiguidade, o historiador Hobsbawm (1977/2007), aponta que depois da invenção da agricultura, da escrita, da metalurgia e do Estado a maior transformação na história dos homens ocorreu a partir de 1789 no noroeste da Europa com as Revoluções francesa e Industrial. Segundo o autor essas revoluções refletem o triunfo da sociedade capitalista inaugurando um novo momento histórico denominado capitalismo industrial. A Revolução francesa em 1789-1799 representou a derrota da aristocracia feudal para a burguesia e Revolução industrial em 1780 consolidou a mudança do paradigma da troca para o paradigma do lucro, estabelecendo novo sentido na política, na economia, nos valores sociais e na formação do indivíduo (Hobsbawm,

---

<sup>18</sup> Cidades-estados gregas que surgiram a partir da desagregação da sociedade homérica nos Séculos VIII e VII. De acordo com Vernant (2002), o sistema da *polis* se constitui na base de três princípios: 1) a primazia da palavra não mais como ditos, mas diálogo de argumentos; 2) a publicização do saber desenvolvendo as práticas públicas; 3) a paridade entre os cidadãos e a *polis* que só é possível entre iguais, ainda que entre os iguais estejam excluídos escravo, mulheres e estrangeiro. Apesar da contraditória distinção entre cidadão e não-cidadão Horkheimer (2000), destaca que a *polis* promoveu a elevação do indivíduo, na medida em que se constituiu uma relação de equilíbrio entre este e a cidade.

1977/2007). A dupla revolução, conforme denomina o historiador, demarca a transição da Idade Média para a Era Moderna; de um mundo que, antes de 1789, era essencialmente rural e passa a ser urbano, consolidando um novo modo de produção e de troca que consistia em produzir, comprar e vender com o objetivo de gerar e acumular riqueza.

Essa dinâmica social, de acordo com Marx e Engels (1848/2001, p. 24), não extinguiu a desigualdade existente entre os estratos sociais que anteriormente se localizavam entre o clero, a nobreza e os servos: “A sociedade burguesa moderna, oriunda do esfacelamento da sociedade feudal, não suprimiu a oposição de classes. Limitou-se a substituir as antigas classes por novas classes, por novas condições de opressão, por novas formas de luta”. As diferenças e os conflitos entre classes não são fenômenos advindos do surgimento e consolidação da burguesia ou do modo de produção capitalista, mas inerentes à própria civilização conforme Marx e Engels (1848/2001, p. 23): “a história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes”. Contudo, apesar dessa inerência apontada nos escritos do *Manifesto do Partido Comunista* os autores enfatizam que a partir das revoluções burguesas se configuraram duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado.

A respeito desse assunto, Marx e Engels (1848/2001) esclarecem que alguns dos fatores que propiciaram a revolução que culminou na formação das citadas classes sociais foram: o crescimento dos comércios, o desenvolvimento das manufaturas e o alargamento das tecnologias fruto da exploração colonial. Segundo eles: “o intercâmbio com as colônias e, em geral, a intensificação dos meios de troca e das mercadorias deram ao comércio, à navegação e à indústria um impulso até então desconhecido, favorecendo na sociedade feudal em desintegração a expansão rápida do elemento revolucionário” (p.25).

Nesse momento histórico do capitalismo industrial, de acordo Grespan (2006, p. 9), “a mercadoria será a forma pela qual o sistema se generalizará, impressa a todos os bens e serviços e, no limite, a todas as relações sociais”. Para o autor, o conceito de mercadoria introduz e condensa a discussão elaborada por Karl Marx ao longo da obra *O Capital* assumindo espaço privilegiado na reflexão e representando um objeto concreto que materializa a dinâmica das relações humanas na sociedade. Para Marx (1867/2006), a mercadoria apresenta dois elementos fundamentais: o valor de uso e o valor de troca. O primeiro está relacionado à utilidade de determinado produto, ou seja, ao teor material a partir de seu uso, estando relacionado à aplicabilidade desse produto. Enquanto o segundo tem a ver com o intercâmbio de dois ou mais valores de uso diferentes estabelecendo uma relação quantitativa entre eles, sendo determinada socialmente e não somente pela

utilidade. O valor de uso de um produto representa a materialização do trabalho abstrato e concreto na sua confecção e o valor de troca está relacionado não apenas ao valor de uso individual desse produto, mas também ao valor do uso social. Segundo Marx, (1867/2006), a mercadoria se transpõe para outras esferas da sociedade demarcando as desigualdades sociais entre aqueles que detêm o poder de produção e consumo sobre a mercadoria e os que não detêm esse poder.

Assim, vemos que na configuração do espaço urbano a lógica administrativa foi sendo construída a medida em que o capital, na forma de mercadoria, foi tomando os espaços sociais. Na perspectiva de Marx e Engels (1989/2007, p. 55): “a existência da cidade implica ao mesmo tempo a necessidade da administração, da polícia, dos impostos, etc”. Dessas novas configurações sociais emerge um novo indivíduo que, aliado à ideologia liberal, tornou o Novo um princípio básico das necessidades humanas. Em consequência houve grande expansão da produção e do consumo em massa, transformações do século XIX que segundo Hobsbawm (1995) se desdobraram no “breve século XX”, datado segundo o autor entre 1914 com a eclosão da primeira Guerra Mundial e 1991 com o colapso da URSS.

O contexto de brevidade desse período deu-se pela experiência de barbárie humana nunca antes imaginada. A capacidade produtiva, o consumo e o desenvolvimento tecnológico trouxeram consigo a crise política, econômica, social e subjetiva. Hobsbawm, (1995, p. 22) assinala que: “este século nos ensinou e continua a ensinar que os seres humanos podem aprender a viver nas condições mais brutalizadas e teoricamente intoleráveis (...) ao que nossos ancestrais do século XIX teriam chamado padrões do barbarismo”.

Na leitura de Horkheimer e Adorno (1956/1973, p. 55), com o crescimento do capitalismo “a sociedade burguesa desenvolveu um dinamismo social que obrigou o indivíduo econômico a lutar implacavelmente por seus interesses de lucro, sem se preocupar com o bem da coletividade”. Em contrapartida “ *o homem só atinge a sua existência própria, como indivíduo, numa sociedade justa e humana*” (p.54, grifo nosso), o que no contexto dessa lógica é escasso, para não dizer improvável.

O desequilíbrio indivíduo e sociedade nesse contexto representa um momento de perda de coesão social que desloca o indivíduo, ser social, para ser de interesses individuais. Essa dissociação entre indivíduo e sociedade desloca o homem do seu próprio fundamento de se tornar humano pela aproximação e diferenciação com o outro:

A vida humana é, essencialmente e não por mera causalidade, convivência. Com essa afirmação põe-se em dúvida o conceito de indivíduo como unidade social fundamental. Se o homem na própria base de sua existência, é para os outros, que são seus semelhantes, e se unicamente por eles é o que é, então a sua definição última não é a de uma individualidade e unicidade primária, mas, outrossim, a de uma participação e comunicação necessárias com os outros. Mesmo antes de ser indivíduo o homem é um dos semelhantes, relacionando-se com os outros antes de se referir explicitamente ao eu; é um momento das relações em que vive, antes de poder chegar, finalmente, à autodeterminação (Horkheimer & Adorno, 1956/1973, p.47).

Em consequência, essa realidade que se estruturou no antagonismo indivíduo-sociedade e cuja técnica produtiva tornou-se o princípio norteador das relações humanas, apontando para a impossibilidade de superação da barbárie instaurada, demarca o momento histórico do capitalismo monopolista também.

## **2.2. A consolidação da sociedade administrada no capitalismo monopolista**

O capitalismo monopolista é representante dos modos de produção da sociedade capitalista contemporânea, trata-se de um desdobramento do capitalismo industrial tendo início no fim do século XIX (Bottomore, 2012). Os aspectos que distinguem o capitalismo monopolista do capitalismo industrial não determinam uma ruptura do primeiro com o segundo, mas demarcam diferenças importantes de momentos históricos que se inter-relacionam.

O capitalismo monopolista é oriundo do sistema capitalista que o antecedeu e foi produzido por esse mesmo sistema, mas, apesar das aproximações entre esses modos de produção é preciso reconhecer que houve transformações desde o início do capitalismo até aos dias atuais. De acordo com Adorno (1968/1986), o capitalismo monopolista refere-se tanto ao capitalismo financeiro como ao capitalismo industrial, as forças produtivas são determinadas a partir do trabalho industrial que estrutura a sociedade e suas relações de produção ditam os papéis a serem exercidos, bem como determinam as mais íntimas emoções do indivíduo. Nas palavras do autor:

Por toda parte e para além de todas as fronteiras dos sistemas políticos, o trabalho industrial tornou-se o modelo de sociedade. Evolui para uma totalidade, porque modos de procedimento que se assemelham ao modo industrial necessariamente se expandem, por exigência econômica, também para setores da produção material, para a administração, para a esfera da distribuição e para aquela que se denomina cultura. Por outro lado, a sociedade é capitalismo em suas *relações* de produção. Os homens seguem sendo o que, segundo a análise de Marx, eles eram por volta da metade do século XIX: apêndices da maquinaria, e não mais apenas literalmente os trabalhadores, que têm de se conformar às características das máquinas a que servem, mas além deles, muito mais, metaforicamente: obrigados

até mesmo em suas mais íntimas emoções a se submeterem ao mecanismo social como portadores de papéis, tendo de se modelar sem reservas de acordo com ele (Adorno, 1968/1986, p. 68, grifos do autor).

Essa totalidade do modo de produção capitalista impõe aos indivíduos uma adaptação frente aos poderes econômicos e traz em si a ideia de um curso ordinário do processo de desenvolvimento da civilização. Buscando dar um status de racionalidade a um modo de organização irracional, a sociedade converte o que é social e historicamente construído em universal, como se ela, sociedade, fosse espontaneamente constituindo-se pelo percurso natural do progresso social. Por isso, Horkheimer e Adorno (1947/1985, p. 14) afirmam: “a naturalização dos homens hoje não é dissociável do progresso social”, ou seja, quanto mais o progresso acontece na sociedade por meio do uso da razão enquanto técnica, mais o ser humano vai deixando de ser visto enquanto ser historicamente determinado, fazendo da sua trajetória uma evolução natural que já está dada a priori. Para os autores, a relação entre a sociedade administrada e a dominação imposta pela razão que a constitui está materializada no crescimento da produtividade econômica, que possibilita por um lado as condições para uma sociedade mais justa, mas ao mesmo tempo por outro lado, provoca desigualdades sociais que não podem ser explicadas racionalmente.

No que se refere às relações de produção<sup>19</sup> o capitalismo em seu momento inicial concentrou-se na produção de bens industriais com foco no desenvolvimento técnico das indústrias, enquanto com o passar do tempo a produção voltou-se mais para bens de consumo a fim de garantir a globalização das indústrias. Contudo, embora fique demarcada essa distinção, a relação entre produção de bens industriais e bens de consumo não é excludente; em outras palavras, ainda que em um momento das relações capitalistas a maior ênfase tenha ocorrido sobre a produção, o consumo não deixou de acontecer. Desse modo a produção não deve ser compreendida apenas como ponto de partida, ao tempo em que, o consumo não pode ser analisado como alvo final. Conforme Marx (1959/2008, p. 247): “A produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é,

---

<sup>19</sup> A noção de relações de produção foi elaborada por Karl Marx referindo-se ao modo como os seres humanos estruturam suas relações de trabalho, ou seja, seu modo de produzir a vida material. Conforme o autor: “na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (Marx, 1959/2008, p. 47).

imediatamente, produção. Cada qual é imediatamente o seu contrário. Ao mesmo tempo, opera-se um movimento mediador entre ambos. ”

Nessa perspectiva, o modelo de sociedade no contexto atual é o da produção industrial e os procedimentos que controlam e determinam o funcionamento industrial se expandem para a administração da economia, da política, bem como, da cultura e das relações humanas.

Para Adorno (1968/1986), no capitalismo tardio, se configurou o triunfo da produtividade técnica não somente sobre as forças produtivas, mas também sobre as relações sociais e subjetivas. O lucro e a dominação pela via do consumo determinam o desenvolvimento técnico que por sua vez dita o modo de pensar à sociedade. A convivência entre os homens e a vida cotidiana passa a ser administrada conforme se administra o funcionamento de uma indústria forjando a aparência de que esse é o único modo possível de existência da sociedade.

Assim, o fundamento econômico presente nos meios de produção e na força de trabalho é característica marcante na sociedade e na cultura contemporânea. A mediação do atributo do consumo em relação à vida social se consolidou de modo tão completo que se tornou a essência- como se fosse uma segunda natureza- das condições e necessidades da sociedade. As demandas individuais a serem atendidas que deveriam considerar diferentes mediações da sociedade passam a ser ditadas pela lógica financeira, de modo que as necessidades humanas e até mesmo a condição de sobrevivência dos indivíduos sejam determinadas pelo capital. E mais, o fator financeiro extrapola o campo da economia chegando até os processos de constituição da subjetividade (Adorno, 1968/1986).

Ainda segundo Adorno (1968/1986), as forças produtivas não representam em si a produção da barbárie, ou seja, a técnica instrumental não é um problema em si mesmo. A questão está na racionalidade técnica ser o princípio norteador das relações humanas e, mais grave ainda, mediar a constituição da subjetividade do indivíduo determinando suas necessidades, não só de lucro e poder, mas, inclusive, de sobrevivência. O mundo administrado delimita a aparência das necessidades constituindo-as a partir das forças produtivas do capital, como se a única sociedade possível fosse essa, justificando qualquer ação. Conforme Horkheimer e Adorno (1956/1973, p. 55): “O ideal anti-feudal da autonomia do indivíduo compreendia a autonomia da decisão política dos indivíduos; no contexto econômico, porém, transformou-se numa ideologia que exigia a manutenção da ordem vigente e o constante recrudescimento da capacidade de realização produtiva”,

fazendo do indivíduo um ser cada vez mais voltado para si que , incapaz de perceber a distinção entre aparência e realidade, produz não para satisfazer suas reais necessidades, mas para forjar novas; acabando por reproduzir a própria barbárie.

A técnica produtiva transcende a produção de mercadorias adentrando no estilo de vida dos indivíduos, na cultura e na arte estruturando o que os autores frankfurtianos denominam de indústria cultural<sup>20</sup>. Esta representa a submissão de todos os meios culturais, cinema; música; rádio; revista; televisão; pintura; literatura etc, ao domínio da administração industrial, constituindo uma cultura unitária a serviço da massificação que reduz a própria cultura à esfera do consumo. Como afirmam Horkheimer e Adorno (1947/1985, p. 113), a indústria cultural “(...) é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrenta-lo”.

De acordo com Adorno (1964/1995), as pessoas buscam a liberdade, mas não se dão conta de que não são livres justamente aonde mais se sentem livres, pois a lógica de ausência de liberdade se tornou alheia as elas. O indivíduo, ao buscar conservar a si mesmo, se funde à lógica que deforma o real atendimento das necessidades e esse mecanismo de deformação, por sua vez, “(...) “é percebido sem questionamentos; provavelmente contribuindo para o mal-estar na cultura” (Adorno, 1968/1986, p. 71).

A expansão do mercado de bens de consumo associado ao aumento da população levou à produção em massa, o trabalhador deixa de ser apenas um produtor dos bens de consumo e passa a ser também consumidor alimentando cada vez mais o capital. De acordo com Lasch (1983, p. 101), se a economia passou a ser organizada baseada na produção em massa, o consumo e, por sua vez, também o lazer, se organizaram nessa mesma direção: “uma economia baseada na produção de massa exigia não somente a organização capitalista da produção, mas também a organização do consumo e do lazer.”

Essa dinâmica que organiza a vida em sociedade é absorvida pela cultura, a chamada cultura de massas que posteriormente é denominada indústria cultural pelos frankfurtianos. A cultura se converte em mercadoria e, sendo ela uma instância socializadora, se torna mediadora na manipulação da consciência dos indivíduos que a compõem (Horkheimer & Adorno, 1947/1985). Nesse processo, as necessidades humanas passam a ser controladas pela lógica do consumo convertendo elas mesmas em produtos

---

<sup>20</sup> O termo indústria cultural foi usado em 1947 por Marx Horkheimer e Theodor Adorno no livro *Dialética do esclarecimento* para designar a apropriação da cultura pela lógica capitalista. Segundo Adorno (1969/2006), a expressão indústria cultura substitui o termo cultura de massas, já que este induz ao pensamento equivocado de que se trata de uma cultura advinda espontaneamente da própria massa e não algo forjado pela lógica do capital.

que, necessariamente, também devem ser consumidos. O consumo se associa à ideia de prazer tornando ocultas contradições sociais, já que de acordo com os autores “a diversão favorece a resignação” (p.117).

Assim a tendência é que quanto mais produção, mais consumo e mais os homens ficam alheios às desigualdades que estão postas, reproduzindo eles mesmo essas contradições. A alienação frente ao outro implica alienação de si mesmo da sua própria condição humana que se desdobra em uma socialização cada vez mais empobrecida e reduzida à administração dos interesses do capital sustentados pela ideologia da racionalidade técnica. A sociedade constitui a ideologia, administrando os indivíduos e mantendo-os na regressão, garantindo a dominação sobre eles.

A sociedade que se diz esclarecida regride em ideologia se tornando um sistema de ideias que legitima a dominação e faz o mundo da razão girar em torno do que é falso, comprometendo a emancipação dos indivíduos na sociedade. Para Horkheimer e Adorno (1947/1985, p. 100), o modo de pensar e funcionar da sociedade se baseia em técnicas, temos uma racionalidade técnica que é a própria racionalidade da dominação e que, segundo os autores configura: “(...) no caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma”. Restando aos indivíduos adaptar-se a essa ilusão.

### **2.3.Aspectos da ideologia da racionalidade técnica e da dominação**

A palavra ideologia foi usada pela primeira vez na metade do século XIX, por Destut de Tracy, para representar o estudo das sensações e das ideias. O uso do termo adquire caráter negativo em razão de alguns ideólogos franceses serem contrários ao império de Napoleão Bonaparte e este empregar o termo de modo depreciativo para fazer referência a seus opositores, como pessoas sem contato com a realidade. “Aí começa a história do significado moderno desse termo, não mais empregado para indicar qualquer espécie de análise filosófica, mas uma doutrina mais ou menos destituída de validade objetiva, porém mantida pelos interesses claros ou ocultos daqueles que a utilizam” (Abbagnano, 2007, p.532).

Marx e Engels (1989/2007), consideram o caráter pejorativo de ideologia enquanto falsa consciência apresentando a perspectiva do materialismo histórico dialético que se contrapõe a noção de ideologia referente somente ao campo das ideias, como separada do mundo objetivo. Para os autores a ideologia é falsidade que expressa a realidade falsa. As ideias, os valores sociais e as crenças nascem de condições materiais

dadas pela transformação da natureza ao longo da história da humanidade, ocultando interesses que organizam a sociedade, afim de que se mantenha a dominação.

Marx e Engels (1989/2007), bem como Horkheimer e Adorno (1956/1973), consideram que a ideologia pertence à história, por isso sua definição se transforma como a própria história e seu significado só pode ser compreendido pelo reconhecimento do movimento histórico dessa categoria conceitual, que é, também, o da coisa materializada. A noção de ideologia, quando tomada apenas no campo da abstração dissociada da realidade material e histórica, é ilusória.

Contudo a noção de ideologia enquanto abstração apesar de falsa não é somente falsa. Segundo os autores frakfurtianos é preciso considerar o caráter contraditório da ideologia, que ao mesmo tempo em que torna velada a realidade também deixa aparente uma parcela dela:

A cortina que se interpõe, necessariamente, entre a sociedade e a compreensão social da sua natureza expressa, ao mesmo tempo, essa natureza, em virtude do seu caráter de cortina necessária. As ideologias verdadeiras e próprias convertem-se em pseudoideologias apenas na relação em que se situam a respeito da própria realidade. Elas podem ser verdadeiras “em si”, como o são as ideias de liberdade, humanidade e justiça, mas não verdadeiras quando têm a presunção de já estarem realizadas (Horkheimer & Adorno, 1956/1973, p. 199).

A ideologia não mais se apresenta deformando ou ocultando a realidade, não é uma simulação da realidade, mas sua ilusão declarada. Nas palavras de Horkheimer e Adorno(1956/1973, p. 203): “a ideologia já não é um envoltório, mas a própria imagem ameaçadora do mundo”. Assim, além de falsa consciência, a ideologia passa a ser consciência necessária para manutenção do controle social e para adaptação dos indivíduos, já que o modo de existência na sociedade é mentira manifesta, só resta à consciência aderir ao que é falso, garantindo sua continuidade (Marx & Engels, 2007).

Não apenas a ideologia é contraditória, mas também o seu progresso na humanidade. Ambos compõem dialeticamente a possibilidade de emancipação e de dominação. A primeira, emancipação, por meio das mudanças e melhorias nas condições de vida, e a segunda, dominação, por regredir a racionalidade técnica ao fim em si mesmo e não ao meio para se chegar a um fim, perpetuando a realidade existente. Conforme afirma Crochík (2003, p.17): “o progresso deveria ser mais associado ao progresso da consciência que perceba a dominação, onde quer que essa se apresente, do que à criação de mais riquezas, que auxilia a perpetuação da dominação”. Ao invés de superar o que está dado como riqueza, igualdade, escolha, justiça, liberdade e felicidade temos de nos adaptar a eles como único caminho necessário e possível. As ideias de felicidade, justiça

e liberdade, nesse contexto, estão associadas a adaptação e não a superação do que está posto.

Na base da ideologia está na ilusão de que é possível uma sociedade sem dominação nos moldes da sociedade burguesa, cuja fundamento é da divisão social e do trabalho, a exploração do homem pelo homem. Estando a sociedade convencida desse engano, os indivíduos que a ela compõe se convencem que os problemas relacionados à ideologia seriam solucionados por meio de uma conscientização desse engodo e não por uma transformação estrutural dos princípios que sustentam a sociedade capitalista.

A ideologia, formada a partir das condições objetivas, constitui a noção de indivíduo enquanto sujeito livre; autônomo; capaz de fazer suas escolhas, mas que deve estar sempre sobre controle. Para Horkheimer e Adorno (1956/1973, p. 55): “A sociedade, que estimulou o desenvolvimento do indivíduo, desenvolve-se agora, ela própria, afastando de si, o indivíduo, a quem destronou. Contudo, o indivíduo desconhece esse mundo, de que intimamente depende, até o julgar coisa sua”.

Nessa perspectiva, conforme Crochík (2003, p.17): “Deve-se considerar que se é feliz por ter um emprego, ou seja, por estar submetido ao capital, por poder satisfazer as necessidades criadas pelas necessidades de reprodução do capital”. E ainda continua o autor: “deve- se considerar justo, quando formalmente a igualdade é mantida tendo por base a desigualdade”. Nessa lógica tirânica e injusta de negação das condições sociais o que seria desigualdade social é visto como igualdade de oportunidade e a opressão é vista como liberdade de escolha. A ideologia da racionalidade técnica é afirmada e justificada nos modos de pensar a realidade. Ainda que a riqueza produzida seja suficiente para acabar com a miséria do mundo e garantir vida plena a todos os indivíduos, é preciso trabalhar para produzir mais riqueza. Os estudos e as qualificações são fundamentais para garantir melhores empregos, mesmo com a diminuição do mercado de trabalho advinda da automação. A escolha dos representantes políticos é do povo, apesar das decisões políticas serem comandadas por questões econômicas.

O conhecimento, o esclarecimento ou a ciência não estão isentos da dominação técnica, a ideologia racional também é imposta a eles. A própria produção do conhecimento constitui-se ideologia enquanto falsa consciência e consciência necessária demarcando sua racionalidade e irracionalidade. Conforme assinala Horkheimer, (1946/2000, p. 29): “A razão tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, seu papel no domínio dos homens e da natureza tornou-se o único

critério para avaliá-la”. O conhecimento passa a ser ferramenta da cadeia produtiva, cuja utilidade é diagnosticar, classificar, rotular e dar funcionalidade aos componentes sociais.

Nesse sentido o esclarecimento a serviço da produção também dá significado e materialidade à ideologia ao elevar a razão ao status de universalidade, como único modo possível de explicação e apreensão da realidade. Converte-se o esclarecimento em dominação, ao tempo em que o pensamento e a busca pelo saber apenas imitam as determinações da lógica produtiva. “O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. É assim que seu *em-si torna para-ele*. Nessa metamorfose a essência das coisas revela-se como sempre a mesma coisa, como substrato da dominação” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p.21, grifos dos autores).

Com isso: “a busca da verdade, sob controle social, é cerceada. A diferença entre pensamento e ação é anulada” (Horkheimer, 1946/2000, p. 31). O pensamento perde o caráter de reflexão crítica para tornar-se coisa, instrumento da cadeia produtiva ratificando sua irracionalidade. A razão convertida em técnica destitui do indivíduo a necessidade de pensar, já que a realidade está posta. O pensamento racional “(...) torna-se um fetiche, uma entidade mágica que é aceita ao invés de ser intelectualmente apreendida”. Como assevera Marcuse, (1966/1973, p.88): da racionalidade técnica resta a “consciência feliz” que segundo ele reafirma a crença de que o real é racional e que por isso os indivíduos são induzidos a confiar no aparato produtivo enquanto representante eficaz do pensamento devendo render-se a ele seu modo de pensar e agir.

Cabe à ideologia da racionalidade técnica o papel de determinar o funcionamento das relações sociais e aos indivíduos que compõem a sociedade cabe funcionar conforme determina o modelo industrial, cuja lógica é sempre ir além; já que o processo produtivo não pode estagnar. Nele, o indivíduo e a razão se tornam mais uma ferramenta do processo de produção; administrados, formatados e adaptados à perspectiva de sempre querer e poder mais. Com efeito, concordamos com Crochík (2003), ao afirmar que a adaptação é a saída defensiva frente à ideologia do pensamento técnico presente na sociedade administrada.

É importante ressaltar que na relação indivíduo e sociedade é preciso haver um mínimo de ajustamento para que o indivíduo desenvolva suas habilidades e possibilidades de relações sociais e garanta sua sobrevivência. No entanto, mais do que isso é necessário que esse processo, apesar de mediado pela racionalidade técnica, se estabeleça para além da técnica de modo que seja possível haver o reconhecimento do outro, de sua humanidade e de suas condições, assim como ser crítico a realidade e a si mesmo. Porém,

quando esses elementos não são reconhecidos, a realidade se reduz à administração da vida social, as relações humanas se tornam relações de troca, o outro passa a ser indiferente e visto como um meio para se conseguir atingir os interesses pessoais.

Nesse processo, a adaptação se dá às custas de muita angústia. Assim, quanto mais adaptados somos mais sofrimento vivenciamos: “quanto mais felizes, livres e justos nos consideramos, menos felizes, livres e justos somos, e colaboramos para continuar assim”(Crochík, 2003, p. 19). Poderíamos afirmar, a partir disso, que a ideologia da racionalidade técnica repercutiu na exacerbação do mal-estar subjetivo e, conseqüentemente no adoecimento dos indivíduos? A hipótese é de que o acentuado mal-estar subjetivo é a própria racionalidade técnica da sociedade administrada que impera sobre o indivíduo.

Quanto mais a sociedade progride tecnicamente, mais os indivíduos submetidos a lógica produtiva estão alheios ao seu caráter irracional, garantindo, assim, a perpetuação da dominação. Para Horkheimer e Adorno (1947/1985), o desencantamento do mundo<sup>21</sup> trouxe também o encobrimento do próprio esclarecimento. A medida em que o esclarecimento foi tomado como totalidade e passou a ser um fim em si mesmo, tornou-se um instrumento técnico, reencantando o mundo com a ideologia da racionalidade técnica que forja um sentido de aparente naturalidade das contradições sociais e dificulta debruçar sobre a gênese das questões que afligem a sociedade atual, entre elas, por exemplo, a questão do consumo nocivo de substâncias psicoativas.

Delimitamos, até o momento, a racionalidade da sociedade administrada que determina o modo de dominação vigente na cultura e seu modo de organizar as relações humanas. Veremos como o indivíduo se constitui a partir dessa racionalidade e o atravessamento do mal-estar nesse processo. Compreenderemos primeiramente o que se entende por subjetividade, com base no referencial teórico da Teoria Crítica da Sociedade, para posteriormente refletirmos sobre as questões referentes ao mal-estar nesse contexto.

---

<sup>21</sup> Expressão usada para designar a noção de que o mundo passou a ser compreendido e explicado a partir do pensamento lógico com argumentos e provas, usando para isso a razão, enquanto procedimento que permite julgar e distinguir o que é verdadeiro e o que é falso. O mundo já não é mais interpretado a partir dos mitos e das fantasias, mas pelo pensamento racional. O desencantamento gera a insensibilidade e a frieza

### **Capítulo 3: Indivíduo e Subjetividade: atravessamentos do mal-estar**

No capítulo anterior discorremos sobre a constituição e consolidação da sociedade administrada e sua ideologia da racionalidade técnica. Nesse capítulo, buscamos refletir sobre a constituição do indivíduo a partir da noção de formação da subjetividade no contexto desta sociedade, tendo como objetivo discutir o atravessamento do mal-estar nesse processo, tomando o mal-estar enquanto uma condição humana de sofrimento produzida na e pela sociedade ao longo do processo histórico de civilização dos homens. Em nome da perpetuação da vida social se estabelece a contenção das forças destrutivas inerentes ao ser humano, bem como a contenção da satisfação completa do prazer que se volta contra a sociedade e contra a própria subjetividade desdobrando-se em diferentes nomes do mal-estar.

Para essa reflexão retomamos as elaborações da Teoria Crítica da Sociedade sobre o tema, bem como os escritos da teoria psicanalítica de Sigmund Freud e de autores contemporâneos que contribuem para pensar a temática do mal-estar de cada indivíduo gerado pelas condições materiais. Dividimos didaticamente o capítulo em dois tópicos, sendo que o primeiro trata da constituição do indivíduo e da subjetividade e o segundo trata do mal-estar que demarca essa constituição. Essa investigação teórica sobre o mal-estar subjetivo nos permite aprender pistas para compreender a prática do consumo nocivo de substâncias psicoativas no contexto da sociedade contemporânea.

A sociedade administrada impõe dominação sobre os indivíduos tornando-os marcados pela repressão da satisfação dos desejos e provocando, por sua vez, a necessidade de controle do corpo e do psiquismo. Nessa lógica os desdobramentos da dominação advinda da cultura produzem uma condição de existência cuja marca é o sofrimento. Segundo Freud (1930[1929]/1996g), a sociedade exige dos indivíduos o sacrifício da satisfação plena em nome da autoconservação, mas ao mesmo tempo não garante que estarão seguros. Assim, a sociedade não cumpre a promessa de proteção frente ao sofrimento, fazendo com que os sacrifícios não sejam compensados, restando o mal-estar que se instaura no indivíduo por meio da apropriação subjetiva do mal-estar na civilização.

### 3.1.Sobre a constituição do indivíduo e da subjetividade<sup>22</sup>

Quando tratamos da noção do conceito de subjetividade ou de qualquer outro conceito é importante considerarmos que na perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade aquilo a que os conceitos se referem tem prioridade sobre qualquer definição, já que a definição faz menção à captura de elementos que possuem materialidade na realidade. Adorno (1969/1995, p. 182) considera que para definir um conceito é preciso “refletir precisamente sobre a coisa mesma”, pois a definição se trata de um recorte da realidade que facilita o manejo conceitual.

Nesse mesmo sentido, Crochík (1998, p. 71), aponta que a subjetividade se constitui na sociedade e “define-se por um terreno interno que se opõe ao mundo externo, mas que só pode surgir deste”. A subjetividade está relacionada ao contexto social, cultural e histórico; e, ainda que faça referência ao aspecto íntimo e único do indivíduo, não é alheia as mediações da realidade, nem tampouco é constituída independente da história da civilização.

Quanto a essas mediações, Horkheimer e Adorno (1956/1973, p.52), esclarecem que: “a crença na independência radical do ser individual em relação ao todo nada mais é, por sua vez, do que uma aparência. A própria forma do indivíduo é a forma de uma sociedade que se mantém viva em virtude da mediação do mercado livre”. Para os autores, a subjetividade pode referir-se tanto ao indivíduo particular como a aspectos gerais e, essa imprecisão, segundo eles: “não pode ser eliminada simplesmente mediante uma classificação terminológica, pois ambas significações necessitam-se reciprocamente; mal podemos apreender uma sem a outra” (p. 181).

A subjetividade ou a objetividade, o sujeito ou o objeto, o indivíduo ou a sociedade, o singular ou o universal, encontram-se mediados de modo recíproco e dialético. E caso essa relação seja fixada sem mediação, como na conceituação concreta e determinante que naturaliza aquilo que é histórico, incorre-se no erro de tomar somente como real o que é real e aparente. Desse modo, conforme Adorno (1959/1996), a formação subjetiva do indivíduo, se dá na mediação com o social, ou seja, se dá pela apropriação subjetiva da cultura. Sendo a cultura as produções humanas que se constituem em sociedade, ou seja, ideias, conhecimentos, símbolos, valores, crenças e hábitos que

---

<sup>22</sup> De acordo com Abbagnano (2007, p. 922), o termo subjetividade é a representação “de todos os fenômenos psíquicos, enquanto fenômenos de consciência, que o sujeito relaciona consigo mesmo e chama de ‘meus’”.

são compartilhados ao longo da história dos homens. O que torna a subjetividade aspecto multideterminado que pode facilitar a reflexão sobre a lógica social na qual ela se constitui.

Não se pode monopolizar a reflexão sobre o significado do que é o subjetivo, mas compreender suas tensões e mediações com a história e sua materialidade. Como nos orienta Adorno (1969/1995b, p. 182): “convém tomar em princípio, as palavras sujeito e objeto como as fornece a linguagem polida pela filosofia, como sedimento da história”.

Para Marx e Engel (2007, p. 46), a história é “a sucessão das diferentes gerações” que exploram os “materiais, os capitais, as forças produtivas que lhe são transmitidas pelas gerações precedentes”. Nessa sucessão, o humano intervém sobre a realidade tecendo seu percurso e ao mesmo tempo sendo tecido, constituindo a história universal e particular. Nesse sentido, recorrer à história pressupõe que o subjetivo e o social não podem ser estudados como totalidade ou como algo que sempre existiu, tanto enquanto conceito ou enquanto experiência, mas devem ser olhados como elementos que se constituíram no decorrer das condições materiais postas ao longo da história dos homens.

Esse exercício convoca uma reflexão que vai além da abstração, diz de uma análise pormenorizada da constituição do conceito de subjetividade e da experiência de subjetividade, dos seus atravessamentos e contradições, mas ao mesmo tempo de uma intenção prática, cujo a finalidade não é seu efeito útil no aqui e agora. Para Adorno (1969/1995c, p. 205) esse exercício de pensamento tem um duplo caráter: é inseparável da essência do objeto, ou seja, é obrigatório em si mesmo, mas é também uma expressão real da realidade.

Assim, é fundamental olhar a subjetividade mediante a história para compreender as condições que tornaram possíveis a noção de homem subjetivo e, como ponto de partida para essa discussão localizamos o molde do indivíduo na Grécia antiga. De acordo com Horkheimer e Adorno (1947/1985, p. 47): “(...) o herói das aventuras revela-se precisamente como protótipo do indivíduo burguês, cujo conceito tem origem naquela autoafirmação unitária que encontra seu modelo mais antigo no herói errante”. Para os autores, a narrativa de Homero trilha o percurso do herói que estabelece uma consciência de si dando forma ao projeto de individuação. A viagem de Tróia a Ítaca narra o percurso por meio dos mitos de um ser fisicamente fraco frente às forças da natureza e que se constitui enquanto eu à medida que toma consciência de si.

Essa individualidade<sup>23</sup> se constitui, de acordo com Horkheimer (1946/2000), mutuamente na sociedade, ou seja o homem só se faz homem quando em relação aos seus pares e, a partir dessa relação se configura também a comunidade. Segundo o autor, o equilíbrio idealizado entre o indivíduo e a sociedade grega helênica não se consolidou no mundo moderno. Para o teórico da Escola de Frankfurt, nessa nova configuração social, o indivíduo se associou a ideia de autonomia, deslocando o equilíbrio que existia na harmonia da polis como bem coletivo para o universo humano da individualidade. O homem passa a ser o centro das ideias e à medida que pensa sobre si mesmo se distancia da realidade reafirmando sua autossuficiência.

A individualidade se danifica quando a ideia de indivíduo rompe com relação mútua entre indivíduo e sociedade e cada homem passa a cuidar de si mesmo como ser independente. Conforme Horkheimer (1946/2000, p. 133): “à medida que o homem comum se retira da participação nos assuntos políticos, a sociedade tende a regredir à lei da selva, que esmaga todos os vestígios da individualidade”. A noção de indivíduo isolado é um engano, pois aquilo que diz respeito a características mais íntimas, como por exemplo, personalidade e desejo pessoal são tanto sociais quanto individuais; o homem sempre está referido à sociedade em que vive e sua existência por si só não é possível.

Para Berman (1982/2007), a relação mútua entre indivíduo e sociedade se contrapõe ao contexto moderno cuja característica marcante é a primazia do indivíduo frente ao coletivo. Segundo ele a sociedade moderna está marcada por mudanças e rupturas com a lógica estática medieval, inaugurando a experiência da existência do particular frente ao universal e deslocando a centralidade do divino para o humano. Para o autor: “ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor- mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo que temos, tudo que sabemos, tudo que somos” (p. 24).

---

<sup>23</sup> Individualidade, individuação e subjetividade referem-se a aspectos do indivíduo, mas não são sinônimos. De acordo com Palangana (1998), a individualidade refere-se aquilo que singulariza o indivíduo, que o distingue, mas que não se encerra nele, sendo inseparavelmente social e individual, objetiva e subjetiva, constituída no modo como a sociedade se organiza. A individuação, segundo a autora, não se resume a um processo de socialização de alguém originalmente fora da sociedade. É singularização do indivíduo que de saída é social, porque é produto do trabalho das relações sociais. A subjetividade está relacionada, conforme apontado anteriormente, aos fenômenos psíquicos que o sujeito relaciona consigo mesmo e chama de “meus”, ou seja, está relacionada à apropriação dos processos culturais, fazendo-os seus.

De acordo com Figueiredo e Santi (2000) a individualidade passa a existir no tempo em que os valores tradicionais compartilhados coletivamente são colocados em questão, inaugurando outras e novas alternativas de existência humana e fazendo com que o homem precise buscar outros caminhos para dar conta de sua existência enquanto um ser de escolhas e possibilidades. Diante da perda de referências coletivas, o indivíduo começa a questionar a si mesmo sobre quem ele é, quais seus sentimentos, desejos, o que considera adequado ou justo e, para responder a essas questões, começa a buscar e construir referências internas sobre si e sobre os outros dando início a um espaço para experiências subjetivas.

No entanto, as respostas para esses questionamentos só podem ser encontradas no processo de individuação que se dá por meio da identificação e da diferenciação nas relações sociais que estão postas. Como aponta Palangana (1998, p. 7): “A individuação se dá no curso das experiências vividas em coletividade, isto é, através da apropriação/reelaboração do patrimônio social”. No entanto, a lógica da sociedade capitalista que em nome da liberdade reivindica o protagonismo do indivíduo em oposição à coletividade dificulta, ou até mesmo impossibilita, a própria individuação.

Na perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade, a constituição da subjetividade, mediada pelo progresso técnico da sociedade administrada, está adoecida. As condições objetivas tornam as relações humanas cada vez mais empobrecidas, restringindo as experiências constitutivas da formação do indivíduo à mera comercialização de produtos. De acordo com Horkheimer e Adorno (1956/1973), o indivíduo se constitui pela capacidade de pensar sobre si mesmo à medida que se relaciona com os outros, contudo, na sociedade capitalista, em nome da pretensa liberdade e do consumo visto na ideia do livre mercado, o indivíduo se torna cada vez mais autorreferente. Na busca pelos próprios interesses individuais, o coletivo enfraquecido condena a formação do próprio indivíduo e nessa circunstância essa formação é convertida em pseudoformação, uma espécie de formação incompleta, falsa ou danificada.

A racionalidade que determina a dinâmica da sociedade administrada traz consigo um desconforto para a existência do indivíduo. As formas de buscar a sobrevivência em sociedade passaram a ser a finalidade da existência, como se esse fosse o único modo possível do indivíduo estar em sociedade. Essa dinâmica provoca não só um sentimento de perda de poder, mas a perda real desse poder frente as condições materiais que estão postas, se desdobrando no sentimento de vazio, superficialidade, solidão etc. Nomes

dados, segundo Dunker (2015), ao mal-estar subjetivo provocados pelo empobrecimento da formação da subjetividade advindo da relação indivíduo- sociedade.

Ao partir da discussão elaborada sobre o processo de constituição da subjetividade no contexto da dinâmica social capitalista, conseguiremos adiante refletir sobre o atravessamento do mal-estar na relação indivíduo-sociedade recorrendo à teoria freudiana sobre o processo de constituição psíquica apontando para o recurso das drogas. Se a subjetividade está atravessada pelo mal-estar frente às condições que estão postas é importante compreender o uso das drogas a partir dessa dinâmica subjetividade-sociedade.

### **3.2.O mal-estar na tensão indivíduo sociedade**

A teoria psicanalítica elaborada por Sigmund Freud se interessou em discutir o psiquismo, a sociedade e o processo civilizatório à luz da experiência clínica e teórica das patologias psíquicas. Podemos identificar a discussão sobre a relação indivíduo e sociedade feita pelo autor em diversos trabalhos, entre eles: *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna* (Freud, 1908/1996d); *Totem e Tabu* (Freud, 1912/1999); *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (Freud, 1915/1996j); *Luto e Melancolia* (Freud, 1917/1996b); *Psicologia de grupo e análise do ego* (Freud, 1921/1996i); *O Futuro de uma Ilusão* (Freud, 1927/1996f); *O Mal-estar na Civilização* (Freud, 1930[1929]/1996g); *Porque a Guerra? (Einstein e Freud)* (Freud, 1933/1996h) e *Moisés e o Monoteísmo* (Freud, 1939/1996c).

Ao longo de seus estudos Freud desenvolve sua construção sobre a evolução do sentimento de eu em relação à sociedade e ao processo de civilização. De acordo com sua teoria, o eu primário surge à medida que se relaciona com suas fontes de prazer e desprazer internas e externas. Pensemos na imagem de um infante que no momento da amamentação recebe o seio na boca pela primeira vez. Esse pequeno corpo é pura excitação, carência a ser sanada, dependência absoluta dos cuidados do outro, desamparo total. O seio que, inicialmente, não é percebido como separado estabelece um contorno, dando a esse lugar vazio um objeto e constituindo inscrições nesse corpo. O bebê se dá conta que por meio do seu choro algo acontece para que sua necessidade seja satisfeita, daí emerge um eu que se desliga de uma massa de sensações internas constituindo a diferença entre o eu e o objeto. Assim o bebê internaliza o que é prazer e projeta para fora

de si tudo o que é desprazer. Esse momento mítico de acordo com Hanns (1996), faz referência a um não saber instintual que Freud (1915/2004b) nomeou de pulsão. Trata-se da realidade sobrepondo um corpo sem a representação da sua forma e sem o lugar de imagem de eu que primariamente quer a satisfação na diminuição da tensão causada pela energia corporal, e que posteriormente, atravessado por representações, busca satisfações específicas.

Para Freud (1915/2004b) a pulsão é um “conceito-limite entre o psíquico e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que provêm do interior do corpo e alcançam a psique” (p. 148). Para o autor, a pulsão é uma energia, inicialmente, desorganizada que circula no corpo e quando atravessada por representações, conscientes ou inconscientes, adquire significados. De acordo com Freud (1915/2004b), essa força pulsional possui duas tendências: uma procura prolongar a vida com sucessiva busca de prazer, e outra procura um estado de completa ausência de excitação. De um lado, o organismo tende a pulsar em direção à vida, de outro tende à estabilidade que no limite trata-se da morte. A vida se constitui nessa luta perpetua entre essas duas pulsões opostas.

No entanto, esse conflito pulsional não acontece sem mediações. Ele se dá a partir de dois princípios fundamentais: o princípio de prazer e o princípio da realidade. O primeiro trabalha no sentido de proporcionar prazer e evitar o desprazer, o segundo altera o primeiro, impondo restrições necessárias para adaptação à realidade. De acordo com Freud (1923/1996e), o princípio do prazer tem seu maior representante no aparelho psíquico, o Id, instância fundamental do psiquismo por ser reduto de toda pulsão. O Id representa a estrutura psíquica do inconsciente regida pelo princípio do prazer, contendo os conteúdos vinculados aos aspectos naturais e as heranças da espécie humana. Em sua superfície se encontra também o Ego. O Ego, segundo Freud (1923/1996e), é a parte do Id modificada pela influência do mundo externo, e representa, em parte, a estrutura consciente regida pelo princípio da realidade buscando conformar as exigências do id, da realidade e do superego. O superego representa a instância psíquica das leis, limites e proibições internalizadas, tendo a função de barrar o agir regulado pelo princípio do prazer. Para Freud (1923/1996e, p.37), apesar das distinções entre essas instâncias, existe uma relação de continuidade entre elas: “o id psíquico, desconhecido e inconsciente, sobre cuja superfície repousa o ego, desenvolvido a partir de seu núcleo (...) o ego não se acha nitidamente separado do id, mas fundido a ele em partes denominadas pré-consciente”.

A conformação do psiquismo se dá nesse sentido movido por forças. Assim id, ego e superego são construtos que nos ajudam na compreensão do modo como os indivíduos se colocam no mundo. O superego se constitui como agente de censura interna a partir do complexo de Édipo<sup>24</sup>. Essa instância na perspectiva freudiana é responsável pela internalização da lei, inscrevendo na dinâmica psíquica a identificação com a figura de autoridade e também a diferenciação com ela. Dessa forma, o superego tem domínio sobre o ego enquanto consciência moral, mas ao mesmo tempo sobre o id, resultando no sentimento de culpa, haja vista que o indivíduo não precisa fazer algo, basta apenas desejar inconscientemente. Assim o superego estaria relacionado a uma representação da cultura, determinando os padrões morais internalizados e os ideais que se adquire ao longo das experiências fornecendo diretrizes para as relações entre os indivíduos. A cultura representante psíquico do superego trabalha no intuito de nortear os comportamentos em sociedade.

Conforme discute Freud (1930[1929]/1996g), a dinâmica intrapsíquica entre essas instâncias contribui para compreendermos o mal-estar na civilização. Em seu aspecto psíquico, a força pulsional advinda do Id encontra barreira no superego e se dirige para o ego sendo internalizada como uma necessidade inconsciente de sofrer punição, uma espécie de sentimento de culpa sentido na forma de um mal-estar atormentador. Para o autor: “ é bastante concebível que tampouco o sentimento de culpa produzido pela civilização seja percebido como tal, e em grande parte permaneça inconsciente, ou apareça como uma espécie de mal-estar, uma insatisfação, para a qual as pessoas buscam outras motivações” Freud (1930[1929]/1996g, p. 138).

Freud (1930[1929]/1996g) situa o sentimento de culpa como o sentimento mais importante para o desenvolvimento da sociedade, desse modo entender a gênese do sentimento de culpa é entender o processo de desenvolvimento da civilização e, por sua vez, a nossa infelicidade generalizada nesse processo.

O foco de investigação sobre o psiquismo poderia levar a considerarmos que Freud elaborou sua teoria restrita ao estudo da mônada<sup>25</sup> psicológica, ou seja, do indivíduo isolado em detrimento da investigação das relações que esse indivíduo estabelece consigo

---

<sup>24</sup> Se trata de uma triangulação afetiva de amor e ódio entre a figura materna, paterna e a criança. Não é intenção nesse trabalho aprofundar no estudo do complexo de Édipo, mas apenas apontar que a formação do superego representante da cultura se dá a partir dele.

<sup>25</sup> De acordo com Roudinesco e Plon (1998), o termo mônada refere-se a uma unidade indivisível, desprovida de partes ou extensão que constitui o elemento de todas as coisas.

e com os outros. Contudo, de acordo com Adorno (1955/2015, p. 52), ainda que o criador da psicanálise tenha voltado suas investigações para o indivíduo, nesse mergulho sobre o universo psíquico, Freud se deparou com questões sociais: “Quanto mais profundamente a psicologia sonda as zonas críticas do interior do indivíduo, tanto mais pode perceber de forma adequada os mecanismos sociais que produziram a individualidade”.

Ao pensar a respeito do sofrimento dos homens e as possibilidades de amortecer esse sofrimento, Freud (1930[1929]/1996g) discute o conflito irreduzível entre o indivíduo e a sociedade salientando a necessidade do homem abdicar de suas pulsões agressivas e sexuais em nome da civilização e da convivência social, buscando para isso distrações que atenuem tal sofrimento. O autor localiza inicialmente esse conflito nas instâncias do aparelho psíquico, por meio da teorização sobre a triangulação edípica<sup>26</sup>, e posteriormente desloca esse conflito para o nível mais amplo que se dá entre o indivíduo e a sociedade.

Nessa tensão entre, de um lado a sociedade e o indivíduo e, de outro o particular e o universal, Freud (1930[1929]1996g) discute a estruturação da civilização enquanto desdobramento de modificações das disposições libidinais dos indivíduos apontando como antecessor desse processo o recalque orgânico que instaura no corpo biológico possibilidades de satisfação.<sup>27</sup> Para o autor, o processo civilizatório demarca o limite que impossibilita a satisfação plena do indivíduo instaurando desde o princípio a falta. A possibilidade da plenitude e da felicidade permanente não está dada aos homens, tornando mais comum a experiência de infelicidade que pode ser proveniente do próprio corpo, do mundo externo ou das relações com outros seres humanos:

---

<sup>26</sup> A triangulação edípica está relacionada ao complexo de castração que trata da representação inconsciente de ameaça experimentada na infância quando há a constatação da diferença anatômica entre os sexos levando o indivíduo à renúncia parcial da satisfação plena do desejo. (Roudinesco & Plon, 1998).

<sup>27</sup> O recalque orgânico marca a negação da satisfação plena que, por sua vez, de desdobrar no acontecer psíquico ontológico do recalque primário e do propriamente dito, ou recalque secundário. O recalque originário faz referência a uma inscrição primária, à fixação de uma pulsão a determinada representação. O recalque propriamente dito incide sobre reminiscências psíquicas ligadas aos traços constituídos pelo recalque primário e que continuam dirigindo ou exigindo um dispêndio de energia para a satisfação das pulsões (Türke, 2012). Ele se dá sobre o representante da representação e age indiretamente no afeto ligado a esta, dando ao representante diferentes destinos: seja suprimido, deslocado ou transformado. São esses destinos que irão determinar a formação dos sintomas, ou quadros clínicos trabalhados por Freud. Assim o recalque na teoria psicanalítica é tomado como processo psíquico que tem por objetivo conservar no inconsciente, conteúdos e representações pulsionais que se satisfeitas comprometeriam o equilíbrio do psiquismo ao tornarem aquilo que tem por função primária o prazer em fonte de desprazer.

O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: do nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertências; do mundo externo, que pode voltar contra nós com forças de destruição esmagadoras e impietosas; e, finalmente, de nosso relacionamento com os outros homens (Freud, 1930[1929]/1996g, p. 85).

Nessa perspectiva, o ajustamento do indivíduo na relação natureza/ cultura; prazer/ realidade impossibilita sua satisfação plena levando a um conflito insolúvel no indivíduo e na cultura, e entre o indivíduo e a cultura. Nas palavras de Freud (1930[1929]/1996g, p. 84): “nossas possibilidades de felicidade sempre são restringidas por nossa própria constituição”. A experiência de estar em sociedade estará sempre referida a um incômodo tanto corporal como psíquico, ainda assim o homem só se constitui enquanto existência pertencente ao mundo juntamente com outros homens. A sociedade na forma como está posta não tem garantido a felicidade humana. Para Freud (1930[1929]/1996g, p. 94), os indivíduos se orgulham dos feitos que têm promovido, do desenvolvimento da técnica e da ciência, mas tanto progresso não amenizou a dor nem diminuiu a infelicidade dos homens: “o poder recentemente adquirido sobre o espaço e o tempo, a subjugação das forças da natureza, (...) não aumentou a quantidade de satisfação prazerosa que poderia esperar da vida e não os tornou mais felizes”. Ao mesmo tempo em que a sociedade tem protegido os homens de intempéries com o progresso das ciências ela também tem criado mais mecanismos de controle, interdições e repressões que contraditoriamente provocam mais dor aos homens. Vemos um endeusamento das técnicas e da ciência, bem como um afastamento de qualquer elemento que remeta à morte que, ora é negada, ora é explorada pela lógica do espetáculo.

Para Freud (1930[1929]/1996g), a dor que advém das relações entre os homens seria a mais penosa e contra todo sofrimento advindo dessas direções os indivíduos buscam caminhos para lidar. Uma das defesas frente a esse mal-estar são as intervenções nas sensações corporais com substâncias psicoativas. Conforme o autor a vida humana é penoso, existir causa muitos sofrimentos e exige dos homens tarefas impossíveis de serem alcançadas. E, para suportar tantas adversidades Freud (1930[1929]/1996g, p. 83) lembra que os indivíduos lançam mão de medidas paliativas como: “derivativos poderosos, que nos fazem extrair luz de nossa desgraça; satisfações substitutivas, que a diminuem; e substâncias tóxicas, que nos tornam insensíveis a ela”.

Dentre as medidas tomadas pelo indivíduo para lidar com a dor de existir ou na tentativa de encontrar a felicidade, a que mais nos interessa para a discussão é o uso da

química no organismo. Para Freud, o fim último dessas ações é a felicidade, o indivíduo quer ser feliz e assim permanecer. De acordo com o autor, essa procura de felicidade ininterrupta tem uma meta positiva e negativa. A primeira está relacionada à experiência de prazer que está vinculada a procura pela felicidade, e a segunda à ausência do desprazer. Contudo, desde já, sabemos que não é possível, como foi discutido anteriormente, essa experiência de felicidade plena, ela é restrita a lapsos que se dão muitas vezes não diretamente pelo prazer, mas pela superação do desprazer. “O que chamamos de felicidade no sentido mais restrito provém da satisfação (de preferência, repentina) de necessidades represadas em alto grau, sendo, por sua natureza, possível apenas como manifestação episódica” (Freud, 1930[1929]/1996g, p. 84).

Parece-nos que o encontro com da felicidade consiste em uma tarefa de evitar as dores que a sociedade e as relações humanas causam. Nesse sentido, supõe-se que as substâncias psicoativas funcionam como medidas eficazes na suspensão, ao menos momentânea, da dor de existir. O consumo nocivo seria, assim, uma saída ininterrupta de suportar o mal-estar na civilização que impõe sobre a subjetividade, fazendo o indivíduo crer ter alcançado êxito nessa jornada rumo a quietude. Acerca desse papel do uso de substâncias psicoativas:

O serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tanto indivíduos quanto povos lhes concederam um lugar permanente na economia de sua libido. Devemos a tais veículos não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois sabe-se que, com o auxílio desse “amortecedor de preocupações” é possível, em qualquer ocasião, afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade (Freud, 1930[1929]/1996g, p. 86).

Essa vinculação entre busca por prazer e o uso de substâncias tóxicas advém de elaborações anteriores, com uma perspectiva fisiológica, em que Freud apontava o caráter orgânico da relação que o indivíduo estabelecia com as substâncias, como podemos verificar nas cartas trocadas entre o autor e Wilhem Fliess: “Comecei a compreender que a masturbação é o grande hábito, o ‘vício primário’, e que é somente como sucedâneo e substituto dela que outros vícios— álcool, morfina, tabaco etc — adquirem existência”(Freud, 1887/1996a, p. 323). De acordo com Mendonça (2011), Freud parte de uma noção de sexualidade para chegar à perspectiva psíquica sobre o papel das substâncias tóxicas no indivíduo, concluindo que a dependência não pode ser entendida somente do ponto de vista da substância, ou seja, somente em seu aspectos orgânico, mas

da relação do indivíduo com ela, do lugar de substituta amenizadora da dor provocada pela repressão da sociedade infligida sobre o indivíduo.

Para Ribeiro (2008, p. 24) o entendimento da tensão indivíduo e cultura levou Freud a considerar a questão do consumo nocivo de substâncias psicoativas relacionada à busca da satisfação pela fuga do desprazer: “Freud passou a entender a utilização das drogas unicamente no plano da economia libidinal do sujeito”. A repressão nociva imposta aos indivíduos pelo próprio funcionamento psíquico e pela sociedade tornam a existência árdua e o uso de substâncias tóxicas um caminho amortecedor, um modo de investir em si mesmo e ficar alheio à dor do mundo e a sua própria dor.

Para Marcuse (1955/1975), após Freud, a sociedade avançou ainda mais em seus mecanismos de repressão por meio da administração da própria repressão. O teórico crítico da Escola de Frankfurt discute a noção de “Mais- Repressão” enquanto controles adicionais que advêm da realidade de dominação funcionando segundo o princípio do desempenho:

O princípio de desempenho, que é o de uma sociedade aquisitiva e antagônica no processo de constante expansão, pressupõe um longo desenvolvimento durante o qual a dominação foi crescentemente racionalizada: o controle sobre o trabalho social reproduz agora a sociedade numa escala ampliada e sob condições progressivas. Durante uma considerável parte dessa evolução, os interesses de dominação e os interesses do todo coincidem: a utilização lucrativa do sistema produtivo satisfaz às necessidades e faculdades dos indivíduos. Para a esmagadora maioria da população, a extensão e o modo de satisfação são determinados pelo seu próprio trabalho; mas é um trabalho para uma engrenagem que ela não controla, que funciona como um poder independente a que os indivíduos têm de submeter-se se querem viver (Marcuse, 1955/1975, p. 51).

Nessa dinâmica, o indivíduo acaba por não viver experiências que lhe constituem enquanto ser social, suas experiências ficam reduzidas à atividade laboral que desempenham e às funções que lhes são preestabelecidas. Nesse processo, suas necessidades não são satisfeitas e os indivíduos ficam alheios ao próprio existir em sociedade. Viver se torna penoso à medida que o trabalho se reduz ao desempenho técnico e útil tornando a vida humana vazia e sem sentido.

Essa lógica que atua sobre o indivíduo objetivamente constitui sua formação subjetiva que absorvida pela consciência e pelo inconsciente passa a operar também nos seus desejos e necessidades. Conforme Marcuse (1955/1975), a repressão se camufla na aparente ordem da realidade administrada. O que também pode ser observada na relação indivíduo-droga quando pensamos o consumo nocivo, na medida em que o indivíduo sucumbido ao objeto se anula frente a ele e se adapta diante da realidade que lhe causa o

mal-estar. Ainda que o próprio consumir represente o esfacelamento da sua condição humana.

Nessa perspectiva, as questões que atravessam o indivíduo, o mal-estar e drogas não podem ser pensadas, sem o atravessamento da cultura que reproduz a dominação. O consumo nocivo de substâncias psicoativas seria um fenômeno que está no centro de outras questões problematizando a lógica social vigente imposta sobre as relações humanas. Ao atentarmos para a discussão sobre a subjetividade, o mal-estar que se faz presente nesse processo de constituição e o recurso às drogas nessa dinâmica analisaremos a questão do consumo enquanto produto cultural que se estrutura na lógica da racionalidade na medida em que foi capturado pela dinâmica produtiva.

Temos na sociedade contemporânea condições que se impõem aos indivíduos que repercutem no mal-estar por meio de exigências sociais inatingíveis. A dinâmica das relações humanas a serviço da proteção do sistema financeiro pautado na desigualdade deixa os indivíduos cada vez menos protegidos socialmente. Essa realidade estabelece condições de insegurança e direciona o modo de lidar com essas frustrações no consumo e no prazer imediato que encontra, por exemplo nas drogas, um recurso a mais disponível do mercado a ser consumido.

Diante desses apontamentos, o próximo capítulo visa aprofundar na questão das substâncias psicoativas enquanto elemento social que foi capturado pelo modo de produção capitalista. Para isso, buscou-se um percurso histórico sobre o uso das drogas, seguido de uma reflexão sobre a apropriação desse uso no modo de produção capitalista. As substâncias psicoativas enquanto mercadorias de consumo respondem à necessidade de manutenção de um sistema de alienação que esconde a real causa que sustenta o consumo nocivo.

#### **Capítulo 4: As substâncias psicoativas na lógica da sociedade administrada**

Ao discorrermos, nos capítulos anteriores, sobre o contexto da sociedade administrada e a formação da subjetividade atravessada pelo mal-estar, nos deparamos, em alguns momentos, com questões que remetiam ao consumo de substâncias psicoativas. As questões do uso de drogas ao longo da história e sua apropriação pela racionalidade administrada aparecem como fundamentais ao direcionarmos a nossa reflexão sobre o fenômeno da produção do consumo nocivo de substâncias psicoativas ao contexto da sociedade contemporânea. Assim, quando o consumo passa a não ser uma opção ou escolha do próprio indivíduo e sim uma necessidade da qual ele não tem controle, há um agravamento do problema, há o consumo nocivo dessas substâncias. Contudo, pouco se leva em consideração a própria dinâmica da sociedade que funciona, de tal maneira, que acaba contribuindo para propagar esse modo de consumo nocivo.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é apresentar um panorama geral de como as drogas vêm sendo consumidas ao longo da história especialmente a partir do modo de produção do capitalismo monopolista. Não temos a pretensão de fazer um estudo histórico sobre as drogas, mas uma reflexão em relação aos seus usos. As substâncias psicoativas em si são inertes, elas só existem socialmente ao interagirem com os indivíduos e com os processos culturais por eles constituídos. Essa determinação estrita das substâncias psicoativas seus modos de uso modificam-se conforme os indivíduos e as culturas se transformam. Assim, para o percurso final desse trabalho faz mais sentido falar de uma história dos modos de uso de substâncias psicoativas. Consideramos que a história da relação entre as substâncias psicoativas e os seres humanos tem seu papel no processo de dominação e coisificação dos indivíduos.

A noção do que são drogas e o que nomeamos como consumo nocivo de substâncias psicoativas não podem ser dissociados da história e dos processos psicossociais. Por sua vez, não podem ser dissociados da ideia de poder, interesses e forças presentes na sociedade. O que implica dizer que a história do uso das substâncias psicoativas está na maior parte do tempo mediada pelos mecanismos sociais vigentes na própria dinâmica da sociedade. Portanto, o significado do uso, assim como a relação entre as drogas e os indivíduos nem sempre foram o mesmo ao longo da história dos homens. Portanto, esse capítulo irá se atentar nos aspectos da dinâmica psicossocial do fenômeno do consumo nocivo de substâncias psicoativas que contribuem para sua produção, e não

necessariamente em aspectos diagnósticos, clínicos ou mesmo tratamento para o problema apresentado.

Não é objetivo nosso aqui também responder questões em relação aos aspectos orgânicos, biológicos ou potencial viciante das diferentes substâncias. Pretendemos nesse momento problematizar sobre o processo de produção do consumo nocivo de drogas frente a um contexto social de dominação. Reservamos um tópico desse capítulo para a discussão sobre os aspectos históricos do uso das substâncias psicoativas e outro para discussão sobre o consumo nocivo de drogas enquanto mercadoria da sociedade administrada, ou seja, enquanto produção social.

#### **4.1.Aspectos históricos do consumo de substâncias psicoativas**

A história da relação dos homens com as substâncias psicoativas não pode ser dissociada da própria história do homem. Nos primórdios da humanidade os homens para garantir sua sobrevivência aprenderam a manusear os produtos da natureza descobrindo substâncias de diversos usos que hoje chamamos de drogas. Poderíamos considerar que as substâncias psicoativas estão tão relacionadas com a história da humanidade como estão os alimentos que garantem a perpetuação da espécie humana. Carneiro (2005) aponta que desde a pré-história são identificados vestígios do uso de substâncias psicoativas. Segundo o autor, especialistas em figuras rupestres apontam a motivação de alteração do estado de consciência com uso de plantas psicoativas nas figuras rupestres de cerca de trinta mil anos atrás. As transformações que acometeram a relação homem-droga são tantas quanto as transformações históricas, sociais, culturais e econômicas que constituíram a formação do homem até os dias atuais. Assim, podemos dizer que não há uma história das drogas, mas histórias do uso das drogas. O modo de uso se modifica conforme as configurações sociais e culturais se transformam.

Nas civilizações antigas essa relação era mediada pelo aspecto místico, espiritual e religioso, tendo também o sentido ritualístico, curativo e recreativo. De acordo com Escotad (1997) o uso de substâncias como cogumelo e papoula nas comunidades indígenas ocorria em rituais religiosos como modo de transe para purificação e harmonia com a natureza e os deuses. A relação entre os homens e as substâncias se articulava a um princípio de coletividade e compartilhamento, um meio para experiências transcendentais. Não estava relacionado à ideia de consumo enquanto uso de um bem material.

Para os gregos, as substâncias psicoativas estavam relacionadas à diversão e cura, mas também à morte. Foi a partir desses povos que surgiu a ideia de *phármakon*, substâncias capazes de proporcionar prazer, apaziguar a dor e elevar o conhecimento do homem, mas também capazes de matar o inimigo em tempos de guerra. Essa dualidade estava na dose consumida. A relação entre os gregos e as drogas pode ser pensada de uma perspectiva humana, ou seja, que se afasta de ideias místicas ou transcendentais características de povos anteriores. Na medida em que vai sendo deixado de lado o elemento místico, ainda que o uso esteja relacionado à religião, crenças e entidades divinas, as drogas tomam lugar de objeto de prazer ou dor e não são mais apenas meios de acesso às entidades e deuses ou possibilidades de transe para rituais místicos e religiosos.

Assim como os gregos, os romanos consideravam as substâncias psicoativas positiva ou negativamente de acordo com os efeitos da dosagem. Escotado (1997) aponta que existem registros do uso da cannabis entre os gregos em reuniões sociais, bem como a utilização da papoula (ópio) como medicamento. De acordo com o autor, a utilização do álcool estava associada à embriaguez sóbria, ainda que os gregos prezassem por manter a compostura apesar de um estado de alcoolização.

Na idade Média, como discorre Ribeiro (2008), com o advento do cristianismo e a máxima da aceitação do sofrimento como meio de purificação, as drogas foram tomadas como imorais e fontes para o pecado, na medida em que proporcionavam o prazer sem esforço, o que era terminantemente recriminado pela doutrina cristã da época. As substâncias psicoativas também passaram a ser estigmatizadas por sua associação a rituais religiosos. Seu uso passou a ser considerado heresia mesmo quando para fins terapêuticos. Na transição do mundo medieval para o mercantilista as substâncias psicoativas passaram a representar uma iguaria para o sistema mercantilista que se formava impulsionado cada vez mais pelo comércio marítimo.

De acordo com Carneiro (2005), com a emergência do mercantilismo as substâncias psicoativas que antes eram sagradas se tornaram mercadorias a serviço do comércio. Para o autor a história do uso das drogas tem íntima relação com as expansões marítimas ao longo dos séculos. Divide-se didaticamente três ciclos comerciais que giraram em torno do tráfico de drogas. O primeiro, no século XVI, com o comércio das especiarias responsável pelas descobertas marítimas que deu origem a palavra droga que vem do holandês *droop* para designar os produtos secos que chegam das expedições marítimas. Posteriormente esse comércio se estabeleceu com a produção e

comercialização do açúcar, do tabaco e da aguardente demarcando o sistema colonial no século XVII, centrado no tráfico de escravos e de drogas. E por fim o terceiro ciclo no século XVIII com a comercialização das bebidas quentes e excitantes que segundo o autor provocou o desequilíbrio da balança comercial inglesa com a Ásia, devido ao aumento da comercialização do chá. E no século seguinte as chamadas guerras do ópio entre britânicos e chineses pela substituição do pagamento do chá em prata pelo pagamento em ópio.

Cada vez mais associadas ao comércio, algumas substâncias se tornaram alvos da ciência médica passando a fazer parte o processo produtivo de laboratórios químicos disseminando e ampliando o consumo, o que chamou a atenção para a questão da dependência que essas substâncias poderiam causar. Conforme aponta Ribeiro (2008), a ampliação da prática médica na utilização desses produtos aumentou a disponibilidade dos mesmos no mercado, aumentou a procura por parte da população revelando a capacidade dessas substâncias provocarem dependência física e psicológica. De acordo com a autora, ao longo da história essas substâncias passaram a ter um valor não só comercial, mas também subjetivo tornando-se uma mercadoria que se apossa de seu consumidor e determina seu modo de viver e desejar. O sentido de consumo dessas substâncias para os indivíduos do século XVIII não é o mesmo para o sujeito dos séculos seguintes e essas mudanças vão sendo internalizadas modificando as experiências que os homens tem com as drogas.

Carneiro (2005) aponta que a expansão comercial no mercantilismo faz com que as substâncias psicoativas passem a fazer parte da recém inaugurada dinâmica econômica burguesa. De acordo com o autor as drogas tiveram papel fundamental na expansão marítima, na exploração colonial e, portanto, no sistema capitalista:

Foi pelo açúcar que os africanos foram escravizados numa diáspora de milhões de desagregados para as Américas; pelas especiarias os europeus se lançaram aos mares desconhecidos em busca do caminho das Índias; pelo chá a Inglaterra inundou a China de ópio; com o tabaco se colonizou a Virgínia; com o café se ampliou a capacidade de trabalho e vigília do proletariado e dos soldados da era contemporânea e com o álcool destilado se obteve consolo, anestesia, imposto e lucros (Carneiro, 2005, p. 7).

Segundo o historiador uma das razões que remetem a grande expansão do tabaco, considerada hoje uma droga lícita, foi seu papel estimulante e útil para aumentar a produtividade tão requisitada a partir da Revolução Industrial. Essa expansão deu-se, inclusive, com a aceitação e legitimação da igreja, que no momento de transição do mundo feudal para o mundo moderno exercia grande poder sobre a sociedade. Para

Carneiro (2005) os alcoóis, por meio do estímulo da produção e do fluxo dos produtos, exerceram influência na consolidação do sistema capitalista constituindo um novo paradigma do uso dessas substâncias representado pela noção de mercadoria.

As substâncias psicoativas como mercadoria se inscreveram na constituição da sociedade burguesa expandindo suas funcionalidades, servindo às exigências de desempenho nos sistemas das fabricas e também as demandas de uma cultura burguesa de estimulação intelectual. De acordo com Carneiro (2010), as drogas são uns dos repertórios mais importantes das culturas estando relacionadas a possibilidade de sanar os males e melhorar a existência humana.

É a partir do século XIX que as noções de dependência química começam a tomar forma na sociedade. Em meio a atmosfera de pós-guerra, conflitos políticos e econômicos fortaleceram o temor sobre a relação de dependência com as drogas demarcando uma perspectiva moral sobre o uso de substâncias psicoativas. Conforme Rodrigues (2008), tem-se nesse momento histórico a aprovação da lei seca nos Estados Unidos entre 1920 e 1933 representando a vitória de práticas puritanas e moralistas, por um lado, mas também representando o controle social. De acordo com o autor o objetivo da lei seca consistia em eliminar o uso de drogas como se elas jamais houvessem existido. Para Rodrigues (2008, p. 94): “ O resultado imediato dessa proibição é bastante conhecido e comentado: o efeito automático da Lei Seca não foi a supressão do álcool e dos hábitos a ele associados, mas a criação de um mercado ilícito”.

De acordo com Carneiro (2010), com o fim da lei seca em 1933 teve início outra guerra contra substâncias identificadas com grupos étnicos minoritários. Vemos esse movimento de repressão destinado a grupos minoritários ainda nos dias de hoje em políticas e projetos de lei que visam alimentar um setor da sociedade cuja maior finalidade é o lucro. Estamos falando, por exemplo, de ações como a internação compulsória para dependentes. Para o autor, os resultados do combate as substâncias psicoativas se aproximam do que ocorre atualmente com a ideia de guerra às drogas: aumento da lucratividade do setor que passa a ser controlado pelo crime com uso da violência e da corrupção, aumento dos problemas de saúde ligadas ao uso de substâncias adulteradas sem controle sanitário e a transformação de usuários em doentes criminalizados em massa. Na perspectiva de Coggiola (1996, p.45), o combate as drogas serviu muito bem ao sistema financeiro que trabalha com a especulação tornando o narcotráfico o segundo item do mercado mundial, inferior somente ao tráfico de armamentos. “ O tráfico de drogas foi sempre um negócio capitalista, por ser organizado como uma empresa

estimulada pelo lucro. Na medida em que a sua mercadoria é a autodestruição da pessoa, o consumo expressa a desmoralização de setores inteiros da sociedade”.

De acordo com Vargas (2008), a mudança de paradigma sobre as drogas ocorreu com o desenvolvimento da medicina. A síntese química de substâncias capazes de exercer poder sobre o corpo humano, associado ao desenvolvimento da microbiologia foram estratégicos para a evolução da medicina moderna e, conseqüentemente, para o surgimento dos fármacos, ponto chave para distinção entre substâncias psicoativas lícitas e ilícitas. Nas palavras do autor: “A introdução de uma impressionante variedade de fármacos tidos como puros e eficazes foi decisiva para fundamentar materialmente esse processo de medicalização geral dos corpos e da vida” (Vargas, 2008, p. 51).

A distinção entre lícito e ilícito vincula-se a aspectos medicinais, econômicos, políticos, históricos e morais que nos dias atuais ainda sustentam a polaridade entre argumentos e ações repressivos por um lado e incitações hedonistas de consumo por outro. Acrescenta-se ao crivo do saber científico o saber midiático que muitas vezes a mando de mecanismos de dominação provocam alardes sobre a temática levando à legitimação de ações impensadas e higienistas. Sobre isso Carneiro (2010) destaca que do ponto de vista das conseqüências danosas para a saúde o tabaco é a droga mais perniciosa e, em relação aos comportamentos de risco e violência, o álcool é um problema de saúde grave.

Seria a solução para o consumo nocivo a proibição ou a liberação de todas as substâncias psicoativas? Trata-se de pensar que o consumo que destitui o indivíduo do seu lugar de escolha não deve ser compreendido apenas do ponto de vista da substância, ainda que existam estudo sobre o potencial de dependência de alguns tipos de substâncias específicas, mas do ponto de vista da totalidade social. Para Xiberras (1989), a sociedade contemporânea é uma sociedade marcada pela necessidade de intoxicar-se. A dinâmica social está pautada em relações de produção e consumo difundida em publicidade continua de um imperativo do consumo. Somos levados a consumir nocivamente a todo instante.

Tendo contextualizado alguns modos de uso de substâncias psicoativas ao longo da história, seguimos a reflexão sobre o processo de produção do consumo nocivo de drogas na dinâmica da sociedade contemporânea.

#### 4.2.A produção do consumo nocivo de substâncias psicoativas

Conforme apontamos no terceiro capítulo, a dinâmica entre consumo nocivo e o mal-estar reflete um conflito entre as necessidades de satisfação do indivíduo e os impedimentos que a realidade lhe impõe. Na impossibilidade de satisfação, o indivíduo busca substitutos, no entanto, a realidade materializada no contexto social permanece sem cumprir a promessa de garantir a satisfação plena, mas ao mesmo tempo perpetua a ilusão de que é possível satisfazer-se plenamente. Nessa dinâmica o indivíduo sucumbe suas demandas frente a um objeto, aqui tratamos do objeto substâncias psicoativas, e acaba por perder a possibilidade de escolha frente a esse objeto. Segundo Marcuse (1964/1973), a lógica produtiva constitui a formação das necessidades humanas, tornando essas necessidades determinadas pelo capital. O que segundo Marx (1864/1983), anula a autonomia do indivíduo, pois ele depende do mercado, sobre o qual não tem nenhum poder, para satisfazer suas necessidades. O aspecto econômico determina, assim, que as relações humanas entre produtores e consumidores se converta em relação entre coisas.

Na busca para compensar o sofrimento provocado pela necessidade de convivência social surgem substitutos que cumprem sua finalidade de conciliar as demandas do indivíduo e os interesses da dominação. Essa dinâmica socialmente organizada legitima o permanente estado de desamparo dos indivíduos que a todo instante buscam adaptar-se. Crochik (1996c) explica que atualmente o sofrimento não é diretamente negado, mas justificado pela necessidade de sobrevivência. Nessa lógica o indivíduo se reduz ao status de coisa, produto da estrutura social que sustenta o mercado baseado na relação de produção e consumo e, as substâncias psicoativas são transformadas em mercadorias em meio a tantas outras a serem consumidas.

As substâncias psicoativas apropriadas como mercadoria passam a representar algo que vai além do objeto em si, estão carregadas de intenções e promessas de prazer, lucro e felicidade. Vemos nesse processo a mercadoria droga ser fetichizada. Na perspectiva de Marx (1867/2006), a dinâmica característica do modo de produção capitalista constitui o processo de fetichização da mercadoria, ou seja, os produtos passam a ter existência em si mesmo, aparentam ter vontade independente daqueles que os produzem passando ela mesma, mercadoria, a determinar as necessidades do produtor e não ao contrário. A coisa passa a atribuir valor à vida do indivíduo. Conforme o autor, o predomínio da mercadoria, de sua forma sem conteúdo, submete o indivíduo e faz dele criatura, quando na verdade ele é o criador. Na sociedade cuja centralidade é o capital e

a mediação é o trabalho alienado o homem se desumaniza em proporção inversa à humanização que confere à mercadoria (Marx, 1867/2006).

Para Crochík (2010a) o fetichismo da mercadoria envolve dois processos: a inversão entre o valor de uso e o valor de troca, ou seja, o valor do produto não se dá a partir das características e funcionalidades de uso, mas a partir do capital, do valor econômico imbricado no produto e, envolve também a busca humana por sua própria humanidade esquecida de si mesmo que precisa ser recordada, já que a própria constituição do indivíduo está determinada pelos princípios do mercado. Essa parece ser também a lógica que produz o consumo nocivo de substâncias psicoativas. O consumo que se constitui a partir da apropriação do objeto drogas pelo processo de produção capitalista, bem como pela transformação das drogas em bens de consumo que somadas ao mal-estar, advindo da dominação sobre o indivíduo torna o objeto droga absoluto em relação ao indivíduo que consome, o indivíduo incapaz de renunciar aos objetos do mundo externo rende-se a ele na busca por satisfações imediatas.

Nesse processo a própria existência humana passa a ser mercantilizada e, por sua vez, também as relações humanas. Trata-se da coisificação da vida social. As substâncias psicoativas se tornaram um recurso aos males que a convivência social pautada na lógica de produção e consumo produziu. O consumo de substâncias psicoativas se difunde e se massifica enquanto um produto do mercado tornando-se cada vez mais acessível e requisitado como uma prática não somente de lazer, mas, para alguns, como a única forma de aplacar a árdua tarefa de existir.

A produção das substâncias se diversifica e amplia o mercado cooptando seus consumidores, de modo que o movimento financeiro e os interesses dos indivíduos permaneçam sempre alimentados. O consumo nocivo busca suprir uma fissura que a própria dinâmica social e o próprio objeto droga desencadeiam. Nesse sentido o fenômeno do consumo nocivo de substâncias psicoativas deve ser compreendido do ponto de vista da sua raiz material, determinada pela lógica da acumulação capitalista. O que implica dizer que o consumo nocivo de drogas se origina nas condições objetivas que estão postas, mas não se esgota nelas.

Türke (2012) aponta aspectos importantes sobre o consumo nocivo e a sociedade. O autor faz referência a diferentes modos de compulsão e vícios na sociedade contemporânea. Segundo ele, há uma distinção entre compulsão e vício. A compulsão está relacionada a atos repetitivos que aliviam sensações aflitivas do indivíduo. O vício trata-se de um fenômeno que se desenvolve em decorrência da abstinência, ou seja, são

comportamentos repetitivos para apaziguar o sintoma causado pelo próprio vício. Defendemos que a noção de consumo nocivo é mediada por ambas características, ou seja, tem relação com a repetição para sanar o mal-estar subjetivo que a lógica social intensificou e tem relação com a repetição que busca eliminar o desconforto causado pela ausência da substância psicoativa no organismo.

De acordo com Türke (2012), a lógica compulsiva possibilita que o mercado se expanda promovendo o desenvolvimento econômico e acentuando a concorrência. Essa dinâmica se torna mediadora do processo de socialização e faz das relações entre os indivíduos relações de trocas. Para o autor, a lógica da sociedade capitalista fornece elementos necessários para constituição de indivíduos compulsivos, pois sua razão de ser necessita de uma lógica repetitiva de produção e consumo para consolidação. A premissa é ter sempre mais de modo a nunca ser possível alcançar o ideal. A substância psicoativa enquanto mercadoria parece ter o mesmo sentido, ou seja, possibilidade de aplacar a dor, ainda que parcialmente implicando na necessidade de ser consumida repetidamente. Conforme afirma Türke (2012, p. 4-5): “o simples desejar mais do que se tem se transformou numa obstinação penetrante, tenaz e sistemática – e a dinâmica viciadora sistêmica se tornou um pano de fundo social ao qual se aplicam todos os comportamentos viciados particulares”

Souza (2012) também discute o consumo de drogas a partir do entendimento das estruturas de dominação na sociedade capitalista, já que o mundo material determina não somente o modo de pensamento como também administra os conflitos entre os desejos e realizações do indivíduo. De acordo com o autor a análise da relação entre o consumo de drogas e os problemas sociais deve ser feita enquanto fenômenos constituídos em uma mesma base, que não se esvaziam das suas particularidades, mas também se encontram inscritos na totalidade social. No dizer do autor:

A análise do “consumo de drogas” diante da totalidade social, em seu movimento real, permite-nos continuar afirmando que a origem deste fenômeno está na mercadorização da força de trabalho, além de estar fortemente perpetrado pela “questão social”, guardando relação estreita com todas as expressões desta (Souza, 2012, p. 283).

Nesses termos, a constituição do indivíduo moldada pela lógica produtiva da força de trabalho conduz o modo como a sociedade é administrada e determina as mediações entre os indivíduos e as mercadorias por eles produzidas, entre elas as substâncias psicoativas. Portanto, para compreendermos o fenômeno do consumo nocivo de substâncias psicoativas temos que levar em consideração a lógica social capitalista e

analisar seus aspectos e sua forma de organização que constituem a formação de indivíduos aptos a aderir de modo irrefletido a lógica que alimenta o consumo.

Se o consumo nocivo está alimentado por uma lógica estrutural, a organização da sociedade está desencadeando o desenvolvimento desses processos compulsivos. Como já chamamos a atenção ao longo do trabalho o processo de constituição do indivíduo está intrinsecamente relacionado com as condições objetivas. Nesse sentido, se existem necessidades inconciliáveis com a realidade, devem haver aspectos no modo como a sociedade funciona que estão impossibilitando a satisfação dessas necessidades. O indivíduo não encontra meios de satisfação que não seja os que funcionam pautados na lógica da reprodução e manutenção da sociedade vigente. A cultura está cada vez mais determinada pela racionalidade da produção, fazendo com que os indivíduos renunciem necessidades básicas em nome da luta pela sobrevivência.

Nessa dinâmica o modo de viver em sofrimento capturado pelos princípios produtivos se torna processo da própria cultura. As promessas não realizadas, mas ao mesmo tempo mantidas a partir da produção constante de novas mercadorias condicionam os indivíduos a se satisfazerem no consumo sem reflexão. Esse ciclo vicioso intensifica o sofrimento e mais uma vez é direcionado aos produtos culturais massificados que oferecem a falsa promessa de felicidade. Esse processo, conforme Adorno (1964/1995) está na base da sociedade administrada que busca esconder o mal-estar direcionando-o para o consumo, de modo a manter a promessa de que as mercadorias irão proporcionar a satisfação capaz de superar as condições degradantes nas quais os indivíduos se encontram.

Se a substância psicoativa é um produto do mercado que os indivíduos podem ter acesso e, se os produtos se apresentam como suposta via para amenizar o sofrimento que a própria lógica social desencadeou, podemos considerar a existência de uma produção do consumo nocivo, ou a produção da dependência do indivíduo em relação as substâncias psicoativas, ainda que não estejamos desconsiderando os aspectos químicos que determinam o potencial maior ou menor de algumas substâncias causarem dependência.

Ao que parece, o consumo nocivo e a sociedade capitalista complementam um ao outro, articulando-se em interesse comuns. O indivíduo que perdeu sua possibilidade de escolha frente ao objeto droga está adaptado e inserido na ideologia capitalista de dominação. Ao mesmo tempo denuncia a mentira manifesta de que a promessa de felicidade jamais é alcançada, e por isso, é relegado a ele à exclusão. Como se a perda da

sua autonomia em relação as drogas fossem alheias à dinâmica social na qual está inserido.

Assim, a pesquisa buscou discutir que a estrutura da lógica administrada está na base do consumo nocivo de drogas, ainda que esse fenômeno não se reduza as condições sociais e culturais. Como apontamos anteriormente, não tivemos intenção de descrever, diagnosticar ou mesmo apresentar encaminhamentos e soluções para o consumo nocivo de drogas, mas lançar luz sobre um contexto social e cultural que atua ao encontro da produção desse modo de consumo. A administração pautada na uniformização de procedimentos para garantir produtividade determina uma deformação de modo que os indivíduos estejam sempre ajustados. Nesse processo a promessa de satisfação plena nunca cumprida, mas sempre mantida perpetua a ilusão da satisfação por meio do consumo. A mercadoria droga parece repetir essa dinâmica cumprindo seu papel de manter aquele que consome preso à mesma ilusão.

## Considerações Finais

O espaço para as considerações finais possibilita mais do que sínteses conclusivas. Aqui encontramos lugar para compartilhamento dos limites, desafios, contradições e dificuldades no percurso de escrita dessa pesquisa. Para além do fechamento do processo de investigação esse momento é de abertura e também de inconclusos. Compreendemos que o estudo teórico de conceitos para reflexão sobre um fenômeno social é incapaz de contemplar por completo o seu movimento histórico dos mesmos. Sendo conceitos e fenômenos parte da realidade histórica não podem ser apreendidos de modo total, em um plano rígido e supostamente completo, sem com isso incorrer em determinismo, ideologia, totalitarismo.

O consumo nocivo de substâncias psicoativas na sociedade contemporânea, objeto do presente estudo, segue essa lógica. Sendo parte da realidade histórica, não pode ser comprimido em poucas páginas e nem completamente contemplado ou explicado, mas apenas iluminado a partir dos referenciais teóricos adotados. Nesse processo deparamos com muitas dificuldades, entre elas a primeira e que se fez presente do início ao fim do trabalho, foi delimitar a fonte de análise. Escolher as obras é uma necessidade para que a pesquisa se torne possível e, ao mesmo tempo uma limitação frente à extensão das discussões realizadas.

Nesse sentido, reconhecemos a ausência da discussão de alguns textos dos autores de referência, bem como o recorte de fragmentos, que não deixa de ser proposital, apesar de inevitável, e que pode ser considerado uma fragilidade. No entanto, assumimos os riscos de realizar o recorte, buscando privilegiar alguns aspectos presentes nas elaborações da Teoria Crítica da Sociedade que consideramos relevante para sustentação da tese apresentada de que o consumo nocivo de substâncias psicoativas é uma produção social pautada na administração da vida e das relações que tem como finalidade a perpetuação dos modos produtivos vigentes. Buscamos ir além dos teóricos de referência, apesar de inevitavelmente ficarmos aquém tendo em vista a complexa e vasta contribuição dos autores teóricos críticos com quem dialogamos. Portanto, reconhecemos que essa investigação poderia ter sido feita por meio da escolha de outras fontes e formas de análise, na medida em que o objeto aqui estudado é multívoco poderia ser investigado a partir de inúmeras posições.

A partir dessas considerações, ao longo dessa pesquisa, iniciamos com a delimitação do objeto de estudo a partir da reflexão sobre a relação indivíduo- sociedade,

situando como um processo que só se realiza na tensão entre particular e universal e, apontando a ideologia como parte constituinte do processo de formação do indivíduo na sociedade. Com isso direcionamos o foco da discussão para reflexão da racionalidade da sociedade administrada que determina o modo de dominação vigente na cultura e seu modo de organizar as relações humanas. Para isso perpassamos por questões relativas ao processo de constituição histórica da sociedade capitalista, desde o modelo do capitalismo mercantil ao capitalismo de monopólios. Destacamos as contribuições presentes em alguns textos de Marx e Engels, pertinentes ao desenvolvimento desse núcleo reflexivo. Também desenvolvemos a compreensão do processo de constituição da subjetividade e o atravessamento do mal-estar nessa dinâmica a partir das contribuições de Freud.

Compreendemos que na perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade a relação indivíduo- sociedade está cindida e que essa cisão é determinante no modo como o indivíduo experiencia a realidade, remetida a processos regressivos e de autoconservação, em que há uma aparente felicidade individual em meio ao sofrimento geral. Por fim, discutimos os modos de uso de substâncias psicoativas demarcando alguns aspectos da relação entre as drogas e os homens ao longo do tempo para chegarmos ao momento histórico da sociedade administrada, cuja centralidade da produção e do consumo na forma de mercadoria aliena o indivíduo em relação ao outro e em relação a si mesmo e, condiciona a ideia de felicidade aos interesses de produção e reprodução das mercadorias, entre elas a mercadoria-droga.

Consideramos que as discussões feitas em cada capítulo contribuíram para compreensão do objeto de estudo nos seguintes aspectos: a discussão sobre o processo de constituição da sociedade capitalista e consolidação do capitalismo tardio demarcando o triunfo da produtividade técnica não somente sobre as forças produtivas, mas também sobre as relações sociais e subjetivas. Denunciando a lógica vigente do lucro e da dominação pela via do consumo que determinam o desenvolvimento técnico e por sua vez dita o modo de pensar da sociedade. Uma sociedade que se diz esclarecida, mas que regride em ideologia e legitima a dominação fazendo da própria razão falsidade, comprometendo a emancipação dos indivíduos.

A reflexão sobre a constituição subjetiva e o modo de organização psíquica atravessados pelo mal-estar no contexto da sociedade administrada que impõe dominação sobre os indivíduos tornando-os marcados pela repressão da satisfação dos desejos e provocando, por sua vez, a necessidade de controle do corpo e do psiquismo. Nessa lógica os desdobramentos da dominação advinda da cultura produzem uma condição de

existência cuja marca é o sofrimento que encontra no consumo nocivo uma saída ininterrupta para adaptar-se ao mal-estar que se impõe sobre a subjetividade, ainda que isso se desdobre em mais sofrimento, estereótipos e exclusão.

A discussão sobre os modos de uso das substâncias psicoativas ao longo da história e de sua apropriação pelos modos produtivos demarca a captura das drogas pelo sistema de produção capitalista. As substâncias psicoativas se tornam uma mercadoria ideal aos princípios administrativos vigentes na sociedade contemporânea na medida em que seu uso pautado na lógica do imperativo do consumo determina que o indivíduo se coloque a serviço da ação de consumir. Assim, o consumo nocivo que retira a autonomia do indivíduo frente ao objeto consumido alimenta o processo lucrativo do mercado das drogas. Por sua vez, a perda da possibilidade de escolha reflete a perda da própria condição de humanidade repercutindo em mais mal-estar que direcionado ao consumo sustenta a manutenção e repetição do ciclo entre drogas, mal-estar e capitalismo.

Essas reflexões nos levaram ao entrelaçamento entre as condições objetivas e subjetivas de constituição do mal-estar subjetivo no contexto da sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, o consumo nocivo de substâncias psicoativas apresenta-se como reprodução da lógica da racionalidade vigente, servindo como instrumento de manutenção de uma realidade que camufla os verdadeiros mecanismos de dominação. Ao mesmo tempo em que denuncia as contradições de uma sociedade condicionada ao consumo, mas que tem dificuldades de reconhecer sua determinação no processo de adoecimento dos indivíduos.

Diante dos aspectos aqui desenvolvidos, não podemos rotular de forma fatalista as substâncias psicoativas reduzindo a elas os problemas da violência e das mazelas da sociedade. Muito menos idealizar as substâncias psicoativas supondo que a legalização ou liberalização seria a solução das questões que enfrentamos referentes ao seu consumo. A questão que se coloca é como a adesão ao consumo nocivo de drogas responde às demandas da cultura e como as substâncias psicoativas são apropriadas pelo modo de produção atendendo interesses mercadológicos. Se o consumo de substâncias psicoativas na sociedade administrada está atuando em favor de mecanismos que não desenvolvem a capacidade crítica dos indivíduos frente ao contexto no qual estão inseridos, esse modo de consumo está cumprindo efetivamente seu papel no sistema capitalista. Contudo, é na contradição que existe a possibilidade de transformação. Nesses termos, o consumo nocivo também denuncia o mal-estar provocado pela mercadorização da vida social não

deixando escapar as fortes marcas que a lógica da racionalidade técnica imprime ao fenômeno.

A partir dessas considerações, apontamos um aspecto interessante, que deverá ser abordado com maior densidade em estudos futuros, mas que, mesmo sumariamente, merece ser apresentado aqui. Trata-se das estratégias que visam controlar o consumo de drogas, ora argumentando que a solução seria a erradicação das drogas na sociedade, ora argumentando que a solução seria a liberalização ou a legalização e controle do Estado. A nosso ver, essas elaborações surgem fadadas ao fracasso em decorrência de uma limitação estrutural, haja vista que a raiz da produção do consumo nocivo de drogas está no modo de produção regida pelo poder econômico. Ambas possibilidades não são efetiváveis em face da lógica objetiva do modo de produção capitalista. O que não significa que algumas medidas tomadas baseadas nessas posições não possam resultar em ganhos parciais ou imediatos.

As substâncias psicoativas representam um potente gerador de lucro, ainda que para isso gere também a destruição. Deste modo o problema do uso nocivo de drogas nessa sociedade produtora de mazelas seja insuperável, só restando a alternativa de tentar amenizar o sofrimento a partir da luta que ao menos denuncie as condições ideológicas de dominação. Para o momento, queremos acreditar que o debate das ideias aqui apresentadas ganhe amplitude e dinâmica ou, pelo menos, leve em consideração as questões levantadas suscitando novas pesquisas sobre o tema, por exemplo, com estudos empíricos sobre a relação entre consumo de drogas, o mal-estar e a sociedade, por meio do contato com indivíduos usuários, delimitando possibilidades de encaminhamentos e possíveis soluções para o consumo nocivo.

Para além das limitações admitidas, sem negar a existência de outras, reconhecemos a potencial contribuição desta pesquisa para pensar o consumo nocivo de substâncias psicoativas a partir de relações concretas que atravessam de modo determinante a constituição da subjetividade. Como apontamos as drogas servem a um sistema de poder e força dentro de um processo ideológico, o que nos leva a considerar que não se pode atribuir somente a elas a responsabilidade frente aos males causados pelo seu consumo nocivo. Assim toda a ideologia da racionalidade que atravessa o fenômeno das drogas na dinâmica social se entrelaça e constitui uma lógica, cuja finalidade se vincula a questões produtivas e econômicas.

Frente a força dessa estrutura social a possibilidade de transformação da realidade parece se esfacelar, o que nos faz questionar enquanto pesquisadores sobre o sentido das

reflexões realizadas ao longo desse trabalho. Poderíamos pensar que as discussões feitas neste estudo sequer são acessadas por aqueles que se encontram diretamente implicados nesse processo, o que nos levaria a concluir que o conhecimento aqui produzido não tem sentido. No entanto, considerando a contradição entre a negação da produção de conhecimento socialmente útil e a necessidade de produção de conhecimento que promova a transformação social destacamos o seguinte aspecto: ainda que a reflexão crítica sobre o fenômeno do consumo nocivo de drogas não se desdobre em ações imediatas e nos leve a respostas para os problemas da realidade, ao menos sabemos que as respostas não se encontram em reflexões e ações que negligenciem ou desconsiderem os determinantes da lógica social enquanto produtores do consumo nocivo.

Em outras palavras, a repercussão do mal-estar subjetivo no âmbito social e a adesão dos indivíduos às explicações que desconsideram a hipótese de uma produção da dependência química, demonstram o êxito daquilo que a sociedade administrada se propõe realizar enquanto instrumento de dominação e manutenção das estruturas sociais vigentes.

## Referências bibliográficas

- Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de Filosofia* (5a ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Adorno, T. W. (1995). Notas marginais sobre teoria e práxis. In *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. (Ruschel, M. H., trad.) (pp. 202–229). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Adorno, T. W. (1986). Capitalismo tardio ou sociedade industrial. In Cohn, G. (Org.), *Sociologia* (Kothe, F. R., trad.) (pp. 62–75). São Paulo, SP: Editora Atica.
- Adorno, T. W. (1993). *Mínima Moralia: Reflexões a partir da vida danificada* (2a ed., Bicca, L. E. Trad.). São Paulo, SP: Editora Atica.
- Adorno, T. W. (1995a). Progresso. In *Palavras e Sinais: Modelos críticos 2*. (Ruschel, M. H., Trad.) (pp. 37–61). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Adorno, T. W. (1995b). Sobre Sujeito e Objeto. In *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. (Ruschel, M. H., trad) (pp. 181–201). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Adorno, T. W. (1995c). Sobre Sujeito e Objeto. In *Palavras e Sinais: Modelos críticos 2*. (Ruschel, M. H., Trad. ) (pp. 181–201). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Adorno, T. W. (1996). Teoria da Semicultura. In: Papyrus (Ed.), *Educação e sociedade. Revista de Ciência da Educação. Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes)* (Vol. n. 56, pp. 388–411). Campinas, SP.
- Adorno, T. W. (2006). *Educação e Emancipação* (4ºed., Maar, W.L., Trad.). São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Adorno, T. W. (2008a). *Introdução à Sociologia* (Maar, W. L., trad.). São Paulo, SP: Editora Unesp.
- Adorno, T. W. (2008b). *Teoria estética*. Edições 70.
- Adorno, T. W. (2009). *Dialética negativa*. São Paulo, SP: Zahar.
- Adorno, T. W. (2015). *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise* (Freitas, V., Trad.). São Paulo, SP: Editora Unesp.
- Adorno, T. W. (2015). Sobre a relação entre sociologia e psicologia (Freita, V., trad.). In *Ensaio sobre a psicologia social e psicanálise* (pp. 71–135). São Paulo, SP: Editora Unesp.
- American Psychiatric Association. (2013). Código Internacional de Doenças. Retrieved from <http://www.cid10.com.br/>
- American Psychiatric Association (APA). (2002). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR)* (4º ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- American Psychiatric Association (APA). (2014). *Manual Diagnóstico e Estatístico de*

- Transtornos Mentais (DSM-5)* (5° ed., Nascimento, M. I. C., Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Berman, M. (2007). *Tudo que é solido desmancha no ar: a aventura da modernidade* (Moisés, C. F.; Ioriatti, A. M. L.; Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Bottomore, T. (2012). *Dicionário do Pensamento Marxista* (2° Ed.). São Paulo, SP: Zahar.
- Canguilhem, G. (2009). *O normal e o patológico* (6° ed., Rev., Barrocas, M. T.E.C., Trad). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Carneiro, H. (2005). *Pequena Enciclopédia da História das Drogas e Bebidas*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.
- Carneiro, H. (2010). Breve histórico do uso de drogas. In: Seibel, S. D. *Dependência de drogas* (2°ed.) (pp. 11–26). São Paulo, SP: Atheneu.
- Coggiola, O. (1996). O Tráfico Internacional de Drogas e a Influência do Capitalismo. *Revista Adusp*, 44–51.
- Cohn, G. (1986). Adorno e a Teoria Crítica da Sociedade. In: Cohn, G. (Org.) *Sociologia* (Kothe, F. R., trad.) (pp. 7–30). São Paulo, SP: Atica.
- Cotrim, G. (2006). *Fundamentos da Filosofia: história e grande temas* (16° ed.). São Paulo, SP: Saraiva.
- Crives, M. N. dos S., Dimenstein, M. (2003). Sentidos produzidos acerca do consumo de substâncias psicoativas por usuários de um programa público. *Saúde E Sociedade*, 12(2), 26–37.
- Crochik, J. L. (1994). O conceito de Representação Social: A Questão do Indivíduo e a Negação do Outro. In *Revista Psicologia USP* (Vol. 5(1/2), pp. 173–195). São Paulo, SP: Universidade de São Paulo.
- Crochik, J. L. (1996a). Notas sobre Psicanálise e educação em T. W. Adorno. *Contemporaneidade E Educação: Revista Semestral de Ciências Sociais E Educação*. IEC. Ano I, n.0.
- Crochik, J. L. (1990). *O ajustamento do pensamento em uma sociedade de alto desenvolvimento tecnológico: o computador no ensino*. Universidade de São Paulo.
- Crochik, J. L. (1996b). Notas sobre a psicologia social de T. W. Adorno. *Psicologia E Sociedade*, v. 8, 1., 43–62.
- Crochik, J. L. (1996c). Preconceito, indivíduo e sociedade. *Temas Em Psicologia*. *Sociedade Brasileira de Psicologia*, 3, 47–70.
- Crochik, J. L. (1998). Os Desafios Atuais do Estudo da Subjetividade na Psicologia.

- Psicologia, USP*, v.9, n.2, 69–85.
- Crochík, J. L. (2001). A resistência e o conformismo da mônada psicológica. In *Psicologia e Sociedade* (Vol. 13, n. 2, pp. 18–33). São Paulo,SP: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO.
- Crochík, J. L. (2003). O desencanto sedutor: a ideologia da racionalidade tecnológica. *Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG*, 28(1), 15–35.
- Crochík, J. L. (2004). A Normalidade do Sofrimento. *Reportagem Da Oficina de Informações*, 5(61), 42–43. Acessado em: [www.oficinainforma.com.br](http://www.oficinainforma.com.br)
- Crochík, J. L. (2010a). A Constituição Do Sujeito Na Contemporaneidade. *Revista Inter. Ação*, 35(2), 388–403.
- Crochík, J. L. (2010b). A forma sem conteúdo e o sujeito sem subjetividade. *Psicologia USP*, 21(1), 31–46.
- Crochík, J. L. (2015). Teoria Crítica e Ideologia. In Azevedo, M. A.; Guerra, V. N. A. (Orgs.). *Infância e Violência doméstica: Fronteiras do conhecimento*. (7ªed.) (pp. 17–25). São Paulo,SP: Cortez.
- Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, Sofrimento e Sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Escohotado, A. (1997). *O livro das drogas: usos e abusos, desafios e preconceitos*. São Paulo,SP: Dynamis Editorial.
- Figueiredo, L. C. M. ., Santi, P. L. R. (2000). *Psicologia, uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência* (2ªed.). São Paulo, SP: EDUC.
- Freud, S. (1996a). Extratos dos Documentos Dirigidos a Fliess. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmundo Freud, vol I* (pp. 217–331). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (1996b). Luto e Melancolia. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmundo Freud, vol XIV* (pp. 242–279). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (1996c). Moisés e o Monoteísmo. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmundo Freud, vol. XXIII* (pp. 13–69). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (1996d). Moral Sexual “Civilizada” e Doença Nervosa Moderna. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmundo Freud, vol. XI* (pp. 169–186). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (1996e). O Ego e o Id. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmundo Freud, vol XIX* (pp. 14–80). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (1996f). O Futuro de uma Ilusão. In *Edição Standard Brasileira das Obras*

- Completas de Sigmundo Freud, vol. XXI* (pp. 12–63). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (1996g). O Mal-estar na Civilização. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmundo Freud, vol XXI* (pp. 67–148). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (1996h). Porque a Guerra? (Einstein e Freud). In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmundo Freud, vol. XXII* (pp. 189–208). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (1996i). Psicologia de Grupo e Análise do Ego. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmundo Freud, vol. XVIII* (pp. 77–154). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (1996j). Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmundo Freud, vol XIV* (pp. 282–319). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (1999). *Totem e Tabu* (Muniz, O. C., Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (2004a). O Recalque. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente vol. I* (Hanns, L. A. Trad.) (pp. 174–193). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (2004b). Pulsões e Destinos da Pulsão. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente vol. I* (Hanns, L. A. Trad.) (pp. 133–173). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Grespan, J. (2006). Anatomia do mundo moderno. In Marx, K. *A mercadoria* (pp. 7–11). São Paulo, SP: Atica.
- Hanns, L. A. (1996). *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Hobsbawm, E. J. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX* (Santarrita, M. Trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Hobsbawm, E. J. (2007). *A Era das revoluções: 1789-1848* (21º ed., Teixeira, M.T. L.; Penchel, M. Trad.). São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Horkheimer, Max; Adorno, T. W. (1973). *Temas Básicos da Sociologia* (Cabral, A., Trad.). São Paulo: Cultrix: Universidade de São Paulo.
- Horkheimer, Max; Adorno, T. W. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. (Almeida, G. A., Trad). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Horkheimer, M. (1990). *Teoria crítica: uma documentação* (Cohn, H., trad.). São Paulo, SP: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo.
- Horkheimer, M. (2000). *Eclipse da Razão*. São Paulo, SP: Centauro.
- Horkheimer, M., Adorno, T. W. (1973). *Temas básico de sociologia*. São Paulo, SP: Cultrix.

- Horkheimer, M., Adorno, T. W. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. (A. G. de Almeida, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Houaiss, A. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.
- Ianni, O. (1985). *Dialética e Capitalismo: Ensaio sobre o pensamento de Marx*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Jacoby, R. (1977). *Amnésia Social: Uma crítica a psicologia conformista de Adler e Laing* (Gomes, S. S., trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Jansen, N. (2007). Drogas, Imperialismo e Luta de classes. *Revista Urutágua*, n.12, 1–16. Acessado em: <http://www.urutagua.uem.br/012/12jansen.htm>
- Labate, B. C. ., Goulart, S. L. ., MacRae, E. ., & Carneiro, H. (2008). *Drogas e Cultura: Novas Perspectivas*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Laplanche, & Pontalis. (2001). *Vocabulário da psicanálise* (Tamen, P., trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Lasch, C. (1983). *A cultura do Narcisismo- A vida Americana numa Era de Esperanças em Declínio*. Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora LTDA.
- Marcuse, H. (1973). *A Ideologia da Sociedade Industrial: O Homem Unidimensional* (4ºed., Rebuá, G. Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Marcuse, H. (1975). *Eros e civilização: Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud* (6ºed., Cabral, A., Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Marx, K.; Engels, F. (2001). *Manifesto do partido comunista* (Cassal, S. T. B., Trad.). Porto Alegre: L&PM.
- Marx, K. (1983). *O capital*. São Paulo, SP: Abril Cultural.
- Marx, K. (2006). *A mercadoria* (Grespan, J. Trad.). São Paulo, SP: Atica.
- Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política* (2º ed., Fernandes, F., Trad.). São Paulo, SP: Expresso Popular.
- Marx, K., Engel, F. (2007). *A Ideologia Alemã* (3a ed., Costa, L.C.C., Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Medeiros, K. T., Maciel, S. C., Sousa, P. F. de, Tenório-Souza, F. M., Dias, C. C. V. (2013). Representações sociais do uso e abuso de drgoas entre familiares de uauários. *Psicologia Em Estudo*, 18(2), 269–279.
- Mendonça, J. R. da S. (2011). A droga como um recurso ao mal-estar na civilização. *Psicologia Em Revista*, 17, n. 2, 240–260.
- Moraes, R. J. S., Barroco, S. M. S. (2016). Concepções do Alcoolismo na Atualidade:

- Pesquisas Hegemônicas, Avanços e Contradições. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*. Vol 32, N. 1, 229–237.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (1993). *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas*. (1ºed., Caetano, D., Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Palangana, I. C. (1998). *Individualidade: Afirmação e negação na sociedade capitalista*. São Paulo,SP: Plexus Editora.
- Pedrossian, D. M. R. (2015). *A ideologia da racionalidade tecnológica, o narcisismo e a melancolia: marcas do sofrimento*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Ribeiro, C. T. (2008). *Que lugar para as drogas no sujeito? Que lugar para o sujeito nas drogas?: Uma leitura psicanalítica do fenômeno do uso de drogas na contemporaneidade (Dissertação de mestrado)*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Rodrigues, T. (2008). Tráfico, guerra, proibição. In Labate, B. C., Goulart, S. L., Fiore, M., MacRae, E., Carneiro, H. (Orgs). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. (pp. 91–104). Salvador,BA: edufba.
- Roudinesco, E., Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Rounet, S. P. (1989). *Teoria Crítica e Psicanálise (2º ed.)*. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca Tempo Universitário.
- Rybka, L. N. (2015). *A Dialética Resistência/Entrega no Uso Nocivo de Substância Psicoativa por Mulheres (Dissertação de Mestrado)*. Universidade Estadual de Campinas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- Sass, O. (2001). Teoria Crítica e investigação empírica na psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 13(2), 147–159.
- Souza, D. de O. (2012). A questão do “consumo de drogas”: contribuições para o debate. *Serviço Social & Saúde*, v. 11, , 269–286.
- Tiburi, M. Dias, A. C. (2013). *Sociedade Fissurada*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Türke, C. (2012). Vício e fundamentalismo. In Zuin, A. S., Lastória, L. C. Gomes, R. *Teoria Crítica e formação cultural: aspectos filosóficos e sociopolíticos* (pp. 1–13). Campinas, SP: Autores Associados.
- Vargas, E. V. (2008). Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In Labate, B. C., Goulart, S. L., Fiore, M., MacRae, E., Carneiro, H. (Orgs). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador,BA: edufba.

- Vernant, J.-P. (2002). *As Origens do Pensamento Grego* (7ª ed., Fonseca, I. B.B., Trad.). Rio de Janeiro: Difel.
- Xiberras, M. (1989). *Sociedade Intoxicada*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Zanolla, S. R. S. (2007). *Teoria Crítica e epistemologia: o método como conhecimento preliminar*. Goiânia: Editora da UCG.